



7€

VÍRUS

N5

*Revista política
e de ideias*

ABRIL 2014 II série

40 Anos Depois de Abril **dossiê**

FERNANDO ROSAS, ADRIANO CAMPOS,
JORGE COSTA, MIGUEL PEREZ, CONSTANTINO
PIÇARRA, LUÍS TRINDADE

25 de Abril | Mesa Redonda. Entrevista a **PAULA
GODINHO, ANTÓNIO REIS E MANUEL LOFF** por **MIGUEL
CARDINA e LUIS TRINDADE**

Alain Badiou: renovar a ideia comunista no despertar
da história **BRUNO PEIXE**

Porquê os poetas em tempos de aflição? **LEONOR
FIGUEIREDO**

+ ler, ver e ouvir

Normas para apresentação dos artigos

1. O Conselho de Redação da *Vírus* aceita colaborações de quem queira nela participar, reservando-se o direito de publicar ou não os trabalhos propostos e de determinar o prazo e o espaço da sua divulgação.
2. A *Vírus*, além de textos originais, publica traduções de textos de outras publicações desde que considerados relevantes pelo seu Conselho de Redação e conformes com as presentes normas.
3. Os textos devem ser submetidos em formato *Word* e enviados por correio eletrónico para revistavirus@gmail.com. A apresentação deve ser corrida, sem espaços extra entre parágrafos, cabeçalhos ou qualquer formatação especial.
4. Os/as autores/as deverão fazer acompanhar o seu texto de uma breve nota biográfica.
5. As contribuições submetidas para qualquer uma das secções deverão seguir o acordo ortográfico.
6. As notas deverão vir com a numeração seguida, em pé de página.
7. As referências bibliográficas serão sempre feitas nas notas, seguindo o modelo dos exemplos a seguir apresentados.

a) Livros:

AGLIETTA, Michel (1976). *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Lévy

b) Coletâneas:

FREIRE, João (org.) (2009). *Trabalho e Relações Laborais – Atitudes Sociais dos Portugueses*, 9. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

ESTANQUE, Elísio (2004). "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios", in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Trabalhar o mundo – os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 299-334

c) Revistas:

COSTA, Hermes Augusto (2009a). "A flexigurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 123-144

d) No caso de publicações electrónicas é necessário indicar também a data da última consulta à página e o respetivo URL.

8. Provas tipográficas: a revisão das provas tipográficas é da responsabilidade do Conselho de Redação, que garante a reprodução fidedigna e tipograficamente correta dos textos selecionados para publicação.

Assina a Vírus

NOME*: _____

MORADA PARA ENVIO DA REVISTA*: _____

TELEMÓVEL*: _____

EMAIL*: _____

N.º CONTRIBUINTE*: _____

*campos de preenchimento obrigatório

Assinatura:

3 números (Portugal): 18 €

3 números (Europa): 30 €

3 números (Resto do Mundo): 34 €

Assinatura de Apoio:

6 números (Portugal): 50 €

6 números (Europa e resto do Mundo): 75 €

Modo de pagamento:

Multibanco – Pagamento de serviços | Após a receção da ficha de assinante, receberás por *email* e *sms* os códigos individuais para o pagamento da tua assinatura. Assim que recebermos o pagamento enviaremos um comprovativo de receção e a assinatura fica ativa.

Preencher o cupão e enviar para: **Revista Vírus, Rua da Palma 268, 1100-394 Lisboa** ou fazer o registo em www.revistavirus.net

Pontos de venda da *Vírus*: LISBOA - **Sede Nacional do Bloco de Esquerda**: Rua da Palma, 268

Livraria Almedina Atrium Saldanha: Praça Duque de Saldanha, 1 | COIMBRA - **Almedina Estádio Cidade**

de Coimbra: Rua D. Manuel I, n.º 26 e 28 | PORTO - **Almedina Porto**: Rua de Ceuta, 79

Projeto Editorial

1

A *Virus* é uma revista com edição semestral iniciada em Junho de 2012. Tem tido, e continuará a ter, uma edição online consultável agora no site: www.revistavirus.net

2

A nova série da *Virus*, agora em edição impressa, define-se como um espaço de debate de ideias e de intervenção direcionado para o entendimento crítico da realidade e para a construção de alternativas democráticas e socialistas à violência predatória do capitalismo e à deriva autoritária dos seus governos e do seu Estado.

Esse é o seu objetivo.

3

Com esse fim, a *Virus* fomentará o concurso e o debate de todas as opiniões que, à esquerda, queiram contribuir para uma consistente corrente contra-hegemónica e para a superação da (des) ordem atual.

Esse é o seu campo.

4

A *Virus* afirma-se como espaço de reflexão, discussão, formação e divulgação de apoio às ativistas e aos ativistas nos terrenos da política, dos movimentos sociais, da intervenção cultural, científica e cívica ou de uma cidadania informada e com opinião.

Simultaneamente, recebe do seu pulsar, das práticas sociais mais diversas, o influxo inspirador para o seu trabalho.

Esse é o seu compromisso.

5

A *Virus* pretende fazer eco e participar ativamente nos grandes debates do internacionalismo, dar conta dos seus passos e desafios, uma vez que não há soluções puramente nacionais ou autárquicas para a ação emancipatória.

Esse é o seu âmbito.

Diretor

FERNANDO ROSAS

Edição Gráfica

RITA GORGULHO

Conselho de redação

ANA BÁRBARA PEDROSA

ADRIANO CAMPOS

ANDREA PENICHE

BRUNO GÓIS

CARLOS CARUJO

FABIAN FIGUEIREDO

HUGO DIAS

HUGO FERREIRA

IRINA CASTRO

JOSÉ SOEIRO

LUÍS TRINDADE

MIGUEL CARDINA

NUNO SERRA

SOFIA ROQUE

Colaboraram nesta edição

BRUNO PEIXE

CONSTANTINO PIÇARRA

DIANA ANDRINGA

FABRICE SCHURMANS

FERNANDO ROSAS

HELENA ROMÃO

HUGO MONTEIRO

LUÍS TRINDADE

JOÃO CARLOS LOUÇÃ

JOÃO CURVELO

JOÃO MINEIRO

JORGE COSTA

JÚLIA GARRAIO

LEONOR FIGUEIREDO

MARIA JOSÉ ARAÚJO

MARIANA AVELÃS

MIGUEL PEREZ

RITA CALVÁRIO

REGISTO ERC - N.º 125486

ISSN: 2182-6781

PROPRIETÁRIO/EDITOR:

BLOCO DE ESQUERDA

RUA DA PALMA, 268 1100-394 LISBOA

TIRAGEM: 500 EX.

IMPRESSÃO:

A TRIUNFADORA, ARTES GRÁFICAS
LDA., RUA D. SANCHO I, 36-A ALMADA

Editorial

PÁG. 03

FERNANDO ROSAS

Dossiê: 40 anos depois de Abril

PÁG. 04

Ser e não ser: Notas sobre a Revolução Portuguesa de 74/75 no seu 40º Aniversário

por FERNANDO ROSAS

Os Burgueses: 40 anos de poder e recomposição

por ADRIANO CAMPOS e JORGE COSTA

O "Duplo Poder" na Revolução de Abril

por MIGUEL PEREZ

Reforma e Contrarreforma agrária nos campos do sul

por CONSTANTINO PIÇARRA

Os 3 D da Derrota Revolucionária.

Despolitização, desideologização, desmobilização

por LUÍS TRINDADE

Entrevista a Paula Godinho, António Reis e Manuel Joff. 25 de Abril - Mesa redonda

PÁG. 43

por MIGUEL CARDINA E LUÍS TRINDADE

Pensar o Socialismo Hoje

PÁG. 53

Alain Badiou: renovar a ideia comunista no despertar da história

por BRUNO PEIXE

Ler, Ver, Ouvir

PÁG. 61

Variações sobre a paternidade por FABRICE SCHURMANS

Do self-hating Jew ao elogio da dissidência por JÚLIA GARRAIO

Al-Mutamid por HELENA ROMÃO

Azagaia: quando o poder não corta a língua por JOÃO MINEIRO

Um livro sem fronteiras por JOÃO CURVELO

Os Mares do Sul por RITA CALVÁRIO

Tirar a Guerra da História por MARIANA AVELÃS

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

por DIANA ANDRINGA

Edward Saïd e a importância das derrotas por JOÃO CARLOS LOUÇÃ

Vária

PÁG. 83

As crianças e a educação, ou a construção de novos

sujeitos políticos por HUGO MONTEIRO E MARIA JOSÉ ARAÚJO

Poesia e resistência. Porquê os poetas em tempos de aflição?

por LEONOR FIGUEIREDO

Acontece

PÁG. 95

Agenda organizada por FABIAN FIGUEIREDO





editorial

FERNANDO ROSAS

Dedicamos este número da Vírus aos 40 anos do 25 de Abril. Porque lembrá-lo e discuti-lo não é um suspiro de saudade nem uma nostalgia.

Lembrar o 25 de Abril é refletir sobre o gesto fundador da Revolução portuguesa de 1974/75 e sobre a marca genética que deixou impressa na democracia que dela sobrou. É a defesa desse património primacial e do mais que a luta popular lhe acrescentou que ainda hoje separa as águas entre a esquerda e a direita em Portugal. Por isso discutimos nesta edição os caminhos que desbravou e os outros por que se perdeu a Revolução de 1974/75. Os avanços e recuos, as conquistas, as derrotas, a recomposição da burguesia, o regresso da despolitização, a reforma e contra reforma agrária, o “poder popular” e os seus limites, e, por sobre tudo isso, o futuro que temos pela frente. O **Dossiê**, onde recebemos as contribuições de Jorge Costa, Adriano Campos, Miguel Perez, Constantino Piçarra e Luís Trindade, passa este conjunto de assuntos em revista.

A **Entrevista**, conduzida por Miguel Cardina e Luís Trindade, recolheu, num debate de grande interesse, as opiniões de Paula Godinho, António Reis e Manuel Loff sobre o balanço e as representações das memórias da Revolução. **Pensar o Socialismo Hoje** traz-nos a perspetiva de Bruno Peixe sobre a obra de outro pensador sobre as revoluções e o comunismo, o filósofo Alain Badiou.

Como habitualmente, a rubrica **Ver Ouvir e Ler**, reúne recensões críticas do cinema, ficção e do ensaio da autoria Helena Romão, João Mineiro, Fabrice Schurmans, Júlia Garraio, João Curvêlo, Rita Calvário, Mariana Avelãs, Diana Andringa e João Carlos Louçã. A **Vária** registou as colaborações de Hugo Monteiro, Maria José Araújo e Leonor Figueiredo. Finalmente, a **Agenda** fundamental do próximo semestre preparada por Fabian Figueiredo.

A todas e todos que contribuíram para este quinto número da **VÍRUS** o reconhecimento do Conselho de Redação.



ANO LIVRO UDP

1 de Maio de 1974: um imparável movimento popular saía à rua.

Ser e não ser *Notas sobre a Revolução Portuguesa* *de 74/75 no seu 40º Aniversário*

FERNANDO ROSAS

1. O movimento militar vitorioso a 25 de Abril de 1974 deu origem, desde o próprio dia, à explosão de um movimento revolucionário de massa, um verdadeiro abalo telúrico que subverteu a ordem estabelecida a todos os níveis da sociedade. Ele tentou criar e articular novas formas democráticas de organização e expressão da vontade popular em milhares de empresas, nos bairros populares das periferias das cidades, nos campos do sul, nas escolas, nos hospitais, nos órgãos locais e centrais do Estado e até nas Forças Armadas (FA). Um movimento revolucionário de massas que no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão

e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais setores estratégicos da economia, saneou patrões e administrações, criou Unidades Coletivas de Produção para a Reforma Agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de norte a sul do país. Um movimento que no seu ímpeto impôs na rua, pela sua própria força e iniciativa, como conquistas suas, as liberdades públicas, a democratização política do Estado, a destruição do núcleo duro do aparelho repressivo do anterior regime e a perseguição dos seus responsáveis, o direito à greve, a liberdade sindical, as bases de uma nova justiça social. Um mundo voltado de pernas para o ar, os 19 meses em que o futuro era agora, um curto e raro instante em que as



mulheres e os homens comuns, o povo do trabalho e da exploração, sonhou poder tomar o destino nas suas próprias mãos. A isso se tem chamado, e a meu ver bem, a Revolução portuguesa de 1974/1975.

2. Esta Revolução tem uma primeira e essencial particularidade a que normalmente se dá pouca atenção. É que ela é detonada por um golpe militar de características singulares na longa história dos golpes militares dos séculos XIX e XX em Portugal. Um movimento militar fruto do cansaço da guerra colonial que se arrastava há 13 anos, sem vitória possível e com graves derrotas à vista, travada contra os ventos da história, injusta e a prazo breve ruínosa. Num país impedido pela ditadura de se expressar e

ramente a consciência da necessidade de derrubar o regime. Sem democratização não haveria solução política para acabar com a guerra.

3. A rápida extensão e politização da conspiração dos oficiais intermédios, o seu controlo ou neutralização da maioria das principais unidades operacionais dos três ramos das FA no país criava, assim, uma situação não imediatamente perceptível mas decisiva: privava drasticamente o Estado e a hierarquia de força militar, ou seja, transformava-a, na realidade, e ao seu juramento de obediência ao regime, numa patética e inútil “brigada do reumático”. Numa cabeça sem corpo e sem consciência de o não ter. Mas retirava esse poder operacional, também, aos raros generais dissidentes convencidos que ti-

Um mundo voltado de pernas para o ar, os 19 meses em que o futuro era agora, um curto e raro instante em que as mulheres e os homens comuns, o povo do trabalho e da exploração, sonhou poder tomar o destino nas suas próprias mãos.

decidir livremente sobre este assunto, o descontentamento contra a guerra, numa dessas ironias em que a história é fértil, vai ser interpretado pelos jovens oficiais que a conduzem no terreno, os capitães e majores que comandavam as companhias, unidades matriciais da quadrícula da ocupação militar colonial. Ou seja, não é um complô de generais, almirantes e coronéis (até ao fim fiéis ao regime e ao esforço de guerra, salvo raras exceções. É um movimento de oficiais intermédios a que, no processo, aderirão oficiais subalternos e milicianos. Uma conspiração que, no contexto de descontentamento popular crescente e no ambiente político e ideológico da época, rapidamente evolui dos objetivos corporativo-profissionais (que, aliás, o Governo satisfaz em outubro de 1973) para um propósito político subversivo: de setembro a dezembro de 1973, dos plenários de oficiais de Évora ao de Óbidos, o movimento assumira cla-

nam na mão um golpe militar. As primeiras horas do 25 de Abril e do seu rescaldo foram uma amarga surpresa tanto para os comandantes hierárquicos como para o general Spínola e os oficiais que o seguiam.

4. Disto decorre uma segunda característica central: a neutralização/anulação do papel tradicional das FA. A vitória do movimento dos oficiais intermédios, na realidade, rompe a cadeia hierárquica de comando das FA, subtrai-as ao controlo tradicional do Estado e das chefias por ele designadas, dessa forma paralisando a função das FA como órgão central da violência organizada do Estado. Nesse sentido, em rigor, deixa de haver FA, sucedendo-lhe - o que era coisa bem distinta - o MFA, que a breve trecho controlará o essencial do poder militar operacional mais relevante através do COPCON (Comando Operacional do Continente).



ARND BRONKHORST

25 de Abril ao fim da tarde: a multidão tenta assaltar a sede da polícia política.

Neste inicial período spinolista, até à sua derrota em 28 de setembro de 1974, quando muito, há a luta desesperada dos restos da velha hierarquia (aliás, largamente saneada na “noite dos generais” pelos oficiais do revoltosos, logo a 6 de maio) para eliminar o MFA. A derrota do spinolismo consagra assim essa espécie de anulação das FA como espinha dorsal da violência do Estado.

5. Convém acrescentar que essa circunstância tem ainda uma outra consequência relevante: a paralisação, pulverização e enfraquecimento geral do poder e autoridade do Estado. O que emerge do golpe militar é um poder poliédrico de competências conflitantes e debilitadas: uma Junta de Salvação Nacional sem poder real nas FA, um Governo provisório sem poderes sobre as FA e com as forças policiais e ministérios paralisados, um Conselho de Estado de competências largamente retóricas e, fora desta lógica institucional (ainda que representada no Conselho de Estado), a Coordenadora do Programa do MFA, única sede de poder efetivo, mas em forte disputa com a facção spinolista nas FA e nos demais órgãos. O velho poder caíra, já não ameaçava ninguém, e deixava um campo indefinido e vulnerável a uma drástica alteração da relação de forças no plano social e político.

6. Finalmente, assunto que não desenvolverei aqui, o processo que se vem descrevendo tem um outro efeito: a cessação a curto prazo da guerra colonial nas três frentes e a formação, quer nos contingentes em África quer na opinião pública portuguesa, de um forte movimento recusando novos embarques de tropas para as colónias, exigindo a litoralização do dispositivo militar e o regresso das tropas, pressionando pela imediata abertura de negociações com os movimentos de libertação nos termos por eles apresentados, ou, nas zonas de guerra, substituindo o combate pela confraternização com o “inimigo”. O exército colonial e a opinião pública recusavam-se a continuar a guerra. A descolonização irá ser negociada pelo MFA e o Governo Provisório, sem opinião pública, sem FA e sem apoio internacional para algo que não fosse a autodeterminação e a independência para os povos das colónias.

7. A conjugação dos fatores acima indicados (o apagamento da função das FA como garante central da “ordem” e a deliquesência do poder do Estado) com a forte tensão política e social acumulada no período final do regime marcelista, origina a explosão revolucionária. O movimento de massas, largamente espontâneo, por virtude de um desses “mistérios” que caracterizam as

situações revolucionárias maduras para a ação, teve, na própria manhã do golpe - o emblemático desenlace do confronto na Rua do Arsenal terá tido nisso o seu papel¹ -, a dupla intuição que podia e devia tomar a iniciativa. A intuição do momento e a intuição da força própria: "É agora, porque agora somos mais fortes do que eles". A compreensão quase intuitiva de que a correlação de forças,



Operários da Lisnave desfilam em Lisboa na jornada de 12 de Setembro de 1974

naquele momento desperdiçável, era favorável à iniciativa popular. É de espectador, o movimento de massas passa a ator principal. Antes do golpe militar, por si só, não obstante a sua força e radicalidade, não conseguiria derrubar o regime. Mas agora agarrava a oportunidade que esse particular movimento militar lhe facultava, entrando de rompante pelas "portas que Abril abriu". O golpe, ao contrário do que pretendeu a tentativa de Álvaro Cunhal recuperar para a velha narrativa do "levantamento nacional"², não era a expressão armada da "insurreição popular" (inicialmente quereria mesmo evitá-la), não era a explosão revolucionária, todavia, pelas suas características particulares, contribuiria decisivamente para a desencadear.

8. Na sua imparável dinâmica inicial, entre maio e setembro de 1974, o movimento popular revolucionário conquista na rua, nas fábricas, nos bairros populares, nas escolas, nas zonas rurais, muito do essencial: os fundamentos da democratização política, as liberdades funda-

mentais, a liquidação dos órgãos de repressão e censura política e das milícias fascistas, muito antes de tudo isso ter consagração legal. A democracia política em Portugal não foi uma outorga do poder. Foi uma conquista imposta ao poder. O mesmo quanto à democratização social, o direito à greve, a liberdade sindical, o salário mínimo, as férias pagas, a redução do horário do trabalho e os

fundamentos de um sistema universal de segurança social. O movimento de massas fez tudo isso enfrentando, com os seus órgãos de vontade popular eleitos em plenários de fábricas ou em assembleias de moradores, a oposição sistemática da Junta de Salvação Nacional, do Governo provisório e do PCP e da Intersindical nessa fase investidos em guardiões da "ordem democrática" contra o "esquerdismo irresponsável" (ao jeito da I República, chegaram a convocar manifestações contra as greves). No entanto, foi a força desse movimento que se mostrou decisiva na derrota da primeira tentativa contrarrevolucionária do spinoismo, em setembro, de alguma forma impondo o MFA como força político-militar hegemônica no processo.

9. A partir de outubro de 1974, a crise econômica, o encerramento ou a pilhagem de muitas empresas pelos patrões em fuga, o disparar do desemprego alteram e radicalizam os padrões de ação: os trabalhadores ocupam as empresas e, a partir de janeiro, as herdades dos agrários

1 - Na manhã do dia 25 de abril de 1974, na Rua do Arsenal, em Lisboa, tanques da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, aderente do movimento militar, enfrentaram os do Regimento de Cavalaria 7 (RC7), comandados pelo brigadeiro Junqueira dos Reis, fiel ao regime. Depois de várias tentativas de conversações, o brigadeiro, que comandava a força do RC7, dá ordem de fogo contra o capitão Salgueiro Maia. O alferes que chefiava a guarnição do tanque recusa-se a obedecer e recebe voz de prisão. O cabo que, em seguida, recebe ordem idêntica, também desobedece. Farte da força passa-se para os revoltosos e os outros voltam para trás. Tornou-se claro que o regime não tinha força militar que o defendesse.

2 - Cf. Álvaro Cunhal (1999), *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contrarrevolução confessa-se)*, Lisboa: Avante!, p. 101 e segs.

alentejanos e do Baixo Ribatejo experimentam a autogestão ou exigem a intervenção do Estado ou do MFA, ensaiam várias formas de controlo operário e fazem-no através de Comissões de Trabalhadores (CT) ou de Moradores (CM) por si eleitas. Manter as empresas a funcionar, derrotar a sabotagem económica, assegurar o emprego, cedo coloca a questão da nacionalização



O povo passa de espetador a ator principal

dos setores estratégicos da economia (a começar pela banca). O propósito é conquistado no rescaldo da derrota da segunda tentativa contrarrevolucionária dos spinolistas, em 11 de março de 1975. Aprova-se a nacionalização da banca (na prática, dos grandes grupos financeiros) e legaliza-se a Reforma Agrária já em curso. O controlo operário está na ordem do dia. O processo revolucionário parecia dar um passo em frente. Na realidade, era o último.

A revolução não tivera nem a capacidade de as adiar/anular como na Rússia de 1917 (o que era difícil num país onde a oposição fizera das eleições livres a sua bandeira de sempre), nem a força de as ganhar (como o chavismo venezuelano dos nossos dias). É precisamente a partir daqui, desta crise de legitimidade que nem a retórica tutelar do I Pacto MFA/Partidos consegue minimizar, que

se inicia a rutura dos setores intermédios com o processo revolucionário, argumentando contra a hegemonia totalizante que nele tendia a assumir o papel do PCP. Rompe-se o Governo Provisório com a saída do PS e do PSD (unicidade sindical, caso República) e explicita-se a crescente e já indisfarçável desagregação do MFA. A extrema-direita terrorista passa à ação em todo o país contra as sedes e militantes de esquerda e a hierarquia católica distancia-se do PREC a pretexto da ocupação da Rádio Renascença.

Com o processo revolucionário em curso, deter as cúpulas do poder político e até das chefias militares não era resolver a situação. Havia um movimento de massas disposto a lutar pelo que tinha conquistado.

10. Efetivamente, o heteróclito campo da revolução iria sofrer, nos meses seguintes, três derrotas sucessivas e determinantes. A primeira, com as eleições de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. Não são só os modestos resultados do PCP (12,5%), do MDP (4,1%) e da UDP (0,7%): é alteração do critério legitimador do poder em redefinição. Na realidade, com as eleições de abril 1975, a legitimidade eleitoral impõe-se definitivamente sobre a legitimidade revolucionária. E a verdade é que o PS vencera as eleições constituintes com 57,8% dos votos.

Inicia-se a mobilização de massa contra o processo revolucionário com os grandes comícios e manifestações convocados pelo PS a favor de uma democracia parlamentar e "europeia" e as concentrações de apoio ao episcopado no norte e centro do país. Na realidade, em julho de 1975, com a formalização do Grupo dos 9, está constituído, tendo como eixo os Nove e o PS, um campo político-militar de oposição e alternativo ao dividido campo revolucionário que lhe vai disputar, palmo a palmo, as posições-chave no aparelho militar e no Governo, como



Na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal: enfrentamento decisivo entre forças da EP Cavalaria comandadas por Salgueiro Maia e de Cavalaria 7 e lanceiros 2, fiéis ao regime.

primeiro passo para o derrotar no plano da mobilização social. Um campo apoiado abertamente pela direita política e dos interesses, por setores maoistas que reificavam o perigo de um regime tutelado pelo PCP e, mais na sombra, pelas, sabemos hoje melhor, largas ramificações da extrema-direita fascista e terrorista do ELP/MDLP e grupos afins.

II. Precisamente, a segunda derrota do campo da revolução socialista, em agosto/setembro de 1974, é o afastamento generalizado da “esquerda militar”, sobretudo da mais próxima de Vasco Gonçalves e do PCP, não só da liderança do Governo provisório como das fortes posições detidas no aparelho militar: é encerrada a V Divisão, Vasco Gonçalves é afastado de Primeiro Ministro e impedido de assumir o cargo de CEMGFA (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas), Eurico Corvelo é demitido da chefia do RMN, os “gonçalvistas” são colocados em minoria no Conselho da Revolução, perdendo 9 conselheiros, são readmitidos os conselheiros do Grupo dos 9, o VI Governo é uma clara guinada à direita. Sobram Otelo e o COPCON, mas o cerco a este último núcleo do revolucionarismo militar começa de imediato. O que sai deste embate é uma substancial alteração da correlação de forças a nível político e

militar: nas chefias e no Governo instalam-se agora opositores ao curso revolucionário. Não era o fim, mas era o prefácio do fim.

12. Com o processo revolucionário em curso, deter as cúpulas do poder político e até das chefias militares não era resolver a situação. Havia um movimento de massas disposto a lutar pelo que tinha conquistado. A “contraofensiva das lutas populares”, como lhe chamará o PCP, será forte e prolongada, mas representa já, não obstante a sua capacidade de mobilização entre setembro e novembro, um processo claramente defensivo contra o “avanço da reação” e a iminência de um golpe militar, na realidade, em preparação a partir do Grupo dos 9 e desde a “limpeza” desse verão. Considerar essa radicalização terminal, quase desesperada e sem orientação clara, como o “momento insurrecional” ou o “assalto final” ao poder do Estado³, parece-me ser uma abordagem que nada tem a ver com a realidade. As importantes mobilizações desse período, de uma forma geral, não colocavam a questão da tomada do poder: reclamavam as posições perdidas (demissão de Corvacho, desativação do CICAP (Centro de Instrução Auto do Porto), silenciamento à bomba da Rádio Renascença, atentados bombistas...), denunciavam os planos político-militares, esses sim, ofensivos, do campo con-

3 - Cf. Raquel Varela (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa: Bertrand, p. 491 e segs. e pp. 496-498.



A sabotagem económica precipitou o processo de ocupação das empresas e a reivindicação das nacionalizações

trarrevolucionário, em suma, estavam à defesa e tentavam segurar o que tinham obtido. Isso não é incompatível, na ausência de um movimento de massas unificado e de uma direção política clara, com o deixar-se arrastar para a aventura golpista incipiente protagonizada pelos paraquedistas e as unidades do COPCON da Região Militar de Lisboa (RML) com o apoio de certos setores sindicais afetos ao PCP e da militância da extrema-esquerda (ocupação das bases aéreas, de alguns pontos estratégicos da capital, da RTP e da Emissora Nacional). A 25 de novembro, isso constituiu o pretexto há muito esperado para se desencadear o contragolpe militar a sério. O que precisamente é revelador neste contexto é a surpreendente facilidade com que, praticamente sem resistência (excetuando o breve confronto na Polícia Militar), o Regimento dos Comandos subjugou, uma a uma, as unidades rebeldes. As escassas centenas de pessoas que as “defendiam” dispersaram e os seus chefes, disciplinadamente, foram entregar-se ao Palácio de Belém. A terceira derrota era, agora, definitiva para o processo revolucionário.

13. O novembrismo está para a contrarrevolução como o movimento militar de 25 de Abril esteve para a revolução. Ele não era a contrarrevolução, mas, a alteração da correlação de forças que impôs, abriu o campo a que ela paulatina, progressiva e constitucionalmente se instalasse como política dominante da situação pós-revolucionária. Dissimulada e prudente ela entrava

pelos portas que novembro abrira. A 25 de novembro o golpe ordena a prisão de 118 militares, saneia da RTP e da EN 82 trabalhadores e demite as administrações e direções da imprensa estatizada, substituídas por gente do PS e PSD ou militares afins. Ao contrário do que pretendiam a extrema direita e certos setores da direita, não houve prisões massivas de “vermelhos”, anulação das liberdades públicas, dissolução de partidos ou encerramento de sindicatos ou das suas publicações. O PCP manteve-se no Governo Provisório e a Constituição de 1976 consagraria o objetivo do socialismo, a irreversibilidade das nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e o papel das Comissões de Trabalhadores.

14. Na realidade, o Grupo dos 9 negociara discretamente com o PCP uma *contenção pactuada* do processo revolucionário (o PCP travara no terreno os ativistas sindicais, os militantes civis e os militares arrastados para a aventura iniciada pelos paraquedistas), o que resultaria num processo obviamente distinto de uma clássica e violenta resposta contrarrevolucionária. Um acordo que fazia a economia de uma contrarrevolução sangrenta, mas em que os vencedores alteravam as regras do jogo em dois aspetos cruciais: impunham a consagração da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária e, sobretudo, liquidavam o MFA, repunham a hierarquia tradicional das FA e, nesse sentido, anulavam a aliança essencial com esse braço

armado de que dispusera o movimento popular no processo revolucionário. Regressavam as FA como espinha dorsal da violência legal do Estado. É certo que a revolução terminava. Mas deixava na democracia parlamentar que lhe sucedia a marca genética das suas conquistas políticas e sociais, dos direitos e liberdades que arrancara na luta revolucionária e cuja continuação impusera e defendia na nova situação política. É por isso que a equiparação esquemática que por vezes se faz entre a contrarrevolução e a democracia parlamentar⁴ desconhece que, no caso português, ela é fruto do compromisso com um processo revolucionário que a marcou profundamente. Ao contrário do que afirma a direita política e historiográfica - em curiosa aproximação com o citado ponto de vista -, a democracia política não existe em Portugal apesar da revolução, mas *porque* houve a revolução.

15. Há, portanto, um ser e um não ser na revolução portuguesa de 1974/75. Ela teve a força de subverter a ordem estabelecida, atingindo os fundamentos do próprio sistema capitalista, mas não conseguiu segurar e, menos ainda, aprofundar essas aquisições num poder socialista durável. Foi travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas na contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a "normalização democrática". Ou seja, foi derrotada pelas formidáveis reações que despertou, tanto nacional como internacionalmente. O que conduz à necessidade de tentar analisar, ainda que sumariamente, algumas das suas principais dificuldades de fundo.

16. Em primeiro lugar, a situação de "duplo poder" criada pelos milhares de órgãos de vontade popular eleitos nas empresas, nos bairros e nos campos do Sul pelos trabalhadores e moradores nunca se constituiu numa organização nacional una e articulada. Muito menos, na sua dispersão, assumiu maioritariamente uma orientação política clara ou se colocou a questão da tomada do poder. Ao contrário do que aconteceu nos soviets da Rússia de 1917 ou na revolução

conselhistas alemã de 1918/19, não há na revolução portuguesa um "poder popular" paralelo unificado, por isso se não colocou nunca, na prática, a questão de "todo o poder aos órgãos de vontade popular". Até julho de 1975 o PCP e a sua estrutura sindical opõem-se às CT e, antes e depois disso, cada grupo político da esquerda radical tem as "suas" CT e CM, as "suas" estruturas de articulação parcial, guerreando-se frequentemente entre si e com as que o PCP cria, finalmente, nesse verão.

17. Em segundo lugar, na revolução portuguesa os órgãos de vontade popular não estão armados, novamente num contraste essencial com as citadas experiências soviética e conselhistas. Eles são apoiados por um aliado externo a si próprios, um movimento militar, ou parte dele, ou até por algumas unidades dessa parte, à medida que a esquerda do MFA se vai dividindo e subdividindo. Não há operários, camponeses e soldados em armas como alguns setores da esquerda radical reclamavam. Aliás, o PCP e as organizações radicais de esquerda mantiveram organizações nas FA mais para influenciar os oficiais do MFA do que para promover o insurrecionalismo dos soldados. Nestes termos, há um processo revolucionário dos trabalhadores externamente apoiado, quando o foi, por um movimento de oficiais crescentemente dividido e debilitado. A vulnerabilidade era evidente: se e quando a reação ao processo revolucionário lograsse reenquadrar o MFA na cadeia de comando das FA, eliminando-o, o movimento de massas, mesmo que se mantivesse, perderia a sua indireta expressão armada e subversora, retomando a natureza de movimento reivindicativo sem capacidade de colocar a questão do poder. Passava à defesa. Foi precisamente isso o que aconteceu.

18. Em terceiro lugar, o campo político da revolução estava profundamente dividido sobre a natureza do poder a construir e os caminhos para lá chegar. E não houve nem uma força

claramente hegemónica suscetível de marginalizar as demais, nem a capacidade de encontrar uma plataforma mínima de ação comum (a própria FUP, Frente de Unidade Popular, constituída em 25 de Agosto de 1975 entre o PC e outros 7 grupos, já com propósitos claramente defensivos e sem parte dos maoistas, começa a desfazer-se três dias depois com a saída do PCP). A divergência central seria entre a estratégia cunhalista de progressiva ocupação do aparelho civil e militar do Estado, do MFA, das direções dos sindicatos e dos jornais/rádio/RTP, das autarquias, etc... quase sempre à margem de qualquer escrutínio democrático, de “cima para baixo”, e a orientação comum à esquerda radical de criar na luta de classes um “poder popular” capaz de partir ao assalto revolucionário do Estado. Mas mesmo no subcampo da extrema-esquerda, a guerra dos sectarismos em torno da “pureza” revolucionária era generalizada. E tudo isso, claro está, se reflete em cheio na coesão do MFA mais à esquerda, já em rutura com o Grupo dos 9.

19. Na realidade, uma das singularidades da revolução portuguesa que o preconceito ideológico de boa parte da historiografia sobre este período tende a ocultar é que a extrema-esquerda, mesmo pulverizada e em guerra interna, teve a

força social e política suficiente para impedir a hegemonia político-ideológica do PCP no processo, sem, todavia, lograr impor um caminho alternativo. Este impasse no campo da revolução abriu uma guerra no seu seio onde a violência sectária, frequentemente, não foi só verbal, dando lugar a agressões, saneamentos, manipulações e até a repressões massivas na tentativa de eliminar politicamente o campo maoista mais hostil ao PCP⁵. Este conflituoso bloqueio afastou, naturalmente, aliados sociais instáveis ou desiludidos, evidenciou impotência na resposta, exprimiu desunião e fraqueza, isolou o campo em si mesmo e nele se hão de buscar algumas das razões que levam à incapacidade de resistir com sucesso a contraofensiva no verão de 1975 e ao que se lhe seguiu.

20. Concluindo, pode dizer-se, com segurança, que a revolução portuguesa não foi um assunto encerrado pelo novembrismo de 1975. A força telúrica que explodiu nesse “dia inicial inteiro e limpo” não bastou para vencer, mas permitiu-lhe, todavia, recuar lutando e condicionar fortemente o que se seguiu. É a partir da defesa, consolidação e alargamento desse património que ainda hoje se define a esquerda portuguesa.

O campo político da revolução estava profundamente dividido sobre a natureza do poder a construir e os caminhos para lá chegar.

5 – A 28 de Maio de 1975, forças do COPCON, sob proposta dos oficiais mais próximos do PCP no MFA, atacam as sedes do movimento maoista MRFP na Região Militar de Lisboa e prende várias centenas de militantes e ativistas, encerrados nas cadeias de Caxias e Pinheiro da Cruz onde serão sujeitos a um tratamento brutal, denunciado pela opinião pública. Serão libertados progressivamente até 18 de Julho de 1975.

CORY DOCTOROU / FULCRUM



Os burgueses: 40 anos de poder e recomposição

ADRIANO CAMPOS E JORGE COSTA

“Nos primeiros tempos não havia tempo para pensar com muita profundidade o que se estava a fazer: era só uma certa intuição, talvez também uma certa dose de teimosia e perseverança”. Assim lembra António Vasco de Mello, referindo-se à criação da Associação Industrial Portuguesa (AIP) escassos dias após o 25 de Abril de 1974. O pensamento e ação da burguesia portuguesa na voragem militar e popular que aniquilou o marcelismo resultaram, como sabemos, numa derrota de curto prazo. A aposta perdida de Spínola e a polarização no seio do MFA, reflexo da agudização de contradições sob a crescente pressão popular, ditaram o novo cenário. As três maiores dinastias da burguesia portuguesa, Mello, Champalimaud e Espírito Santo, perante uma cúpula política incapaz de

organizar a defesa da classe, partiam para o exílio. Para compreender o regresso e a reconquista de Vasco de Mello, que viveu o desterro suíço com o seu pai, Jorge de Mello, é necessária mais atenção à complexa dinâmica social e histórica do que à “teimosia” do burguês.

A arte do possível: a burguesia e os caminhos para o novo regime.

Francisco Louçã¹ recorda uma ideia dominante entre a esquerda radical durante o PREC, sumariada à data por César de Oliveira: “As classes dominantes em Portugal só têm uma saída: um regime autoritário, centralizado e fortemente repressivo, capaz de garantir a estabilidade política e uma “paz social” que lhes permita reconverter a estrutura económica de-

1 - LOUÇÃ, Francisco (1984), *Ensaio para uma revolução*, Lisboa: Cadernos Marxistas

pendente da exploração colonial, da divisão internacional do trabalho, da própria existência de fascismo". O determinismo económico comanda assim uma análise onde a solução do fascismo é uma sombra da própria estrutura produtiva, com o Estado à superfície. Uma solução que se transforma ainda em mecânica política perante o abalo do poder - as liberdades de abril à mercê da reação bombista.

Acontece que, com os últimos cartuchos de Spínola, não se queimou apenas o projeto de uma transição bonapartista do antigo regime, mesmo que intranquila. A ideia de que Portugal poderia manter o mesmo modelo económico e social esfaleou-se perante as próprias evidências políticas: a sublevação de uma parte significativa do aparelho de Estado - as chefias intermédias do exército - e a súbita torrente popular de apropriação impossibilitavam uma manutenção dos moldes de exploração e dominação. Daí que, para o determinismo económico, a burguesia só tivesse como possibilidade o caminho do autoritarismo, assente num revigorado centro de repressão política e militar.

A reacomodação do Estado, abalado no seu poder centralizador, exigia novas soluções. A aposta no MFA como centro de uma transição segura e respeitável mereceu o apoio do PS e do PCP, num jogo de influências que ditaria o equilíbrio futuro. Exaurida esta via, o 25 de Novembro inaugura o novo período de estabilização. Ao longo de uma década e meia, o sistema económico permanecerá sob forte intervenção estatal, com uma classe dominante ainda diminuída e sem condições políticas e financeiras para tomar posse de empresas públicas concen-



tradas e de grande dimensão. O Estado assume a gestão do sistema económico e o seu papel histórico de incubador e protetor da burguesia portuguesa. É sob a direção estatal que se opera a reconstituição da burguesia.

Tal como mostra a investigação de *Os Donos de Portugal*², a recomposição e o poder da burguesia em Portugal não se estabeleceu a partir de uma inflexão autoritária do novo regime, antes partiu da instalação

de uma democracia parlamentar com ampla hegemonia do campo político e que conseguiu reivindicar as bandeiras da democratização e da modernização. A burguesia soube ainda abrir outras vias: a sinecura do Estado na gestão da economia. Esta solução contou com uma legitimidade política que tem no complexo processo de conquistas populares a sua força e as suas principais contradições. O regime do pós-25 de Abril interrompeu e digeriu as fugazes expressões do "poder popular" do PREC - ocupação de casas, fábricas e campos, auto-organização dos soldados e democracia direta - inscrevendo-as na mistificação de uma democracia que foi afinal quase sempre alternância.

De forma a avançarmos na compreensão dessa recomposição apresentamos, sob um prisma particular, dois processos centrais destes quarenta anos, que tiveram no Estado e no seu aparelho o centro propulsor - o restabelecimento do capital rentista pelos processos de privatização e a coerência da estratégia da classe dominante através da colonização da representação política pelo trânsito entre o poder executivo e os negócios.

2 - COSTA, Jorge et al (2010), *Os Donos de Portugal. Cem anos de poder económico*, Porto: Afrontamento

Concentrar e privatizar: os rentistas

O rentismo é a marca do ciclo privatizador português das últimas duas décadas. A reconstituição dos grupos económicos depois das nacionalizações baseou-se em dois pilares essenciais: a concentração bancária e o acesso a monopólios estratégicos convertidos em rendas garantidas, na energia, nas telecomunicações, em infraestruturas rodoviárias. Na definição dos setores com maior acumulação e poder, tem também relevo aquilo a que chamamos rendas especiais. A primeira é o negócio imobiliário, um sistema de acumulação acelerada, baseado em capital fictício e protegido pelo resgate estatal. Outra forma de rentismo é a que resulta das parcerias público-privado, que geram uma enorme dívida para várias gerações.

A presente fase do processo privatizador, em que a alienação de bens públicos se faz, so-

Dez anos depois de terminado o período revolucionário, tem início o longo consulado de Cavaco Silva. O ciclo privatizador inicia-se sob o signo da diminuição da dívida pública. Cavaco e Cadilhe avançam cautelosamente, argumentando com a necessidade de receita e começando por setores não-estratégicos: a cervejeira Unicer, o *Diário de Notícias* (DN), o *Jornal de Notícias* (JN). Cá e lá fora, o ambiente político (Portugal está na CEE desde 1986; a guerra fria termina em 1989) é favorável à ofensiva dos ideólogos do mercado, nomeadamente nos média. A boa procura registada nas primeiras privatizações mostra que a marcha pode ser acelerada.

Na privatização de 20% do JN em 1991, Américo Amorim organiza uma "cooperativa de editores" para controlar a quota reservada a profissionais do setor. Como o *Expresso* recor-

A reconstituição dos grupos económicos depois das nacionalizações baseou-se em dois pilares essenciais: a concentração bancária e o acesso a monopólios estratégicos convertidos em rendas garantidas, na energia, nas telecomunicações, em infraestruturas rodoviárias.

bretudo, a favor do capital estrangeiro, liga-se precisamente às dificuldades geradas por estes dois tipos de rendas, nomeadamente pelo fim da bolha do crédito fácil e pela insustentabilidade das PPP. As teias pelas quais se teceu este processo largo de transferência de propriedade e redefinição das relações económicas estão detalhadamente identificadas em *Os Donos de Portugal* (capítulo VI). Neste breve apontamento salientamos particularmente a metamorfose da propaganda governamental na apresentação deste longo ciclo de privatizações, que nos diz muito da capacidade de representação da burguesia portuguesa.

da em reportagem, Cavaco comenta o assunto e diz que não acredita que Amorim se envolva num negócio tão pequeno nas vésperas de privatizações grandiosas como a da Petrogal². Com efeito, Amorim perde o JN, mas será um dos parceiros da sociedade Petrocontrol, vencedora da primeira fase de privatização da Petrogal em 1992. Ali se encontram também, sob a presidência de Freitas do Amaral, grande parte do capital de então: os Espírito Santo, Patrick Monteiro de Barros, Champalimaud, Belmiro de Azevedo e, claro, os teimosos Mello. Os seus 25% da petrolífera serão vendidos oito anos mais tarde aos italianos da ENI, com

3 - Cf. *Expresso*, 02-02-2013.



António Champalimaud

mais-valias de 520 milhões de euros, isentadas de impostos por um favor especial do ministro Pina Moura, do PS.

Ao longo de mais de quinze anos, a propaganda governamental sobre as privatizações assentou na retórica do “capitalismo popular” e da “manutenção dos centros de decisão nacionais”. A primeira teve concretizações caricaturais - como as cooperativas de jornalistas montadas por Amorim - mas tratou-se, sobretudo, de uma fraude política concretizada de forma massiva. E se, nas primeiras privatizações, nunca foi muito expressiva a parte efetivamente subscrita por pequenos investidores, trabalhadores ou emigrantes, este discurso atinge o apogeu na primeira fase de privatização da EDP por António Guterres, que mobilizou 800 mil compradores, ou 8% da população portuguesa, com os bancos a emprestar dinheiro a centenas de milhar de cidadãos. Enquanto as ações se valorizam, os seus titulares integram esquemas de procurações em massa, que criam maiorias acionistas dominadas pelos intermediários bancários deste “capitalismo popular”. Por fim, atingido o prazo em que os seus titulares as podem vender, as ações dispersas rapidamente se concentram nas mãos de grandes grupos.

Quanto à retórica da preservação dos “centros de decisão nacionais”, ela apoiou um objetivo muito concreto: garantir a boa proteção dos grupos capitalistas portugueses no acesso às empresas em privatização. Desde logo, na

venda das seguradoras e bancos públicos. Em mãos privadas, a entrega de seguradoras funcionou como reforço financeiro para capacitar os grupos portugueses para a fase seguinte, a da compra dos bancos. Assegurado o músculo financeiro pela propriedade bancária, os grupos económicos vão depois lançar-se na apropriação de valiosas rendas e monopólios. Mas, ao fim de poucos anos, a grande “decisão” que muitos destes “centros” acabam por tomar é a realização de grandes mais-valias através da venda a grupos estrangeiros das mesmas empresas estratégicas cuja propriedade “nacional” prometiam garantir para todo o sempre. Uns atuaram desde o primeiro momento como meros testas-de-ferro daqueles interesses externos, outros como proprietários intercalares, enquanto se criavam as condições políticas e o sistema se adaptava à estratégia de uma burguesia com mais pressa em realizar proveitos fáceis do que em desenvolver grupos empresariais. E todos beneficiaram destas operações.

Já o atual ciclo privatizador, como adiante assinalamos, distingue-se profundamente dos anteriores. Simplesmente desaparecem todos os vestígios da velha ideologia privatizadora, que evocava o “capitalismo popular”. A hegemonia neoliberal do Consenso de Washington reconverte-se depois da falência dos gigantes financeiros de Wall Street e da Europa e depois do seu resgate pelos cofres públicos. Essa hegemonia é mais dura e mais pesada e recorre

a temas obsessivos, como a ideia de que “vivemos acima das nossas possibilidades” ou de que é preciso “vender os anéis”, apresentando assim a privatização como parte de um ajustamento anunciado.

Entre política e negócios: quem representa quem?

“Em tempos normais, a estabilidade do sistema é um dado adquirido (...) mas em tempos de crise, como este que vivemos (...) é preciso diminuir a tensão, desanuviar o confronto e encontrar-se terreno comum para fazer o sistema funcionar.” Esta declaração do *chairman* do Banif⁸, banco que contou com os fundos

dências dominantes que nos ajudam a perceber os meios pelos quais se opera a reprodução do poder da burguesia no campo político.

1. A ligação empresarial é a regra. Do universo total de governantes, mais de metade (415) estabeleceram, antes ou depois de passar pelo governo, um vínculo relevante às empresas e às suas administrações. Essa ligação é mais intensa no PSD e no CDS, mas o PS não se distancia: metade dos governantes do PS e dois terços dos do PSD e CDS circularam entre os governos e lugares de direção em grandes empresas. São, deste ponto de vista, redes orgânicas da burguesia.

Do universo total de governantes, mais de metade (415) estabeleceram, antes ou depois de passar pelo governo, um vínculo relevante às empresas e às suas administrações.

de recapitalização do empréstimo da troika, é reveladora (mais pelo seu autor do que pelo seu conteúdo), do trânsito existente entre a política e os negócios em Portugal. Luís Amado começou a sua carreira política na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, transitando posteriormente para a Assembleia da República. Foi depois Secretário de Estado nos governos de António Guterres e duas vezes Ministro com José Sócrates. Após 27 anos de experiência política e executiva (pertenceu ao secretariado nacional do PS), assumiu as rédeas de um dos bancos portugueses.

O caso de Amado não é único, a assimilação de ex-governantes por parte da burguesia financeira constitui um dos traços definidores do atual regime de dominação. Em *Os Burgueses*⁹ estudámos esses percursos um a um, totalizando um quadro geral dos 776 Ministros e Secretários de Estado dos 19 governos constitucionais. Dessa análise destacam-se três ten-

2. A finança comanda. Estas ligações variam em grau de responsabilidade dos governantes e na dimensão das empresas, mas há um centro de comando: a finança. São 230 (um terço de todos os governantes) que transitaram da finança para o governo ou que saíram do governo para a finança. O PSD lidera, uma vez mais, com 102 governantes, seguido pelo PS, com 75. Para tal contribui o facto de os governos de Cavaco Silva, a era dourada das privatizações na finança, ter mais de metade dos seus Ministros e Secretários de Estado neste trânsito. A finança é o centro nevrálgico do capitalismo português, onde a burguesia assenta a sua dominação económica e produz os seus quadros mais importantes.

3. PS e PSD não são iguais. Os dois maiores partidos no seu conjunto ditam a tendência de recrutamento dos governantes. Estes são originários, na sua maioria, de cargos públicos exercidos na esfera do Estado,

⁸ - Cf. Lusa, 04-03-2014

⁹ - LOUÇÁ, Francisco, LOPES, João Teixeira, COSTA, Jorge (2014), *Os Burgueses*, Lisboa: Bertrand.

com grande ênfase para as empresas públicas, universidades e o parlamento. A cooptação de ex-governantes pelas empresas é mais frequente do que a indicação pelos governos de quadros do setor privado. Mas dentro dessa tendência, PS e PSD diferenciam-se na constituição das suas redes de influência. O PSD é o partido orgânico da burguesia portuguesa, pois é hegemónico nas ligações aos grandes grupos económicos⁶ e às empresas do PSI20, com 90 e 68 governantes, respetivamente. Em conformidade, o PSD recruta com mais intensidade no setor privado do que o PS, privilegiando o passado empresarial dos seus governantes. O PS segue um padrão distinto, pois recruta mais quadros públicos e professores universitários, apresentando também um equilíbrio maior em termos de governantes com e sem ligações nos seus governos. Não obstante, o PS lidera a rede de influência em alguns setores da economia – sendo o caso do imobiliário e construção o mais

os nacionais e na exploração do trabalho. Os impactos da crise financeira e o novo acordo de regime, a austeridade, vieram abalar esta dinâmica combinada do domínio burguês.

A atual fase de privatizações corresponde a uma agenda determinada em grande medida pelo capital financeiro do centro da Europa, credor dos bancos portugueses e cujos interesses são interpretados pela estratégia da trika, através da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Em termos de disputa da propriedade, os grupos económicos nacionais são atores menos que secundários. E a própria receita das privatizações é escoada do país por dois canais: de forma imediata, pelo pagamento da dívida; no longo prazo, pela perda permanente pelo Estado de rendas monopolísticas (ANA, CTT) e de outros recursos importantes, não só pela sua rentabilidade como pela sua presença internacional (Cimpor, EDP, TAP), a favor de grupos estrangeiros.

A cooptação de ex-governantes pelas empresas é mais frequente do que a indicação pelos governos de quadros do setor privado.

notório (41 governantes) – e em grupos poderosos, como é o caso da PT (14 governantes).

Saber durar: a burguesia na era da trika

Destacámos atrás dois processos fundamentais para a recomposição da burguesia portuguesa. O rentismo como base para uma organização parasitária do Estado que se alimenta pelos processos de privatização e monopolização dos setores de baixa produtividade, da construção, distribuição e imobiliário. Em segundo lugar, sublinhámos a assimilação de governantes de modo a manter uma coerência política e estratégica na depredação dos recur-

Alguns dos grandes grupos económicos portugueses mantêm uma forte componente bancária que os leva a favorecer o “resgate”, dado que este converte dívida privada em dívida do Estado. Vários destes grupos beneficiam da capitalização estatal direta (injeção de capital) ou indireta (financiamento do BCE e especulação com a dívida pública). São, portanto, ganhadores, ainda que secundários, neste processo. Concomitantemente, a entrada de capital estrangeiro, direcionado, sobretudo, para a finança, estabelece-se em aliança com setores do capital nacional. O domínio de Isabel dos Santos na Zon e a entrega da EDP ao capital

6 – Mello, Champalimaud, BES, BCP, Santander, Mota-Engil, PT, BPI, CGD, SONAE, Jerónimo Martins e Amorim



JOSÉ SILVA GOUALÃO / LUSA

Negociações do OE para 2011 entre o PSD e o Governo do PS

chinês são exemplos maiores desta partilha determinante para a burguesia portuguesa.

O esforço político a que este processo obriga deixa ainda à vista uma intensificação do trânsito de influências. Em plena crise diplomática luso-angolana, Paulo Pereira Coelho, ex-secretário de Estado da Administração Local de Durão Barroso e mais tarde administrador da Finertec (já angolana), é enviado a Luanda como consultor diplomático em sinal de apaziguamento⁷. Eduardo Catroga, homem de confiança dos Mello e ex-ministro cavaquista, negocia pelo PSD o programa da troika que dita a privatização restante da EDP para logo em seguida ser nomeado *chairman* da Companhia elétrica portuguesa. José Luís Arnaut, ministro imediato de Barroso, assessora juridicamente as privatizações dos CTT e ANA para de pronto alcançar lugares de destaque na Venci e Goldman Sachs,

vencedoras nos dois processos. Luís Amado e Jaime Gama, destacados dirigentes socialistas, ocupam posições na banca em dificuldade, Banif e BES, respetivamente. Miguel Relvas permanece na sombra, laborando para a prosperidade do “triângulo dourado” entre Portugal, Brasil e Angola.

Saber durar é a marca distintiva da burguesia portuguesa na era da troika. Os laços com o capital angolano, o apoio à austeridade como mecânica da destruição dos salários e dos serviços públicos, a adesão aos novos ditames do poder europeu formam a base sobre a qual se sustenta esta estratégia.

Uma transformação profunda nas suas relações de reprodução, que continuará a decorrer nos próximos anos. Nestes tempos conhecer este poder continuará a ser a primeira condição para o derrotar.

7 - LOUÇÁ, Francisco, LOPES, João Teixeira, COSTA, Jorge (2014). *Os Donos Angolanos de Portugal*. Lisboa: Bertrand.



Manifestação de trabalhadores no Verão de 1974

O “duplo poder” na Revolução de Abril

MIGUEL PEREZ

O desenvolvimento de formas do chamado “poder popular” e a questão da emergência de um duplo poder no processo revolucionário de 1974-75 não é um assunto simples nem fácil de ser analisado num texto tão breve como este. Trata-se de um aspeto essencial da história do 25 de Abril que carece ainda de estudos científicos extensivos e que frequentemente é objeto de lugares-comuns e simplificações grosseiras que não ajudam em nada à compreensão da dimensão e especificidade da própria Revolução. É conhecido como estas formas de poder foram qualificadas durante os acontecimentos por importantes líderes políticos e responsáveis governamentais.

Trataremos neste ensaio de proceder, na medida das nossas possibilidades, a uma abor-

dagem global destes processos de desenvolvimento de um poder revolucionário e à indicação de pistas para o aprofundamento de alguns aspetos importantes.

O conceito de poder revolucionário - um “duplo poder” que nasce em momentos de revolução e que no decurso do processo revolucionário tende a substituir o aparelho de Estado tradicional - está solidamente fundamentado na tradição historiográfica de tradição marxista e inspira-se nas reflexões desenvolvidas pelo próprio Marx aquando da Comuna de Paris de 1871, em que refere características como a democraticidade e a “leviandade” desses novos órgãos. O fundador do socialismo científico põe em destaque na sua análise o princípio da revogabilidade dos eleitos da Comuna, a limitação

das remunerações no exercício da autoridade ao nível do salário médio dos trabalhadores, que foca como elementos de um poder de estado que deverá tender a autodestruir-se e desaparecer.¹

Como dissemos no início deste texto, existe toda uma tradição política que analisou as revoluções sociais do século XX atendendo ao seu carácter anticapitalista, assinalando a tendência das mobilizações sociais revolucionárias para criarem os seus próprios órgãos de classe que, no decurso do processo revolucionário, se transformam em órgãos do novo poder político de natureza diferente. Este quadro de análise nasce com a Revolução Russa de 1905-1917 e é teorizado pelos próprios dirigentes daquela revolução². No caso russo da mobilização social, e em particular do operariado, surgem os soviets de deputados operários como órgão dirigente da luta da classe, e são estes comités eleitos que vão receber o poder em novembro de 1917 na insurreição dirigida pelos bolcheviques. Nos acontecimentos revolucionários contemporâneos (Alemanha, Hungria, Áustria, Itália) aparecem organismos semelhantes aos da Rússia, o que se verifica na generalidade das revoluções anticapitalistas posteriores.

Segundo os líderes comunistas russos, os soviets eram formas de democracia proletária e tinham características específicas face às formas da democracia burguesa. Os deputados dos soviets eram escolhidos em processos diretos e eram revogáveis a todo o momento. O poder dos soviets distanciava-se ainda do princípio da separação de poderes estabelecida pela revolução francesa de 1789: nessa perspetiva, o soviete juntaria os chamados poderes legislativo e executivo³. Mais do que uma teoria acabada, são apontadas características gerais e tendên-

cias, um exercício de compreensão das novas formas das lutas sociais e políticas.

Esta análise de matriz marxista é muito mais do que um modelo explicativo. Em Portugal, na altura do 25 de Abril, era o coração ideológico de uma esquerda que, dadas as condições existentes na altura, era a maioria social do país. Efetivamente, o marxismo era o denominador comum dos militantes e ativistas de todas estas comissões, organizações e partidos. Um marxismo com variadas *nuanças* mas inspirado nas suas versões mais clássicas e influenciado por experiências políticas mais próximas, nomeadamente a revolução cubana.

Nesse sentido, pensamos que uma abordagem nesta perspetiva pode ajudar a esclarecer as dinâmicas e significado do "Processo Revolucionário Em Curso" (PREC) num exercício analítico assim fundamentado, e que toma em consideração o carácter variado e contraditório de muitos dos seus elementos, especificidades de uma revolução singular - a Portuguesa de 1974-75 -, mas com características comuns com um determinado "modelo geral" - as revoluções anticapitalistas do século XX.

Nesse sentido, na nossa opinião, toda uma série de fenómenos que se verificam em Portugal nos meses seguintes devem ser entendidos no quadro do surgimento de formas de intervenção política e social essencialmente novas, fortemente participativas e de um carácter democrático assembleário⁴. Trata-se de uma realidade que nasce da profunda mobilização social que varre todo o país naquela altura. Das greves, das ocupações de empresas, de terras e casas e de outras movimentações surgem, em processos de reuniões e plenários, comissões eleitas e revogáveis, autónomas (até que ponto?) dos partidos e do Estado.

1 - MARX, Karl (1987). *A guerra civil em França*. Lisboa: Avante!

2 - Em obras que são clássicos do pensamento marxista, como *O Estado e a Revolução*, de V. I. Lenine (Lisboa: Avante! 1975) ou a *História da Revolução Russa*, de L. Trotsky (São Paulo: Sunderman, 2006).

3 - Ver as teses dos dois primeiros congressos da Internacional Comunista. *Manifestos, resoluções e teses dos quatro primeiros congressos da IC*. Lisboa: Maria da Fonte, 1976.

4 - Parece-nos interessante aludir à conhecida canção de Fausto *As comissões*, que refere muitas destas características numa peça artística notável.

Na indústria e nas empresas em geral rebenta uma onda de conflitos laborais sem precedentes na história social do país⁵. As primeiras greves importantes começam nas grandes empresas industriais da margem sul do Tejo - Lisnave, Siderurgia Nacional, CUF - e estendem-se pelo país fora nas semanas e meses seguintes. O recurso à greve e à ocupação do local do trabalho é habitual. As reivindicações



Manifestação operária em Lisboa no Verão de 1974

de tipo económico são geralmente acompanhadas de outras exigências que extravasam as questões salariais, nomeadamente a do "saneamento" de empresários e quadros que são considerados repressivos. Segundo um estudo do GIS de 1975⁶, a reivindicação do saneamento atinge quase metade das empresas estudadas (cerca de 160), enquanto em mais de 20% dos casos ocorre a ocupação das instalações ou formas de luta semelhantes. São dados que ajudam a compreender os desenvolvimentos posteriores, no final de 1974.

Dessa conflituosidade laboral nasce nas empresas uma vasta rede de Comissões de Trabalhadores (CT) que continua a desenvolver-se nos meses seguintes. De maneira geral as CT emanam de processos de plenários e reuniões gerais de trabalhadores e respondem às necessidades objetivas do momento: uma representação direta dos coletivos de trabalhadores em luta. As CT conseguem ultrapassar o espartilhamento dos trabalhadores nas empresas por vários sindicatos

de ofício, uma das características da estrutura sindical corporativista que, depois do 25 de Abril, é dirigida por sindicalistas próximos do PCP. Ao lado das CT recém-formadas está presente um movimento sindical que ganha relevância ao longo do processo revolucionário, enquanto aquelas dificilmente conseguem construir estruturas coordenadoras reconhecidas (em grande parte por causa da falta de interesse

do PCP)⁷.

Uma das dificuldades com que nos confrontamos na investigação dos movimentos sociais no pós-25 de Abril é a de tentar fornecer dados quantitativos rigorosos dos mesmos. Apenas podemos fornecer algumas estimativas em segunda mão de alguns investigadores e observadores britânicos, que referem números entre as 2000 e as 4000, ou uma contagem realizada pelo PCP que Álvaro Cunhal refere no relatório ao VIII Congresso do partido já em 1976, que dá conta de cerca de 1000 CT no território continental (excetuando o distrito de Braga)⁸.

No outono de 1974 multiplicam-se os casos de empresas que vão entrando em autogestão face à chamada sabotagem económica, os despedimentos ou simplesmente o abandono da empresa pela entidade patronal. Nessas situações a CT da empresa assume o papel central na gestão e organização da mesma, o que é geralmente reconhecido pelo Estado. Assim, boa parte das Comissões Administrativas nomea-

5 - Ver a minha tese de mestrado, disponível na internet: Miguel Pérez - *Contra a exploração capitalista: Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado, FCSH-UNL, Lisboa, 2008. Ver ainda M. L. Lima Santos, M. Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977.

6 - Estudo publicado originalmente em 1975 na *Análise Social* e reimpresso como introdução a uma coletânea de documentos de diversas lutas. M. L. Lima Santos, M. Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977 (vol. 1).

7 - As Interempresas de Lisboa e Porto, nos primeiros meses de 1975, são as primeiras coordenadoras de CT, mas não têm o suporte do PCP. Em julho aparecerá uma primeira coordenadora próxima deste partido, na origem da atual CIL. Mas um primeiro encontro nacional de CT só virá a acontecer em 1987.

8 - CUNHAL, Álvaro (1976). *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa: Avante!, p. 346.

das pelo Estado nas empresas intervencionadas incluem representantes da CT respetiva.

Neste ponto vale a pena fazer um esclarecimento. É sabido que durante o ano de 1975 importantes setores da economia foram nacionalizados, primeiro a banca e as companhias seguradoras e, mais tarde, diversos setores industriais de base, a energia e os transportes. Porém, ao lado destas empresas públicas há uma miríade de empresas de todos os setores produtivos e tamanhos que passam a ser dirigidas por administrações nomeadas pelo governo, ao abrigo de legislação no sentido de proteger o normal funcionamento da economia nacional⁹. Entre 1974 e 1977 foram intervencionadas cerca de 360 empresas, a grande maioria sob pressão dos seus trabalhadores, com cerca de 160 000 assalariados. Nesse importante setor da economia as CT têm um importante poder, e tam-

de agir dos patrões-proprietários no interior das empresas.

O que foi dito acima sobre o número de CT também se aplica às empresas ocupadas. Como dissemos, podemos ter a certeza de que a maior parte das empresas que sofreram intervenção do Estado passou por alguma forma de ocupação e de participação radical dos trabalhadores. Mas a ocupação das empresas foi um fenómeno mais amplo - muitas empresas que foram ocupadas não foram intervencionadas. Dados da Confederação da Indústria Portuguesa, fundada depois do 25 de Abril, assinalam um momento alto nos primeiros meses de 1975 e, em 1976, a mesma organização refere a existência de 3000 empresas ocupadas. São números que devem ser usados com atenção atendendo à sua procedência.

À semelhança do que acontece no mundo do

Ao longo do processo revolucionário, a generalidade das CT exercem um poder determinante em inúmeras empresas, cerceando a capacidade de agir dos patrões-proprietários no interior das empresas.

bém nas empresas que, mantendo-se privadas, conhecem mobilizações radicais e uma intervenção quotidiana das suas CT. Nas empresas nacionalizadas durante 1975 (onde também se verifica forte pressão dos trabalhadores nesse sentido), as CT e outros órgãos dos trabalhadores (como as Comissões de Controlo Operário) também se tornam elementos de poder, com capacidade para vigiar o funcionamento das empresas. Ao longo do processo revolucionário, a generalidade das CT (e outras formas organizativas como Comissões de Controlo Operário, Comissões Sindicais em determinados setores e ainda outras) exercem um poder determinante em inúmeras empresas, cerceando a capacidade

trabalho, verificam-se processos do mesmo tipo em outros setores da sociedade portuguesa, que trataremos de maneira mais resumida. Neste sentido, podemos assinalar a realidade desses meses no âmbito da educação, onde os acontecimentos são em tudo semelhantes ao que referimos sobre as empresas. Num grande processo que ainda está por estudar, a generalidade das escolas, liceus e faculdades vive formas de intervenção radical de professores e alunos com momentos extremamente acessos.

A mobilização dos moradores das grandes cidades é um movimento original e profundamente marcante na revolução portuguesa, acerca do qual existe uma razoável quantidade de

9 - DL 660/74 de 25 de novembro.

10 - Ver as obras de Chip Downs, Maria Rodriguez, José Manuel Bandeirinha, Jaime Pinho e João Baía.



Concentração popular nos Restauradores no dia 25 de Abril de 1974

estudos disponíveis¹⁰. No novo clima político aberto pelo movimento dos capitães, as enormes carências habitacionais do país tornam-se motivo para fortes movimentações populares. Segundo fontes diversas, apenas cerca de 40% das habitações do país dispõem de água canalizada e esgotos, enquanto nas periferias de Lisboa e Setúbal proliferavam bairros de barracas sem as mais elementares condições. A precariedade destas áreas de habitação em barracas foi posta a nu com toda a crueza nas inundações de 25-11-1967 na região da capital, que terão causado centenas de mortos. Na cidade do Porto o exemplo de habitação precária por excelência eram as *ilhas*¹¹, uma forma tradicional de alojamento das famílias mais humildes que existia desde os primeiros tempos da industrialização da cidade. Na generalidade dos casos, as Comissões de Moradores (CM) terão uma expressão territorial específica: o bairro, portanto, num nível abaixo da freguesia. Seria impossível proceder a uma estimativa do número de CM criadas, mas estará com certeza na magnitude dos números apresentados acima para as CT: muitas centenas, seguramente, acima das mil.

As formas de coordenação de CM ao nível da cidade, da região e mesmo ao nível nacional foram variadas durante o processo revolucionário e surgiram mais rapidamente do que as coordenadoras de outros tipos de comissões. Para além das questões estritamente habitacionais, as CM vão-se ocupar da resolução de todo tipo de problemas que afetavam às comunidades, como a educação, a saúde, o lazer (para os quais se ocupam espaços disponíveis na área) e os transportes públicos. As suas ações mais relevantes têm a ver, porém, com o acesso à habitação condigna para as camadas sociais mais humildes. As formas de luta mais habituais são a manifestação de rua e a ocupação de espaços (prédios e andares). São frequentes formas de auto-organização que confrontam os problemas com uma resolução direta por parte dos moradores mobilizados: abertura de creches ou postos médicos ou a imposição de percursos às empresas de transportes (como a Carris, que é obrigada, por uma mobilização popular, a alargar o serviço para a zona de Odivelas em julho de 1975).

As primeiras notícias de ocupação de casas no pós-25 de Abril são de bairros de habitação

11 - Linhas de pequenas casas (geralmente de 4 X 5 m) construídas nas traseiras dos prédios à face da rua, normalmente com serviços higiénicos coletivos, destinadas à habitação de famílias operárias sem grandes recursos. Este tipo de habitação popular teve um enorme impacto na cidade do Porto, alojando-se nelas cerca de metade da população da cidade no início do século XX.

social do Estado em Lisboa (Boavista, Ajuda) e no Porto, onde também se desenvolve uma mobilização dos moradores dos bairros municipais (camarários). Nas semanas seguintes, a onda de mobilização estende-se nas duas grandes áreas urbanas, com realização de plenários e elaboração de cadernos reivindicativos em que são apontadas as carências que sofrem as populações.

Nas grandes cidades, como Lisboa, Porto e Setúbal, são criadas diversas formas de coordenadoras (Intercomissões de Moradores de Lisboa, Comissão Central das CM do Porto, Assembleia Geral de Setúbal)¹² que funcionam desde o princípio de 1975. No caso de Setúbal, a coordenação de comissões integra rapidamente

deste tipo de órgãos no território da Reforma Agrária resulta-nos muito sugestiva, mas a abundante produção científica não parece ter dado relevo a esta perspetiva. Sabemos bastante do contexto social do processo, do desenvolvimento da luta dos assalariados agrícolas e a lógica das ocupações, e ainda dos ritmos da "contra-reforma agrária", mas pouco da organização interna das novas unidades de produção coletivas e do seu papel no seu contexto territorial.

De uma forma genérica, o processo de luta nos campos do sul depois do 25 de Abril começa com uma vaga de combatividade de recém-fundados sindicatos dos trabalhadores agrícolas¹³, que leva à assinatura de contratos

As primeiras notícias de ocupação de casas no pós-25 de Abril são de bairros de habitação social do Estado em Lisboa e no Porto, onde também se desenvolve uma mobilização dos moradores dos bairros municipais (camarários).

CT e CM¹⁴ e no Porto, no verão de 1975, forma-se um Conselho Municipal indicado pelas CM junto da Comissão Administrativa Militar da Câmara. No Porto, as CM, com destaque para aquelas ligadas aos projetos SAAL¹⁴, têm um papel destacado, organizando-se em estruturas específicas e desenvolvendo uma mobilização prolongada na defesa dos seus interesses.

A abordagem da questão da emergência

coletivos para o setor agrícola no início do verão de 1974. Esses novos contratos, para além de muitas outras melhorias, previam a fixação de contingentes obrigatórios de trabalhadores fora das épocas de maior atividade agrícola (colheitas, sementeiras) conforme a dimensão das herdades. Tratava-se de uma das reivindicações históricas dos trabalhadores rurais do Alentejo: a segurança face ao desemprego sazonal endé-

12 - É uma lista não exaustiva e que se vai transformando no decurso dos acontecimentos, pois estas coordenadoras terão vida própria.

13 - Ver Chip Downs, Fernando Nunes da Silva, Helena Gonçalves e Isabel Seabra, *Os moradores à conquista da cidade*, Lisboa, Armazém das letras, 1978.

14 - O SAAL foi um programa de apoio à construção de habitações condignas lançado em julho pelo arquiteto Nuno Portas, secretário de estado da habitação. O programa estabelecia uma série de facilidades e apoios para o realojamento de populações mal alojadas e contará com a colaboração de arquitetos portugueses de grande prestígio, como A. Siza Vieira. Entre outros aspetos do programa, são de destacar a manutenção das populações a realojar no mesmo território, o chamado "direito ao local", e a exigência de organização das populações em associações ou comissões de moradores, sendo estas quem toma posse dos terrenos de construção. Predominava uma filosofia de favorecer a participação dos moradores nas diferentes fases do projeto de construção e transmitir os saberes técnicos necessários à construção às populações interessadas. Sobre o SAAL, ver o livro de J.M. Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007 e o filme *As Operações SAAL*, de João Dias (2007).

15 - No tempo da I República existiram fortes "Associações de Classe" (sindicatos) dos Trabalhadores Rurais no Alentejo, muito combativas mas extintas pelo Estado Novo.

mico da região.

As dificuldades na aplicação prática desta norma, as acusações de desinvestimento e “sabotagem económica” e o elevado nível de mobilização dos trabalhadores levam às primeiras ocupações de terras no final de 1974, que se prolongam por 1975 atingindo cerca de 1.1 milhões de hectares – algo mais de um terço da área da região da reforma agrária¹⁶. O ritmo

das ocupações de propriedades agrícolas é afetado pelas realidades regionais e pela dinâmica política geral. Em julho de 1975 é promulgada uma lei de Reforma Agrária radical, mas que já chega numa altura em que inúmeros prédios rústicos estão na posse dos trabalhadores.

No final do processo terão existido cerca de 500 cooperativas ou Unidades Coletivas de Produção (UCP) na área ocupada, geridas por Comissões de Trabalhadores eleitas em plenário e que terão exercido um poder social muito significativo nas comunidades envolvidas. É relevante ter em conta que, no sul do país, o peso político do PCP sobressai, ocupando esse partido um papel destacado no poder municipal estabelecido depois do 25 de Abril e conquistando, nas primeiras eleições autárquicas em dezembro de 1976, a grande maioria das câmaras municipais. O PCP tem ainda um papel dirigente nos sindicatos dos trabalhadores agrícolas. Aqui levantam-se questões centrais na nossa análise, às quais iremos tentando responder, mas que assinalamos: qual o caráter dos órgãos que nascem na mobilização social da revolução? Quem dirige politicamente essa mobilização? Existe um projeto político pró-



25 de bríl de 1974 - tropa ocupa a sede da PIDE DGS em Lisboa

prio desses órgãos?

Inspirados nestas leituras surgem no processo projetos de organização baseados na leitura de acontecimentos similares, muitas vezes profundamente voluntaristas. Assim nascem organismos como os Comitês de Defesa da Revolução (inspirados pelo PCP com base na experiência cubana) e os Comitês Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Mari-

nheiros (defendidos e desenvolvidos por militantes do PRP-BR¹⁷). Trata-se de modelos que pretendem desenvolver a iniciativa e a auto-organização populares e que ainda não foram objeto de investigação aprofundada. Na nossa opinião, terão sido iniciativas políticas identificadas com projetos políticos partidários e que não terão conseguido uma adesão social sólida.

Com uma inspiração semelhante nascem as Assembleias Populares (AP), reunindo diversos tipos de comissões e com a participação de estruturas representativas das forças armadas. Estruturas deste tipo nascem na capital (Benfica, Pontinha) já depois do golpe de Estado falhado de 11 de março de 1975. Estas primeiras AP na cidade de Lisboa destacam-se pela participação de unidades militares comandadas por oficiais com posicionamentos políticos progressistas. No quadro do pós-11 de Março surgem no interior dos quartéis, e dinamizadas pelo próprio MFA, Assembleias de Delegados de Unidade (ADU) compostas por oficiais, soldados e praças.

No verão de 1975, e com a profunda crise que atinge o Movimento das Forças Armadas é conhecido o *Documento-Guia da Aliança Povo-*

16 – Uma alteração legislativa de 1976 cria a ZIRA, Zona de Intervenção da Reforma Agrária, que abrangia aproximadamente todo o território entre o rio Tejo e as serras do Algarve. No resto do país, a Reforma Agrária não seria aplicável.

17 – Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias

MFA no início de junho de 1975, que expressa o projeto político dos setores mais radicais do MFA. Pretende-se que AP sejam uma estrutura de poder alternativo e expressão de uma democracia direta de tipo novo assente em estruturas locais (freguesias e concelhos) e distritais, conformadas por ADU, Comissões de Trabalhadores e de Moradores. As AP reuniriam aqueles *órgãos do poder popular* nos concelhos e distritos e formariam, finalmente, uma Assembleia Nacional Popular como órgão legislativo supremo. Numerosas manifestações são realizadas nas principais cidades do país. A radicalização política de muitos militares no decurso da revolução, que tanto deslumbrou os correspondentes de imprensa internacional na altura, é um processo que deve ser analisado com distanciamento e atendendo à situação revolucionária que o país atravessava. Na nossa perspetiva, muitas

A questão das AP prende-se com a monumental crise do Estado do processo revolucionário e ainda com outras questões fundamentais da revolução que temos abordado neste texto, como o caráter desta enorme vaga de auto-organização e a necessidade intrínseca dessa vaga de assumir as funções do Estado - ser a autoridade reconhecida pela sociedade e exercer, ou pelo menos tentar, o monopólio do uso da violência.

É salientada por autores com perspetivas divergentes, e não podemos aprofundar agora o assunto, a crise de autoridade do Estado decorrente do 25 de Abril¹⁸. Nos meses seguintes manifesta-se uma incapacidade do aparelho repressivo em cumprir as suas funções, num quadro que já descrevemos como de enorme mobilização social e auto-organização popular. A radicalização política e social que atravessa

A radicalização política de muitos militares no decurso da revolução, que tanto deslumbrou os correspondentes de imprensa internacional na altura, é um processo que deve ser analisado com distanciamento e atendendo à situação revolucionária que o país atravessava.

das análises que foram feitas acerca deles devem ser lidas com grande cautela. Assim como as considerações sobre o caráter bonapartista do MFA (objeto de um debate intenso nas organizações trotskistas, como a LCI e o PRT) que, sendo reflexões de valor, foram negadas pelo próprio decorrer do PREC e a anulação da "esquerda militar" em novembro de 1975.

As AP serão constituídas em boa parte do país nos meses seguintes. Entre agosto e outubro de 1975 são formadas as das zonas da periferia de Lisboa (Sintra, Cascais, Vila Franca, margem sul do Tejo) e estendem-se às regiões mais urbanas e mais a sul do país.

toda a sociedade vai atingir também as estruturas do exército, abaladas pelas contínuas crises políticas, e vai acabar por fracionar o MFA. É nesse quadro que, cremos, devemos interpretar o apoio de setores de militares às formas de poder popular que se manifesta no *Documento-Guia*.

Efetivamente, é neste quadro de radicalização de setores do exército que deve ser colocada a questão do armamento do movimento revolucionário. Este debate, que existiu no processo revolucionário português, é inevitável num dado momento de qualquer processo revolucionário. O novo poder que surge do processo

18 - Sobre a crise do aparelho estatal salientamos a obra de Diego Palacios Cerezales, *O poder caiu na rua: crise de Estado e ações coletivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa: ICS, 2003.

revolucionário precisa de afirmar-se contra o antigo, essencialmente no que respeita à capacidade de reprimir, ou seja, o monopólio do uso legal da violência.

Praticamente todos os agrupamentos políticos à esquerda do complexo PCP-MDP terão advogado a necessidade do armamento das comissões, das massas. Mas esta questão central da revolução é distorcida por uma das peculiaridades do processo português: o papel das forças armadas no espoletar no processo (o golpe dos capitães) e numa determinada visão pura dos militares do MFA, quando não da adesão aberta de muitos dos mesmos ao processo revolucionário. Uma visão que será de facto desenvolvida pelo PCP na denominada *Aliança Povo-MFA*¹⁹.

Podemos usar este conceito para compreender as semanas que vão do início de setembro de 1975 ao 25 de novembro. É a queda de Vasco Gonçalves com a assembleia do MFA em Tanços (a última que o movimento realiza) que o recusa como Chefe do Estado-Maior das FA, após ter abandonado o cargo de PM. Começa-se a desenhar um poder reconstruído, institucional e que assume os princípios da democracia burguesa do Ocidente. O VI Governo de Pinheiro de Azevedo vai sofrer uma fortíssima contestação social (greves dos metalúrgicos e o cerco a São Bento dos trabalhadores da construção civil a 12 de novembro) e assistir à proliferação de comissões e ao aparecimento dos Soldados Unidos Vencerão (SUV) ao longo destas semanas. Se bem que se trate dos episódios ainda mais obscuros da Revolução portuguesa, não podemos deixar de assinalar que este movimento de soldados rompe definitivamente a unidade e a operacionalidade do exército (um processo originado com o nascimento do MFA e o 25 de Abril²⁰). O pronunciamento do 25 de novembro de 1975 é um ponto de inflexão claro, o final do

processo revolucionário. A derrota das unidades militares de esquerda implicará o restabelecimento imediato da hierarquia, a disciplina nas tropas e o reforço dos setores mais conservadores na sociedade.

No quadro da recomposição do Estado tradicional, os órgãos do poder popular reverter-se-ão com parâmetros diferentes. As CT transformar-se-ão em estruturas representativas dos trabalhadores nas empresas, em formas semelhantes às de outros países ocidentais. As autarquias democráticas, eleitas em 1976, esvaziarão as CM de muitas das suas reivindicações. A Reforma Agrária recuará lentamente até meados dos anos 1980. Num processo lento e com contradições, a onda de mobilização social será finalmente derrotada.

A modo de conclusão, valerá a pena enumerar alguns dos raciocínios centrais sobre o poder popular na revolução portuguesa:

- No quadro de uma crise do Estado aberta com o golpe do 25 de Abril, verifica-se uma vaga de conflituosidade social de carácter anticapitalista, que se expressa na formação de comissões eleitas e revogáveis, que terão sido vários milhares e em âmbitos diversos.

- Estas comissões tenderão naturalmente a afirmar-se como uma forma de poder novo nos seus âmbitos, mas não conseguirão elaborar um projeto político próprio, unido e alternativo. A sua base social de apoio divide-se e acaba por ser derrotada pela "contrarrevolução".

- A questão do uso da violência, do armamento, aparece-nos como fulcral, como em todos os processos revolucionários em geral, mas no caso português com características especiais, como a existência de um movimento de militares progressistas e o desenvolvimento da crise social no seio das Forças Armadas no outono de 1975.

19 - CUNHAL, Álvaro (1976). *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Avante!, pp. 126-181.

20 - Carecemos de uma investigação rigorosa do movimento social dos soldados. Os principais textos dos SUV foram publicados em (s. a.) - *Os SUV em luta (manifestos - entrevistas - comunicados)*. Lisboa: Antídoto, 1975.



Estufas - UCP Terra de Catarina, Baleizão

Reforma e Contrarreforma agrária nos campos do sul

CONSTANTINO PIÇARRA

1. O despontar da luta

Realizado o 25 de Abril de 1974, a política agrária que o Estado vai seguir, em consonância com o Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), consiste na concretização de medidas que “dinamizem a agricultura”, ou seja, que possibilitem um aumento da produção no contexto de uma “reforma gradual da estrutura fundiária”¹. Estes são os objetivos que se colocam à SEA (Secretaria de Estado da Agricultura), liderada pelo Dr. Esteves Belo, a quem é entregue a gestão da agricultura durante a vigência dos três primeiros governos provisórios, o que, temporalmente, abarca o período que vai de abril de 1974 até março de 1975.

É esta política destinada a fazer aumentar a produção agrícola, através da mecanização e da intensificação cultural, sem colocar a questão da alteração da estrutura fundiária do país,

nomeadamente a existente no Alentejo, onde 2% das explorações ocupam 57% da superfície total da terra arável², como componente do aumento da produtividade pretendido, que se vai confrontar com os trabalhadores agrícolas dos campos do sul que, organizados em sindicatos e integrando a vaga revolucionária que se desenvolve pelo país no seguimento do golpe militar do 25 de Abril, lutam por melhores salários e garantia de emprego.

Numa conjuntura marcada pela vinda dos soldados das colónias, pela quebra da emigração, motivada pela crise petrolífera dos anos setenta do século passado, e pelo regresso ao campo de muitos homens que se encontram a trabalhar na construção civil na zona metropolitana de Lisboa, por força da crise vivida por este setor da economia, os trabalhadores agrícolas, que em 1970 são nos três distritos do

1 - Cf Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio.

2 - Cf BAPTISTA, Fernando Oliveira, “O Alentejo entre o latifúndio e a reforma agrária”, *Arquivo de Beja*, vol. 1, II Série, 1984, p. 273.

Alentejo 98 480, ou seja, 82,2% da população ativa nesta região³, avançam para a sua organização em sindicatos.

Tendo por âmbito geográfico o distrito, estes sindicatos constituem-se do topo para a base. Primeiro formam-se as comissões distritais, a partir de reuniões convocadas para esse efeito por núcleos de trabalhadores agrícolas com ligações a lutas passadas e ao PCP (Partido Comunista Português) e aprovam-se as reivindicações onde, para além de aumentos salariais e melhores condições de trabalho, tem papel central a garantia de emprego. Depois, por iniciativa das comissões sindicais distritais, e sob a supervisão dos secretariados executivos que delas emergem, é que se constituem as estruturas sindicais locais, por freguesia, as quais se instalam nas casas do povo, onde obtêm o apoio

de 1974 sindicatos e ALA assinam contratos coletivos de trabalho de base distrital, com a duração de um ano, no âmbito dos quais os agricultores aceitam receber trabalhadores distribuídos pelos sindicatos nos casos em que as explorações se encontrem em estado de subaproveitamento.

2. A agudização dos conflitos e as primeiras medidas de reformismo agrário

Enquanto a SEA vai desenvolvendo uma política destinada à modernização da agricultura, inserida num quadro de racionalidade capitalista, tendo como pano de fundo vastas áreas do latifúndio subaproveitadas, os conflitos nos campos do sul agudizam-se de forma significativa. À pressão exercida pelos assalariados rurais temporários, no sentido de verem

A política agrária que o Estado vai seguir, em consonância com o Programa do MFA, consiste na concretização de medidas que possibilitem um aumento da produção no contexto de uma "reforma gradual da estrutura fundiária"

logístico necessário à ação sindical, fator decisivo na organização rápida dos sindicatos.

São estas estruturas locais que, com o apoio das direções, no verão de 1974 vão discutir com os empresários agrícolas, organizados na ALA (Associação Livre de Agricultores), as reivindicações dos trabalhadores rurais, iniciando-se o processo nos concelhos onde a estrutura sindical é mais forte, daqui resultando a assinatura dos primeiros acordos de trabalho rural, que em alguns concelhos só foram possíveis depois do recurso à greve.

Com o fim destas convenções de trabalho, que resolvem conjunturalmente o problema do desemprego nos campos do Sul, no outono

garantido o emprego, responde a maioria dos agricultores com a recusa em aceitar estes trabalhadores e com a realização de atos de sabotagem económica.

É neste contexto que surgem as primeiras medidas de reformismo agrário, já na vigência do III Governo Provisório, que toma posse a 1 de outubro de 1974 no rescaldo do 28 de Setembro e da demissão de António de Spínola de Presidente da República. Criam-se o IRA (Instituto de Reorganização Agrária) e a CIC (Comissão de Intensificação Cultural), cuja tarefa, com base num corpo técnico vindo do marcelismo e ligado ao capitalismo agrário, é fazer o levantamento das terras subaproveitadas

3 - Cf BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Afrontamento, p. 405

e, a 22 de novembro de 1974, publica-se o DL n.º 653/74 que confere poderes ao IRA para proceder ao arrendamento compulsivo das propriedades subaproveitadas, assim consideradas segundo os critérios da CIC.

A ALA que, ao preconizar a “função social da terra” e medidas destinadas “a impedir que haja terras mal exploradas”⁴, sobrepondo com esta posição a defesa dos empresários capitalistas em relação aos proprietários fundiários, acolhe positivamente o DL n.º 654/74, numa perceção clara de que a política reformista do Governo pode servir para estreitar o espaço por onde possa surgir uma reforma agrária antilatifundista e anticapitalista.

Em contraste com esta posição, pequenos e médios agricultores, prejudicados pelos aumentos significativos do gásóleo, adubos e rações para animais, decididos pelo Governo em agosto de 1974, radicalizam posições e passam a defender o acesso às terras incultas.

Sindicatos rurais, pressionados pelos trabalhadores eventuais, defendem, por seu turno, o arrendamento compulsivo das explorações agrícolas onde os empresários se recusam a receber trabalhadores e praticam atos de sabotagem económica.

É, pois, num quadro de grande conflitualidade e de forte pressão do movimento social dos assalariados rurais junto do poder central que o Estado decide intervir nos campos do Sul, não

ao abrigo do instrumento legal que permite o arrendamento compulsivo das terras subaproveitadas, mas sim nos termos do Decreto-Lei n.º 660/74, nomeando um gestor público para a exploração agrícola intervencionada.

A primeira intervenção ao abrigo deste diploma legal acontece em janeiro de 1975, no concelho de Beja, freguesia de Santa Vitória, na herdade do Monte do Outeiro.

As repercussões desta intervenção do Estado na grande propriedade são enormes. Desde logo na consciência dos trabalhadores agrícolas temporários, onde a luta pelo pleno emprego surge cada vez mais ligada à expropriação do latifúndio e à realização da reforma agrária, o que tem tradução imediata nos objetivos de luta dos assalariados rurais que, a 26 de Janeiro de 1975, na 2.ª Assembleia Distrital do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, aprovam duas resoluções que vão marcar, de forma decisiva, toda a estratégia de luta futura dos trabalhadores agrícolas: a exigência imediata da realização da reforma agrária, com a expropriação do latifúndio, e a ida dos trabalhadores desempregados para as explorações agrícolas que necessitam de mão-de-obra, dando-se aí início, independentemente da vontade dos patrões, aos trabalhos agrícolas necessários ao aumento da produção⁵.

Concomitantemente, com este salto qualitativo, em termos de radicalização da luta dos



UCP Terra de Catarina, Baleizão

⁴ - Cf Diário do Alentejo, de 27/05/74.

⁵ - Cf Diário do Alentejo, de 27/05/74.

assalariados rurais, e influenciado por ela, o PS (Partido Socialista) endurece as suas críticas à política da SEA, defendendo abertamente o lançamento de uma primeira fase de reforma agrária assente na expropriação dos latifúndios e das grandes propriedades situadas nos perímetros de rega construídos pelo Estado; o PCP reformula a sua proposta de reforma agrária, a qual, a partir da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora, a 9 de fevereiro de 1975, passa a concretizar-se na luta pelo pleno emprego, portanto com o desaparecimento de referências à divisão da terra expropriada, e o MFA passa a advogar, em janeiro de 1975, uma reforma agrária que elimine o latifúndio e limite as grandes explorações agrícolas capitalistas.

Neste novo quadro de radicalização de luta dos assalariados rurais, o Programa Económico e Social, redigido por uma equipa liderada por Melo Antunes, aprovado a 4 de janeiro de 1975 pelo MFA e pelo Conselho de Ministros a 5 de fevereiro, perde espaço político para a sua concretização. De facto, este programa, ao prevenir a expropriação, nas terras de regadio, das propriedades com mais de 50 hectares, ao preconizar esquemas de ensaio de reforma agrária nas herdades do Estado, ao defender uma lei de arrendamento rural protetora dos rendeiros e contemplando mecanismos de arrendamento compulsivo em relação às explorações agrícolas subaproveitadas, embora sendo um avanço na resposta às reivindicações de assalariados rurais e pequenos e médios agricultores, quando comparado com a política desenvolvida pela SEA, mostra-se, contudo, claramente ultrapassado pelos acontecimentos. No início de 1975 as reivindicações que se impõem nos campos do sul são a expropriação da grande propriedade e a realização de uma reforma agrária que garanta o pleno emprego.

3. *A reforma agrária*

Quando no seguimento do 11 de março de 1975 se dá um reforço dos setores de esquerda no aparelho político-militar do Estado e, pela primeira vez a seguir ao 25 de Abril, as Forças Armadas e o Governo assumem, sem ambiguidades, como seus objetivos a realização da reforma agrária, já esta, no terreno, está a ser concretizada pelos trabalhadores, através da formação de unidades coletivas de produção nas terras ocupadas.

É, pois, nestas circunstâncias que a equipa do Ministério da Agricultura dos IV e V Governos Provisórios, liderada por Oliveira Baptista⁶, avança para a concretização do seu projeto de reforma agrária, o qual assenta nas seguintes três linhas de ação: a) definir e aplicar um quadro legal destinado à concretização da reforma agrária; b) constituir um novo aparelho de Estado que não obstaculize a realização da política agrária definida; c) apoiar a conquista da terra que os assalariados vêm realizando.

A primeira linha de ação traduz-se na elaboração de quatro diplomas legais que são aprovados na reunião de Conselho de Ministros de 4 de julho de 1975, embora só publicados a 11 de agosto, onde não comparecem os ministros Mário Soares e Salgado Zenha que integram o IV Governo Provisório em representação do PS. Estes instrumentos legais são o DL n.º 406-A/75, que fixa as normas a que deve obedecer a expropriação dos prédios rústicos de grande dimensão, o DL n.º 407-A/75, que nacionaliza a grande propriedade beneficiada pelos aproveitamentos hidroagrícolas, o DL n.º 407-C/75, que põe fim às coutadas, com exceção das turísticas, e o DL n.º 406-B/75, que estabelece os requisitos necessários para que o Estado reconheça as novas unidades de produção da reforma agrária.

6 - A equipa do Ministério da Agricultura do IV Governo Provisório transita para o V Governo, com exceção de Mário Ruivo, que é substituído por Ulpiano de Nascimento como Secretário de Estado das Pescas.



Trabalhadores no período da Reforma Agrária

Subjacente a esta legislação, nomeadamente ao DL n.º 406-A/75, que admite indemnizações, bem como o direito de reserva para os proprietários que explorem diretamente a terra, existe um modelo de estrutura fundiária para a zona da grande propriedade de sequeiro, o qual, tomando por referência um estudo realizado para o concelho de Beja, institui uma relação de 65% de terra para as novas unidades de produção geridas coletivamente pelos trabalhadores, 25% para os pequenos e médios agricultores e 10% para o setor do capitalismo agrário.

A segunda linha de ação traduz-se na criação dos Centros e Conselhos Regionais de Reforma Agrária, concebidos como estruturas destinadas ao acompanhamento e ao apoio dos assalariados rurais no processo concretização de reforma agrária. Os Centros Regionais, oito no total, correspondendo aos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro, Setúbal, Santarém, Lisboa e Castelo Branco, são estruturas descentralizadas do Ministério da Agricultura, dotadas de um corpo técnico e administrativo progressista, onde o diretor tem a chefia de todos os serviços do ministério na sua zona de ação, que é o distrito. Os Conselhos Regionais de Reforma Agrária, ao contrário dos Centros Regionais, que executam a política do Governo,

têm por missão dinamizar e propor medidas de concretização da reforma agrária e são constituídos por cinco membros em representação dos sindicatos agrícolas, ligas de pequenos e médios agricultores, MFA, Ministério da Administração Interna e Ministério da Agricultura, cujo representante, o diretor do Centro Regional, preside.

A terceira linha de ação desenvolve-se em dois sentidos: a) apoiar as unidades de produção da reforma agrária, o que se faz dando poderes aos diretores dos Centros para requisitarem maquinaria agrícola a fim de disponibilizarem aos trabalhadores da reforma agrária e criando uma linha de crédito, sob a forma de fundo de maneio, destinada a facilitar a atividade produtiva e a subsistência dos trabalhadores das unidades coletivas de produção; b) dificultar as manobras de contrarreforma agrária dos grandes proprietários intervindo nessas explorações ao abrigo do DL n.º 660/74, de 22 de novembro, nomeando gestor público, após inquérito, ou arrendando compulsivamente as ditas explorações.

Enquanto os IV e V Governos Provisórios tentam concretizar no terreno o seu projeto de reforma agrária, o movimento de ocupações não cessa. Em 31 de julho de 1975 estão ocupa-

dos, no território que mais tarde vem a ser designado por ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária)⁷, 156 353ha (13,5%) e em 30 de setembro de 1975 a área ocupada sobe para 465 871ha, 40,1% do total⁸. A grande vaga de ocupações só ocorre a partir de outubro, na vigência do VI Governo Provisório, com Lopes Cardoso como Ministro da Agricultura e António Bica como Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, facto a que não são estranhos três fatores: **a)** a perceção por parte de trabalhadores e dos sindicatos que o Governo chefiado por Pinheiro de Azevedo é o prenúncio de uma rutura no processo revolucionário; **b)** a extensão do crédito agrícola de emergência para pagamento dos salários dos trabalhadores das unidades de produção da reforma agrária; **c)** a convicção, por parte dos assalariados rurais, de que os proprietários das terras alvo de expropriação, nos termos das leis da reforma agrária, não iriam fazer as sementeiras de outono.

Este processo de ocupações, que dá expressão e torna realidade a reforma agrária, e que o Ministério da Agricultura dos IV e V Governos Provisórios, sem deixar de apoiar, o tenta enquadrar no seio de uma visão de reforma agrária que é sua, origina a formação de mais de meio milhar de novas unidades de produção geridas coletivamente pelos trabalhadores, ocupando uma área de 1 162 434ha⁹, dando emprego, segundo dados de final de outubro de 1976, a 71 776 assalariados rurais (46 257 homens e 25 529 mulheres)¹⁰, o que configura uma tão profunda alteração nas relações de produção até então dominantes nos campos do sul que se pode falar de uma "revolução na revolução".

4. *A contrarreforma agrária*

A reforma agrária construída no terreno pelos trabalhadores, cuja arquitectura legal é definida na vigência dos IV e V Governos Provisórios, é alvo de forte contestação que, aliada às contradições, fragilidades e erros do próprio processo, conduz à sua derrota. Tanto assim é que no ano agrícola de 1985/86 as unidades de produção da reforma agrária ocupam apenas 360 000 ha.

A política gizada por Oliveira Baptista à frente do Ministério da Agricultura é de imediato contestada, quer na Assembleia Constituinte, eleita a 25 de abril de 1975, quer fora do Parlamento. Na Assembleia, pela voz dos deputados do PS e do PPD (Partido Popular Democrático) o que se critica não é tanto a legislação sobre a reforma agrária, mas sim a continuação do processo de ocupações a que chamam de "desordem agrária", dramatizando as situações em que são tomadas terras a pequenos e médios agricultores.

Fora da Constituinte, a ALA, que até finais de 1974 se mostra apoiante crítica do Governo, à medida que as ocupações progredem, ameaça com a constituição de sistemas de defesa privados, disponíveis nas herdades para o confronto com os trabalhadores¹¹.

A alteração da correlação de forças no plano político e militar leva, em setembro de 1975, à constituição do VI Governo Provisório, com a tomada de posse de uma nova equipa no Ministério da Agricultura, chefiada por Lopes Cardoso. Este Governo, embora mantendo um discurso progressista, inicia o que se pode considerar a primeira fase da contrarreforma agrária nos

7 - A ZIRA abrange os distritos de Beja, Évora e Portalegre, os concelhos do sul do distrito de Setúbal, os concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão do distrito de Castelo Branco, os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja do distrito de Lisboa, onze concelhos do distrito de Santarém e treze freguesias do distrito de Faro.

8 - Cf BARROS, Afonso de, *Do Latifúndio à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo* (1986), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

9 - Cf *Idem*, *Ibidem*.

10 - Cf CARVALHO, Lino de (2004), *Reforma Agrária: da utopia à realidade*, Porto: Campo das Letras.

11 - Cf Diário do Alentejo, de 03/07/75.

campos do sul com a publicação do DL n.º 236-A/76 de 5 de abril, que alarga o direito de reserva a todos os proprietários, independentemente de explorarem diretamente a terra ou não e de dela retirarem os meios de subsistência. Nesta linha de cedência à direita, mas tendo como objetivo a constituição nos campos do sul de um forte setor cooperativo ligado ao PS, formado a partir de cisões produzidas nas unidades coletivas de produção cujas direções são próximas do PCP, desarticulam-se as estruturas criadas pelos dois governos anteriores de suporte às políticas de reforma agrária, casos dos Conselhos e Centros Regionais de Reforma Agrária.

Contestado na rua pela CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), que se forma a partir dos escombros da ALA, legalizando-se em 22 de janeiro de 1976, Lopes Cardoso, vivendo da contradição entre o enunciado progressista do

inviabilização da reforma agrária, tal como vinha sendo construída pelos trabalhadores, sem que isso se faça no quadro de um projeto alternativo e claro de transformação da agricultura do sul.

Esta ofensiva no plano político de contrarreforma agrária, apesar da forte oposição e resistência movida pelos trabalhadores, é coroada de êxito, realidade a que não é estranho também, como é referido, fragilidades, contradições e erros que surgem no campo dos trabalhadores.

Na terceira fase de ocupações (1 de outubro a 31 de dezembro de 1975), por iniciativa dos sindicatos, inicia-se um processo destinado à concentração das herdades ocupadas em grandes unidades de produção designadas por UCP (Unidades Coletivas de Produção), as quais correspondem às terras envolvendo uma freguesia. Este processo de constituição de UCP de grande dimensão, inspirado no modelo soviético, que

A reforma agrária construída no terreno pelos trabalhadores, cuja arquitectura legal é definida na vigência dos IV e V Governos Provisórios, é alvo de forte contestação que, aliada às contradições, fragilidades e erros do próprio processo, conduz à sua derrota.

discurso e a ação concreta, é substituído por imposição do PS, já na vigência do I Governo Constitucional, por António Barreto, que toma posse a 5 de novembro de 1976.

Apesar de no mesmo dia em que António Barreto tomou posse, o CDS (Centro Democrático Social) ter sido derrotado no Parlamento, na Comissão de Agricultura, ao ver chumbado pela esquerda o seu projeto de suspensão das expropriações que vinham sendo realizadas nos termos do edifício legal de reforma agrária definido pelos IV e V Governos Provisórios, o novo ministério acerta o passo entre o discurso e as medidas concretas, desenvolvendo o Estado a partir daqui, e de forma mais acentuada depois da promulgação da Lei n.º 77/77, de 29 de setembro, mais conhecida pela Lei Barreto, uma ação determinada de

não é a opção natural dos trabalhadores, tem a vantagem de facilitar o controlo político dos sindicatos agrícolas e do PCP sobre elas, mas não favorece o seu funcionamento democrático, o que se revela uma fragilidade. A gestão concentra-se num grupo restrito, às vezes numa só pessoa, a informação não circula e a participação dos trabalhadores nas assembleias gerais é reduzidíssima.

Uma segunda fragilidade em todo o processo prende-se com a relação que se estabelece entre a reforma agrária e a pequena produção. A ocupação de terras de pequenos e médios agricultores, facto que não sendo significativo em termos de área, cerca de 17 000 hectares, ao ser dramatizado e ampliado por todos os que se opõem às transformações nas relações de produção

nos campos do sul coloca a pequena produção contra a reforma agrária, retirando-lhe base de apoio e isolando-a socialmente. Por outro lado, o movimento revolucionário nos campos, ao não possibilitar o acesso à terra ocupada por parte dos pequenos produtores, que não possuem força organizativa para a conquistar, cava o divórcio entre a reforma agrária e os pequenos agricultores, aspeto reforçado pelas relações de afastamento entre UCP, pequena produção e seareiros, realidade que favorece o avanço da contrarreforma agrária no plano político e social.

A conceção ideológica dominante no seio dos assalariados rurais, que os leva a apelar a uma aliança entre operários agrícolas e pequenos agricultores, os quais, no entanto, não têm lugar na sociedade que se está a construir, fragiliza as forças da reforma agrária e reforça a base de apoio da contrarreforma agrária.

5. A questão da terra, hoje

Com a reforma agrária liquidada, Portugal adere, em 1986, à Comunidade Europeia, espaço onde perde importância o contributo da agricultura para o desenvolvimento do país. A questão da terra, central no pós-25 de Abril, apaga-se em simultâneo com o definhamento da agricultura em confronto com as outras economias da União Europeia, transformando-se numa realidade cada vez menos produtiva, onde sobressai uma acentuada dependência do país em relação ao estrangeiro.

Neste quadro, e no contexto das reformas da PAC (Política Agrícola Comum), duas realidades emergem na sociedade portuguesa. A primeira prende-se com a formação de um grupo de grandes proprietários, com os seus patrimónios reconstituídos, facto resultante da vitória da contrarreforma agrária, vivendo da renda recebida da União Europeia, sem que tal signifique qualquer esforço produtivo, o que não pode deixar de merecer uma crítica veemente, uma vez que se está perante a obtenção de rendimentos avultados derivados unicamente do facto de se ser proprietário. A segunda realidade emergente tem a ver com a discussão em torno do rural e do seu desenvolvimento, a qual tem estado descentrada do incremento agrícola e, por maioria de razão, de qualquer reestruturação fundiária, para se circunscrever às potencialidades do campo, tal como são valorizadas pelo imaginário urbano que, no fundo, o reduz a um espaço depositário de tradições, cultura e estilos de vida, existindo à margem da atividade produtiva que lhe conforma o perfil.

O desenvolvimento rural não tem futuro se perspectivado à margem do incremento agrícola, o que pressupõe uma agricultura produtiva, capaz de garantir a independência alimentar do país, o que, aliado à irracionalidade económica em que vive a grande propriedade, coloca como uma necessidade do presente a realização de uma reforma agrária que, no novo contexto em que se vive e na aprendizagem dos erros do passado, possa reanimar a vida de vilas e aldeias dos campos do sul.



Trabalhadores da UCP Muralha de Aço, Marmelar, Vidigueira



Os 3 D da Derrota Revolucionária. Despolitização, desideologização, desmobilização

LUÍS TRINDADE

É na terceira estrofe da canção *Bem Bom*, com que a banda Doce representou Portugal no Festival Eurovisão da Canção em 1982, que eu encontro o exemplo mais dramático das rápidas transformações culturais na sociedade portuguesa depois da revolução. A letra da canção narra, de uma forma deliberadamente linear, a sucessão das horas de uma longa noite de amor (da uma até às sete da manhã), pontuadas pela interjeição *bem bom*. Faríamos mal em menorezar a relevância social e histórica deste acontecimento: quatro mulheres celebrando uma noite de sexo em público (e ser essa a canção escolhida para representar o país no estrangeiro) são sinal de uma transformação radical na base

da estrutura moral da sociedade portuguesa oriunda do salazarismo. Quanto ao objeto cultural em si – o festival da canção – faríamos ainda pior se o olhássemos como coisa menor: não só porque, na sua estrutura competitiva e no desenho (visual e sonoro) televisivo do seu formato, se trata de um documento ímpar sobre os *horizontes de expectativa* e as *estruturas de sentimento*, enfim, a cultura e a ideologia no seu sentido mais lato ao longo das últimas décadas do século XX, mas também porque foi em Portugal um dos poucos espaços onde se proporcionou um encontro entre cultura popular e cultura erudita, encontro de imenso significado político. Estou aqui a pensar sobretudo,

mas não só, nos temas compostos por Ary dos Santos, nomeadamente alguns vencedores do festival como *Desfolhada Portuguesa* e *Tourada*.

É esse valor documental do festival que mostra o desenrolar de uma verdadeira revolução cultural em Portugal na segunda metade do século XX (que inclui a revolução dos costumes, mas não se esgota nela, e cuja cronologia é mais extensa do que a da revolução política, antecedendo-a e sucedendo-lhe), nomeadamente no que diz respeito à sexualidade e questões de género. Assumir publicamente o prazer e o

gões para serem cantadas na televisão) e a forma como as Doce são mostradas e a sua imagem é explorada procede a uma inversão de sentido, onde o sujeito feminino do prazer na canção é transformado no objeto do desejo masculino no espetáculo televisivo.

O significado histórico da canção podia então resumir-se da seguinte forma: as Doce são um produto típico da cultura pós-revolucionária porque incorporam algumas das formas de emancipação da revolução cultural que se estendeu dos anos 1960 aos anos 1980, por um lado,

Fariamos mal em minorizar a relevância social e histórica deste acontecimento: quatro mulheres celebrando uma noite de sexo em público (e ser essa a canção escolhida para representar o país no estrangeiro) são sinal de uma transformação radical na base da estrutura moral da sociedade portuguesa oriunda do salazarismo.

desejo sexual feminino no festival da canção – com tudo o que isso tem de subversivo numa sociedade patriarcal e moralista – é algo que já fazia aliás parte da história do próprio festival da canção, do chocante verso “quem faz um filho, fá-lo por gosto”, cantado por Simone de Oliveira em 1969, até temas onde mulheres tomam a iniciativa na relação heterossexual (o que vai além do assumir que se tem prazer nessa mesma relação) sem escândalo, como, por exemplo, os temas *Eu Só Quero*, de Gabriela Schaaf, e *Qualquer Dia, Quem Diria*, de Concha, segundo e sexto classificados no festival de 1979, respetivamente (e, em mais um encontro entre diferentes níveis da hierarquia cultural, compostos por António Pinho e Nuno Rodrigues, da Banda do Casaco). Esta pré-história da canção das Doce complexifica o significado da noite de *Bem Bom*: em 1982, qualquer potencial subversivo da conquista do direito ao prazer e ao corpo já estava fortemente condicionado pela fortíssima mediação do objeto audiovisual (estas são can-

quanto por outro já se encontram submetidas à nova ordem da cultura audiovisual entretanto emergente. É aqui que a tal terceira estrofe de que falava no início se torna tão importante para assinalar a rapidez da transformação. Já de madrugada, num momento de repouso, os amantes ouvem, num “disco antigo”, “hoje é o primeiro dia do resto da tua vida”. A referência não podia ser mais sintomática, pois esse verso organiza a temporalidade de um dos mais emblemáticos manifestos da geração musical que tinha há bem pouco tempo composto a banda sonora da revolução: a canção *Primeiro Dia*, do álbum *Pano-Cru*, editado em 1978 por Sérgio Godinho. Nela, o cantor traça um percurso biográfico que vai do momento da aprendizagem – “a princípio é simples, anda-se sozinho” – passa pela rutura e desilusão – “Depois vêm cansaços e o corpo fraqueja” – até ao ponto chave do inevitável recomeço cíclico, quando “o tempo fez cinza da brasa” e se pode então apontar a uma nova “maré cheia que virá da maré vazia”. Ora, o

que é interessante nesta letra, o que a torna tão emblemática, é o modo como me parece possível ler na estrutura narrativa do que parece ser uma confissão íntima, um verdadeiro sinal de transformação histórica. É como se o ciclo do cantor militante – combate político, derrota, regeneração – fosse o



do próprio país revolucionário, crescendo para a revolução, sofrendo a derrota e procurando, naquela passagem dos anos 1970 para os 1980, reencontrar um caminho entre o desencanto e uma réstia de esperança, agora já necessariamente mais madura mas menos empenhada na transformação. O interesse da citação que a canção das Doce fazem da letra de Sérgio Godinho está assim no modo como, por um lado, apresenta um processo decisivo de transformação histórica ou, melhor ainda, como sinaliza que aquele já é um momento pós-revolucionário rigorosamente falando, e como, por outro lado, nos dá a medida da rapidez cronológica dessa transformação: em apenas quatro anos, a música intimista do escritor de canções torna-se no “disco antigo” da canção pop.

Há vários outros lugares onde esta mudança e a sua rapidez podem ser verificadas. Na longa *performance*-protesto *FMI*, José Mário Branco reproduz exatamente a mesma estrutura narrativa de *Primeiro Dia*. Após uma longa e detalhada sátira ao país pós-revolucionário, Branco passa também por um momento catártico, de derrota e desilusão, depois do qual é preciso reaprender a viver: “Nasce um novo dia e no braço outra asa”, ouve-se em *Primeiro Dia*, a que José Mário Branco acrescenta “e se inventássemos o mar de volta?”. A diferença entre *Primeiro Dia* e *FMI* está em que, enquanto a primeira mantém o processo histórico no plano pessoal, já a segunda procede a uma funda crítica da despolitização

provocada pelas formas de exploração renovadas pelo capitalismo tardio e pelas novas formas da cultura televisiva. Nesse sentido, o seu interesse deve-se em parte à forma como relaciona diretamente a crítica da exploração às novas formas do mercado e do entretenimento.

Por outras palavras, articulando, no mesmo texto, a sobrevivência de traços da cultura política fascista, a dependência do país e da classe trabalhadora em relação às novas formas de globalização capitalista e o papel desmobilizador de objetos culturais como as telenovelas, o papel do anticapitalismo ganha um novo peso no discurso do cantor antifascista.

Esta relação, que eu gostava que não perdêssemos de vista, já tinha sido articulada em 1976 em *Fernandinho, Vai ao Vinho*, de Júlio Pereira. Aí, mais explicitamente ainda do que em *FMI*, a narrativa do crescimento – de Fernandinho, protagonista do álbum – parte de um panorama dos aparelhos ideológicos do fascismo (a família, a escola, a religião, a fábrica, as forças armadas) e de um retrato de uma sociedade feita de opressão, de conformismo e de pequena corrupção, para um retrato da política e sociedade pós-revolucionárias. É o que nos é dado no tema *Vidas Sociais da Capital – um Café*, onde o Portugal de 1976 surge feito de gente ociosa e sem destino, fútil ou depravada e, sobretudo, apostada em conquistar um lugar ao sol na nova sociedade de consumo (enquanto, pelo meio, os trabalhadores ficam de fora). A afinidade narrativa com *FMI* não podia ser mais clara. Em primeiro lugar, porque o único laivo de qualquer tipo de subjetividade política nos chega pela figura do “revolucionário de café” (a canção é um rol de curtas intervenções de tipos sociais bem reconhecíveis), muito semelhante ao “ó filho” que serve com alvo da crítica de José Mário Branco



Gabriela Cravo e Canela, a primeira novela brasileira a ser transmitida em Portugal

em *FMI* à despolitização pós-revolucionária, e pela boca do qual Paulo de Carvalho canta “já estou farto de cafés / merda de monotonia / há que andar com a revolução / e acabar com a burguesia”. Em segundo lugar, o sentido deste militante inútil e de toda a vida vazia do café é enquadrado pelas vozes da sedução publicitária.

Voz feminina (Ana Zanatti): “Se tem dinheiro, não fique com ele em casa. Compre já qualquer coisa”.

Voz masculina (Júlio Isidro): “Vá ao encontro do sorriso dela com a pasta dentífrica Draculina”.

O quadro é todo ele muito familiar, sobretudo no âmbito desta retórica militante, mas não deixa por isso de ser fundamental para perceber a mudança de paradigma político pós-revolucionário. Numa imagem já muito glosada sobre o que aconteceu à larga politização social após o PREC, os portugueses pareciam ter trocado as suas noites de militância pelos serões televisivos. As vozes publicitárias de Júlio Pereira pertencem a figuras então bem conhecidas da rádio e da televisão e a lista de entretenimentos do interlocutor de José Mário Branco em *FMI* inclui todas as primeiras novelas bra-

sileiras transmitidas pela RTP. Mais: ainda segundo os mesmos autores, é precisamente por estas formas despolitizadoras que as forças do fascismo se prolongam pela democracia, agora em versão *soft*, e portanto muito mais insidiosa.

E, no entanto, a “imagem batida” da telenovela a roubar militantes à revolução é uma simplificação que temos forçosamente de matizar. Como Isabel Ferin Cunha mostrou em “A Revolução da *Gabriela*: o ano de 1977 em Portugal”, a chegada da novela – que é aqui um aspeto específico de um fenómeno mais geral, o da emergência da nova cultura audiovisual que inclui também o festival da canção – foi muito mais do que um processo de despolitização. Lendo de perto o que se escreveu sobre *Gabriela* na crítica de televisão de alguns jornais portugueses, Ferin Cunha consegue identificar uma deslocação das subjetividades políticas apresentadas pelas personagens e narrativa da novela ao longo dos meses da transmissão. Durante este período, críticos de esquerda, como Mário Dionísio e Mário Castrim, passaram de uma leitura da exploração e desigualdade social num sistema dominado pelos coronéis (tratava-se, afinal, da adaptação de um romance de Jorge Amado),

para uma leitura muito mais centrada em questões de gênero. Em poucos meses, aos problemas mais facilmente reconhecíveis no interior da tradição da luta de classes, são adicionadas as questões da emancipação da mulher e da assunção do desejo. A dado momento, portanto, a telenovela podia ser vista como alargamento, e não recuo, do campo de subjetividades políticas aberto pela revolução.

Retorno aqui ao meu quadro inicial, quando sugeri que, por exemplo, pelo Festival da Canção as formas emergentes da cultura do Portugal pós-revolucionário, e muito em especial a nova cultura audiovisual organizada em torno dos nomes, temas e gêneros televisivos, devem ser vistas politicamente, isto é, como instâncias onde se negociam subjetividades, por vezes em clara oposição, ou recuo, ao impulso emancipador da revolução, outras vezes procurando levar esse impulso mais além. Mas sugeri também que, mais cedo ou mais tarde, da estética televisiva à lógica da concorrência, tudo o que poderia abrir o campo da política (Simone, Concha ou Gabriela Schaaf assumindo o prazer e a iniciativa) é rapidamente apropriado por uma estética autoritária, onde corpos só aparentemente muito emancipados como os das *Doce* são de novo submetidos à lógica patriarcal da instrumentalização feminina e do olhar masculino.

Este é um ponto central para a compreensão da política pós-revolucionária, como procurarei demonstrar antes de concluir. Em junho de 1978, o semanário *Sete* (jornal cuja criação,

nesse mesmo ano, é um dos sinais mais visíveis desta cultura emergente), entrevistou a atriz e apresentadora Ana Zanatti, voz da curta e círica frase publicitária da canção de Júlio Pereira. Zanatti era então uma estrela em ascensão no universo televisivo, e a entrevista, com referências a um recente nu integral numa peça, à sua relação desprendida com a família («Não tenho laços de sangue com ninguém, a não ser com as pessoas que escolho») e aberta quanto à sexualidade («Para mim, normal é cada um fazer o que quer e lhe apetece. Contrariar tendências (...) é que é uma anormalidade») parecem colocá-la no centro das transformações sociais que, naquele momento, estavam a levar a revolução mais longe aos campos do gênero, do desejo e do corpo. Ironicamente, Zanatti revela-se também desconcertantemente próxima do consumismo que a sua participação no disco de Júlio Pereira era suposto denunciar: «Não sei viver sem dinheiro. Não sei, nem gosto. E quase tudo o que aprecio é caro». Há nestas palavras uma vontade evidente de provocar o leitor conservador. No essencial, porém, a conjugação entre a assertiva afirmação feminina e a nova sociedade de consumo que aí vem (e de que audiovisual será a expressão mais acabada) deita a perder o que na força da sua posição pudesse haver de especificamente político: «Sou feminista sem estar ligada a nenhum movimento organizado. Dentro da minha organização pessoal luto pelos meus direitos (...)». Numa palavra que sintetiza tudo, do feminismo “organizado” à “minha



“Sou feminista sem estar ligada a nenhum movimento organizado. Dentro da minha organização pessoal luto pelos meus direitos (...)”.

Ana Zanatti

organização pessoal” perdeu-se, ou estava-se naquele momento a perder, o sentido *coletivo* da política, ou até mais ainda a ideia de movimento.

De algum modo, parece ter-se perdido a oportunidade histórica de transformar esta energia individual num movimento verdadeiramente libertador para além daqueles que, mulheres ou homens, pertenciam à classe média em ascensão. É o individualismo da classe média, mais do que as mulheres, o que Ana Zanatti representa. E, em certo sentido, é ainda isto que as Doce nos mostram. Os campos da experiência alargaram-se

lução cultural da década de sessenta à década de 1980 na sociedade portuguesa a partir da ideia de desfasamento. Fundamentalmente devido à estrutura da sociedade portuguesa – níveis de alfabetização e urbanização muito baixos até muito tarde, estreiteza da classe média (e a consequentemente massificação universitária tardia, por exemplo) –, tudo se passa como se fenómenos estruturais do que foram os 1960 noutros países europeus só tenham ocorrido em Portugal já bem dentro dos anos 1980, ou pelo menos no momento do refluxo revolucionário.

Parece ter-se perdido a oportunidade histórica de transformar esta energia individual num movimento verdadeiramente libertador para além daqueles que, mulheres ou homens, pertenciam à classe média em ascensão.

a gestos até há pouco considerados inaceitáveis por obscenos na sociedade portuguesa, mas tudo está agora desenhado para o prazer privado. Mais decisivamente, as catarses geracionais dos escritores de canções que haviam sido, mesmo antes, os autores da voz coletiva da revolução, não estão muito distantes deste enfoque no indivíduo: *Primeiro Dia* e outras canções contemporâneas de Sérgio Godinho (mas algo semelhante poder ser lido também no final de *FMI*) são um reencontro consigo próprio e, pelo menos provisoriamente, não abrem qualquer perspetiva à expressão de formas coletivas. E é ainda, aflorando apenas ao de leve outro fenómeno chave daquele momento, a estrutura e o significado social do novo rock Português, enquanto momento em que a passagem do antifascismo para o anticapitalismo se consuma na música popular portuguesa, mas apenas quando já não há sujeitos coletivos (a imagem da juventude, como a da nova mulher, já estavam completamente colonizadas pelo mercado) para poder fazer da rebeldia revolta.

Olhando para o período como um todo, pode talvez sugerir-se uma leitura histórica da revo-

Mais especificamente, se os *sixties* foram esse momento explosivo de hibridiz política (brancos e negros, mulheres e homens, estudantes e operários, mas também o público e o privado), um momento em que o radicalismo político combinou grandes ideologias revolucionárias coletivas com a emergência de inúmeros atores sociais (as mulheres, os jovens) e as suas causas (o direito ao prazer e à autonomia), pode então talvez sugerir-se que socialmente essas condições só se reuniram em Portugal a caminho dos anos 1980. Esquematizando: a política portuguesa está fortemente radicalizada a partir dos anos 1960 até à revolução, quando ainda não há fenómenos de massificação capazes de levar esse radicalismo além das formas mais tradicionais da luta operária e camponesa; quando a sociedade urbana se massificou, ou pelo menos quando há uma cultura de massa que exprime os anseios desses novos grupos emergentes, isso ocorre no interior do espírito individualista dos anos 1980, quando a energia coletiva da transformação revolucionária já não parecia mais que um disco antigo.



Concentração - 25 de Abril de 1974, Lisboa | Fotógrafo: Estúdio Horácio Novais

Tomando como pretexto os 40 anos do 25 de Abril, decidimos convidar os historiadores António Reis e Manuel Joffe e a antropóloga Paula Godinho para uma conversa sobre as tensões políticas e sociais que atravessaram esse período histórico, o modo como a historiografia e outras ciências sociais o têm trabalhado e a forma como o 25 de Abril tem vindo a ser lido e apropriado.

MODERADORES: MIGUEL CARDINA E LUÍS TRINDADE

Luís Trindade (LT) - Começaria com uma pergunta que nos remete para a dupla condição que assumimos aqui, a de cientistas sociais empenhados na produção de conhecimento e a de cidadãos com ideias políticas. A minha primeira pergunta parte da noção de que o conhecimento social que produzimos é determinado pela natureza do acontecimento. O que é que para cada um de vocês foi a revolução e, em consequência, que tipo de historiografia acham que este acontecimento específico exige?

António Reis (AR) - Eu estou aqui numa posição singular em relação ao 25 de Abril. É que também fui ator e, portanto, é para mim um acontecimento também existencial, que me marcou profundamente. Particpei na conspira-

ção, organizando uma rede de oficiais milicianos que colaboraram com os oficiais do quadro permanente no desencadear do golpe. E depois estive no 25 de Abril de armas na mão, ocupando as instalações da RTP no Lumiar. O meu primeiro olhar sobre o 25 de Abril é o do participante ativo. Só depois disso é que refleti historicamente sobre o que foi o 25 de Abril.

Nos anos 1980, mais do que os historiadores, são sobretudo os cientistas políticos e os sociólogos que refletem sobre o episódio. Lembro-me do número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, por ocasião do 10.º aniversário do 25 de Abril, e a participação dos cientistas políticos e dos sociólogos aí é dominante. Será sobretudo a partir dos anos 1990 que se começa

a refletir no plano historiográfico sobre o 25 de Abril e o PREC, já com base em memórias e num conjunto mais diversificado de fontes. É nessa altura que publico *Portugal Contemporâneo* e, um pouco antes, José Medeiros Ferreira tinha feito o seu *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. É aqui, de certa maneira, que se inaugura a historiografia do 25 de Abril. Fomos pioneiros, mas hoje, naturalmente, estamos ultrapassadíssimos... Há uma nova geração de historiadores que se vem ocupando, e bem, do 25 de Abril.

Paula Godinho (PG) – Eu tinha 13 anos e a única coisa que fazia era reunir-me com os tipos no liceu, muito mais velhos do que eu, que eram do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa). Para mim, apesar de muito nova, o 25 de Abril marca também uma rutura do ponto de vista pessoal. É um corte no tempo, que traz novas condições de inteligibilidade. Por exemplo, a Antropologia que existia anteriormente era uma Antropologia virada para a construção da nação, muito virada para dentro, e fazendo também etnografias coloniais. A Antropologia que não seguia essa linha só aparece nos anos 1960: é o caso de José Cutileiro, de Joyce Riegelhaupt... O 25 de Abril vai também representar uma rutura a este respeito: abrem-se novos terrenos e surge uma nova geração, alguns deles até então no estrangeiro, que olha para o país de outra maneira. Esse país saído da revolução torna-se fascinante para aqueles que descobrem fenómenos como o comunitarismo, que tinha sido estudado por Jorge Dias, mas agora nos formatos da etnografia do processo revolucionário. Parte-se à descoberta do povo, uma ideia que atrai também muitos antropólogos estrangeiros que vêm para Portugal estudar os limites da comunidade e as dimensões do conflito. É o caso de Brian O'Neill. Há agora uma redescoberta do rural mas já não do rural do Estado Novo. Ainda assim, continua a achar-se nos anos

1970 que o povo está nos campos. Os antropólogos não vão à procura do povo nas cidades. Só no final dos anos 1980 e já depois disso, na década de 1990, é que se vai em busca do povo das cidades.

Manuel Loff (ML) – Eu sou o mais novo dos três, tinha 9 anos no 25 de Abril. Uma das primeiras memórias políticas que tenho é a de, com essa idade, ver as ruas do meu país pejadas de magalas, como então se dizia, de soldados, e a perspetiva da guerra ser discutida na família. Lembro-me de os meus pais me dizerem, e ao meu irmão, “você não se preocupem, para a guerra não vão, se for preciso temos um contacto em França”. A minha memória individual é, portanto, a do fim da guerra colonial. Eu entro nesse ano de 1974/75 no ciclo preparatório e lembro-me de sermos todos miúdos hiperpoliticizados. Se depois, eventualmente a partir de 1978/79, as sociabilidades voltaram a ser marcadas pelas rivalidades entre os clubes de futebol, durante esse período eram as rivalidades dos partidos políticos.

Quanto ao 25 de Abril, a Paula falou de ruturas, eu gostaria de notar algumas continuidades. A primeira: o golpe militar é um episódio perfeitamente inscrito na lógica da história contemporânea portuguesa e sobretudo na lógica dos últimos trinta anos da ditadura. O 25 de Abril surge 29 anos depois do fim da II Guerra Mundial. No caso português, o fim da II Guerra Mundial é o arranque do processo de industrialização e de um conjunto de transformações sociais que, aliás, o próprio Salazar temia. Feitas, não no final do século XIX, mas já depois da II Guerra Mundial, reúnem todas as condições para que essa rutura possa ter aberto um processo revolucionário. Neste sentido, eu não sei se as transformações que se operaram aí, se se tivessem operado em 1890, não teríamos tido no 5 de Outubro de 1910 um processo que mais ou menos tivesse antecipado o Outubro soviético. Nesse sentido, o 25 de Abril é perfeitamente lógico.

E o golpe também é lógico - por mais surpreendente que seja, meses depois do que se passou no Chile de Pinochet, temos em Portugal um exército que age num sentido completamente diferente. Mas tínhamos a guerra. A média de idades dos jovens capitães é de 32/33 anos, com uma média de dez anos de sucessivas comissões em África, mesmo não consecutivas, que cresceu com referenciais culturais, éticos e até estéticos diferentes das gerações militares que os antecederam, onde, no tédio tenso da espera do combate, se canta Zeca Afonso e outras canções proibidas.

O golpe é perfeitamente lógico e a revolução que dali sai inscreve-se numa evolução de trinta anos da sociedade portuguesa, de politização de massas, da emigração, da guerra... muitos dos processos sociais que o 25 de Abril desencadeia... é verdade que o 25 de Abril traz a igualdade entre homens e mulheres, mas também esse é um processo que começa antes. Portugal chega ao 25 de Abril com níveis de atividade feminina superior ao da Espanha e da Itália e quase ao nível da França. E ninguém fez aqui um Maio de 68... Simplesmente existiam 250 mil homens permanentemente em armas e, dos 1 milhão e 400 mil que saem do país, a sua grande maioria são homens.

Por outro lado, o 25 de Abril termina com a velha discussão de saber se os regimes liberais em Portugal conseguiam ou não ser democráticos. A democracia chegou a este país com o 25 de Abril. Temos a evidente sensação que se regride atualmente numa série de coisas mas é muito difícil voltar atrás.

JT - *Foram aqui citados vários sujeitos históricos: as mulheres, os capitães, o povo... Certamente que estão de acordo que a revolução é pluriforme e muitos agentes contribuíram para ela. Gostava de saber se consideram que se deva privilegiar algum sujeito pela importância que adquiriu ao longo do processo. E, consoante a vossa escolha, que tipo de narrativa sobre a revolução se pode fazer a partir daí.*

AR - É sabido que temos três correntes na historiografia portuguesa sobre o 25 de Abril. A corrente que privilegia a ação dos militares e que tem em Medeiros Ferreira o seu principal representante. A corrente que privilegia a ação das massas populares e que terá em Boaventura de Sousa Santos um dos seus representantes. E a corrente que dá mais atenção aos partidos políticos. De certo modo, insiro-me nessa corrente. Mas ressalvo que os partidos políticos atuam aqui sempre numa interação dialética com as massas populares, por um lado, e com os militares, por outro. E assim nasceram três tipos de historiografia sobre o 25 de Abril. Qualquer delas tem bons argumentos para sustentar a sua tese. Não vou aqui defender a minha dama, já o fiz noutras ocasiões, limito-me a anotar a sua existência. A historiografia do 25 de Abril não pode prescindir de qualquer destes três elementos.

PG - Uma mulher do Couço, uma senhora analfabeta que conheci com cerca de 70 anos, dizia-me que depois do 25 de Abril, depois de terem sido ocupadas as terras e surgirem as cooperativas, existiam reuniões onde votava e que se procedia a contagens. Ela dizia-me que só aí sentiu que verdadeiramente contava. O 25 de Abril foi para este proletariado do sul que ocupou terras abandonadas, para esta gente que havia crescido em ditadura, um passo importante na invenção da democracia.

Em relação aos trabalhos que vêm sendo produzidos sobre esta "invenção da democracia", saliento o estudo de Sónia Vespeira de Almeida sobre as campanhas de dinamização do MFA, que se deslocam pelo país - sobretudo pelo país do norte, porque se entendia que o norte é que precisava de ser "dinamizado". A Sónia Almeida fez um trabalho multissituado, em vários lugares onde passaram essas campanhas, e recolheu as memórias "pastorais" e "contrapastorais" - para utilizar a dicotomia de Raymond Williams - acerca do que era o país rural nessa altura. Por um lado, os militares



António Reis. Historiador. Professor aposentado da FCSH/UNova de Lisboa

que participaram nessa campanha olhavam esse país rural como dotado de uma grande pureza e onde se conseguiriam descobrir formas comunitárias que poderiam ser uma espécie de alfofre da democracia: aqui temos a visão pastoral, que puro que tudo aquilo era... Depois temos a visão contrapastoral: o mundo rural como um espaço subdesenvolvido que era necessário “dinamizar”. Estas campanhas foram tão marcantes que eu, aqui há anos, a visitar uma aldeia de Bragança chamada Petisqueira, percebi que a estrada que ligava essa aldeia à estrada principal se chamava Estrada das Forças Armadas, precisamente porque foi construída nessa altura e foi a primeira estrada a ligar à povoação. Em alguns casos, os militares tiveram mesmo de se socorrer de helicópteros no âmbito das campanhas de dinamização.

Por outro lado, temos as massas populares. A Inês Fonseca e a Margarida Fernandes são antropólogas que trabalharam o caso alentejano, a Margarida Fernandes a reforma agrária em Baleizão e a Inês Fonseca em Aivados, uma população com um legado comunitário forte. Ambas mostram como o 25 de Abril foi uma rutura para aquelas populações. Num dos casos, na povoação de Aivados, a população foi no dia 25 de Abril de 1975 repor os marcos da propriedade comunitária que, desde o liberalismo do século XIX, tinham vindo a ser alvo de apropriação gradual por parte dos proprietários, encurtan-

do os limites da propriedade comum. Mas a população passou aos seus filhos, aos seus netos e aos seus bisnetos os marcos originais. Com a revolução, repõem os marcos. O mais curioso disto é que, quando a Inês Fonseca vai à Torre do Tombo, descobre que os marcos reivindicados pela população batiam certo com o registo.

No que toca aos partidos políticos, os antropólogos têm também feito trabalho. No meu caso, estudei a memória comunista no Couço. Há uma parte, que está no doutoramento mas não consta do trabalho publicado, que mostra como a reforma agrária é o retomar de uma memória continuada numa povoação que desde finais do século XIX tinha formatos de organização em que uma classe se reconhecia como tal, no caso uma classe de assalariados rurais. Também viria a trabalhar mais tarde a memória da extrema-esquerda. Se esta extrema-esquerda teve uma grande visibilidade durante o processo revolucionário, como a história não se faz de instantaneidades, quando novos grupos transitam para o poder, esta memória aparece praticamente banida, por exemplo, dos manuais escolares.

Eu estou a falar de trabalhos na área da Antropologia mas é claro que o acontecimento obriga a que nos movamos em zonas de fronteira disciplinar.

IT - *Eu estou inteiramente de acordo com a divisão tripartida. Aliás, o António teve o cuidado de dizer*

que deveria existir uma relação dialética entre eles e tu acabaste de o demonstrar, a partir de alguns casos.

Miguel Cardina (MC) - Eu gostaria de pegar numa questão que há pouco ficou lançada e que tem a ver com as continuidades e descontinuidades que seriam observáveis na sociedade portuguesa tendo como ponto de observação o 25 de Abril. Podemos encontrar continuidades: o recurso aos golpes militares, a figura de um certo povo rural, etc. E temos descontinuidades claras, que têm aqui sido evocadas: a democracia, o reconhecimento ou a entrada na História de grupos sociais subalternizados. Que ruturas marcantes trouxe o 25 de Abril?

ML - A minha leitura é a de que o 25 de Abril se inscreve no processo de (mesmo que o termo não me agrade muito) modernização económica e social do país. Faltava a modernização política, que se dá com o 25 de Abril.

Certamente que os atores daqueles anos também não se davam conta de que a grande vaga do antifascismo, de uma certa leitura progressista da História, estava a chegar ao fim. Pouco depois, em março de 1979, Thatcher ganhava as eleições, em Portugal a direita ganha eleições, na Índia a direita religiosa ganha eleições, os islamitas tomam o poder no Irão, etc. A vaga progressista entra em crise no final dos anos de 1970. O 25 de Abril é a última tentativa revolucionária na Europa.

O momento acelera, obviamente, aspetos que vinham de trás. A politização de massas não começou com o 25 de Abril mas foi acelerada com ele. É como se a onda batesse na praia e esse tsunami agora tem tempo e tem espaço para se espalhar. Eu entro na Universidade num processo inverso, de despolitização. Lembro-me das minhas primeiras férias, aos 17 anos, por Espanha, França, Escandinávia, e tinha a sensação que se podia falar de política noutros países mas que em Portugal não se falava. Nesses anos há uma autêntica recusa de tudo o que o 25 de Abril havia significado, uma fortíssima viragem à direi-

ta que tinha até dimensões estéticas curiosas: a recuperação do casamento tradicional, a rejeição do 25 de Abril a partir de uma representação de 1793, que a burguesia fez, como se tivesse sido o *Terror*. Para mim, no Porto, no norte, - e que até nem vinha de famílias particularmente de esquerda, tirando o meu pai -, o *Terror* tinham sido os assaltos às sedes do PCP, dos partidos de extrema-esquerda, dos sindicatos. Ali, se havia *Terror*, ele era exatamente o inverso.

Quais são os atores? Os assalariados rurais do sul e do Douro. Os operários da cintura industrial de Lisboa e do Grande Porto. Mas também, não esqueçamos, os novos profissionais dos serviços. (Eu penso que aí está o centro do triunfo do Partido Socialista, que é o partido estruturador do regime. O PS é o único partido em Portugal que se reconhece nas duas datas: o 25 de Abril e o 25 de Novembro.)

Por outro lado, a revolução obrigou a que a burguesia portuguesa se assumisse quanto aos seus interesses. Como em todos os processos revolucionários. Reagiram rápido aos acontecimentos e rapidamente se articularam: escolhem os militares que querem, articulam-se com a Igreja Católica, etc.

Na verdade, a historiografia portuguesa tendeu a ler as ruturas - 1910, 1926, 1974... - a partir de um olhar lançado quase exclusivamente sobre o político. Quer se olhe para os partidos, para os militares (adicionaria também uma outra dimensão, a de uma certa historiografia das relações internacionais, que está obcecada com o papel das potências estrangeiras e com a Guerra Fria), julgo que com o passar do tempo será necessário retomar uma historiografia mais centrada no social. Eu que venho mais da história política, acho que se deve começar a olhar para o elemento da espontaneidade dos vários atores sociais.

PG - Eu gostaria de voltar ao povo... Sobre isso queria frisar três ideias. A primeira existe ainda muito difundida e que é a ideia de que povo somos todos nós, os portugueses, e que foi

esse povo-nação que fez o 25 de Abril. Depois, uma segunda noção de povo é setorial: povo são os dominados, os subalternos. Por fim, há uma outra noção de povo, convocada durante o processo revolucionário, que é a do povo como classe revolucionária. No livro da Sónia Almeida, de que há pouco falava, as três dimensões do povo estão presentes.

Em 1982, muito jovem, fiz trabalho de campo em Ifanes e ainda apanhei os estilhaços das campanhas de dinamização cultural do MFA. Pela primeira vez naquela aldeia tinham visto um filme, um filme do Buster Keaton. Quando chego à aldeia, todos os burros se chamavam Pamplinas. Isto era de facto um outro país...

AR – Eu estou de acordo com o que o Manuel Loff dizia. A rutura política é muito óbvia. É o fim de um Império de cinco séculos e é o fim de uma longuíssima ditadura. É uma rutura e uma rutura violenta, que é o que nos distingue do caso espanhol e é a marca genética da nossa democracia. No plano social e no plano cultural é mais fácil encontrar linhas de continuidade.

MC - *O 25 de Abril marca de facto uma diferença grande relativamente ao caso espanhol, que saiu do franquismo através de uma transição pactuada. E também sabemos que o 25 de Abril terminou com uma guerra colonial longa e sangrenta. Mas também é verdade que frequentemente ouvimos evocar o baixo índice de violência da revolução portuguesa. A ideia de que tivemos uma "revolução sem sangue", muitas vezes articulada com uma certa ideia da psicologia coletiva ligada a um "povo de brandos costumes". Como veem esta questão? E como veem esta leitura da violência associada ao número de mortos, ao sangue, quando eventualmente seria necessário também pensarmos aqui no que hoje se considera do domínio do interdito e que foi uma "violência" no sentido em que se transgrediu a legalidade ou a "normalidade": as ocupações de casas, de campos ou de fábricas, por exemplo...*

AR – O processo revolucionário em Portugal teve menos mortos que o processo de transição em Espanha. Penso que os partidos políticos tiveram aí um papel muito importante como organizações que vão contendo essa violência em potência. Nessa medida, acabam por conduzir a um desfecho pactuado da revolução, no 25 de Novembro. Evitámos à última da hora o banho de sangue pela forma como as forças políticas e também militares o conduziram. O contacto do General Costa Gomes com Álvaro Cunhal foi determinante para evitar que a violência irrompesse descontroladamente.

ML – Eu penso que esta amplitude que estamos a dar ao termo violência deriva, em boa medida, de uma sociedade que desde 1931, em território metropolitano português, não conhece a irrupção mais ou menos legitimada da violência (tirando a violência óbvia da ditadura) por parte de forças sociopolíticas não estaduais. Comparando o caso português com a quase totalidade dos casos europeus, Portugal é uma exceção. Isso pode ter a ver com o facto de nós não termos guerra em território metropolitano desde 1847. Ainda que o país se tenha metido na Primeira Guerra e que o período entre 1911 e 1931 tenha observado violência à esquerda e à direita. Basta pensar que os grupos de luta armada de final da ditadura têm uma contabilidade de vítimas mortais nula. Habitado que estou a comparar com o caso espanhol, aí a diferença é evidente. Em Portugal houve mais violência simbólica contra uma sociedade desigual, profundamente classista e intrinsecamente autoritária. No caso espanhol foi exatamente o inverso. A contabilidade final do número de mortos entre o Estado, grupos armados que resultam dos serviços policiais e grupos de luta armada anda pelos 600. Em Portugal, até ao fim do processo revolucionário, em 1976, Sánchez Cervelló contabilizava 16 mortos. E a proporção de um para quatro da população não dá nada disto, evidentemente. O caso português é excecional, a esse nível. E

ainda mais o é porque saímos de uma guerra colonial e há 250 mil homens em armas. O acesso às armas era fácil, e há a ideia de que as forças sociopolíticas à época tinham possibilidade de aceder às armas. Mas não as usaram. Não farei nenhum discurso psicológico barato sobre o perfil pacífico dos portugueses. Mas há uma falta de legitimidade para o uso da violência. Num espectro do espaço político, no entanto, não houve essa contenção: na extrema-direita. O receio do sangue não existiu na extrema-direita que produziu heróis que têm estátua em Braga, como o Cónego Melo. Foi a esquerda que não usou da violência.

PG – Claro. E faltam-nos estudos sobre essa violência da extrema-direita. Eu também gostaria aqui de chamar à colação a entrevista que fiz com o António Monteiro Cardoso e Aurora Rodrigues, porque se lhe disséssemos que não houve violência ela imediatamente diria “mas atenção que eu fiz parte de um grupo de mais de 400 militantes do MRPP que foram presos...”. Que, em alguns casos, vão estar presos na cadeia com alguns pides que pouco tempo antes os tinham tido presos. É um número significativo. Eu quando assinalo essas datas no facebook aparece-me sempre alguém que esteve preso e que me relata aspetos dessa experiência...

IT - *O Manuel Joff evocou há pouco uma certa leitura da revolução que tende a subsumir o caso português às contingências da Guerra Fria. Eu gostaria de convidar-vos a regressar a este tema, de pensar a revolução no contexto internacional, a partir de três linhas de enquadramento: em primeiro lugar, a ideia de que Portugal inaugurou uma terceira vaga de democratização mundial, logo seguido por Espanha e Grécia; em segundo lugar, a relação do caso português com os processos de descolonização; e, por fim, a participação do PR&C na rebelião generalizada dos anos sessenta.*

AR – Eu julgo que tem existido uma sobrevalorização das condicionantes internacionais, e

nomeadamente das superpotências, no que diz respeito ao PREC. Não o vejo como comandado a partir de Washington ou Moscovo. Pelo contrário. Aliás, a União Soviética sempre foi bastante prudente e os Estados Unidos, até determinado momento, tiveram uma posição que se poderia descrever como “capitulacionista” relativamente ao PCP. Mais intervenientes foram as potências da Europa ocidental. Neste particular, o PS beneficiou do apoio dos partidos socialistas e social-democratas da Europa ocidental.

Sou também crítico das teorias que falam de uma vaga de democratização que a revolução portuguesa teria aberto, como se houvesse uma relação causa-efeito. Eu não a vejo. E é uma leitura revisionista, que tende a esvaziar a nossa revolução do seu lado mais avançado e socialista colocando o enfoque apenas no lado democrático.

MC - *E depois existe o tema da relação entre o 25 de Abril e os chamados “longos anos sessenta”, que o Luís colocava. Parece-me que a questão pode ser vista de duas formas. Por um lado, a politização no período final do Estado Novo não é imune a alguns dos acentos contestatários que podemos observar em termos internacionais e, em certa medida, também a alimenta - basta pensar na importância que o anticolonialismo, o terceiro-mundismo, a sedução pelas lutas de libertação em África e na Ásia têm para a juventude radical da época e como Portugal está no centro disso. Por outro lado, também podemos pensar o fechamento da revolução portuguesa - e, pouco tempo antes, o golpe de Pinochet no Chile - como o “final de um ciclo”. Um aspeto muito concreto disso é a vaga de intelectuais e de revolucionários que vem na altura para Portugal em busca da promessa da revolução perdida e que um filme como *Outro País*, de Sérgio Tréfaut, retrata.*

AR – Claro, é o lado romântico do 25 de Abril.

PG – Eu conheci um casal em Nantes que quando se deu a revolução pegou nas suas bicicletas e veio para Portugal. Correram o país de bici-

clética. Eu gostaria de pegar nisto para dizer que muitas vezes se diz que o 25 de Abril esteve na gênese do que se passou depois em Espanha, na Grécia e até na Europa de leste. Mas para muitas pessoas, como dizias, era a esperança de encontrar o que já não tinham nos seus países. Quando em França terminou o Maio de 68 e os seus resquícios iam desaparecendo, surgiu Portugal. Por outro lado, o trabalho que estou a fazer com operários maoistas no final do Estado Novo, da zona de Vila Franca, mostra que eles viviam um período em que, de facto, a juventude se unificava, mesmo contra as classes. Era possível, por exemplo, existirem pontes com a juventude universitária lisboeta, coisa que uns anos antes seria absolutamente impensável.

LT - *A historiografia crítica sobre o Maio de 68 procura resgatar o momento ao seu estereótipo de ter sido uma coisa meramente estudantil, urbana, ligada aos costumes e à sexualidade, etc. Será que o inverso poderia ser feito em relação ao PRÉC? Haverá um PRÉC escondido onde há uma revolução dos costumes e uma mobilização da juventude urbana?*

ML - Um dos estereótipos fortes sobre o assunto é o que diz que, perante a urgência da luta política, a extrema-esquerda e o PCP tendiam a considerar o campo dos afetos e da sexualidade como algo quase "reacionário". Eu não tenho a certeza se isto não é algo de anedótico ou se tinha efetivamente expressão. Se olharmos para a biografia "afetiva" de quem tinha ativismo político notamos que a liberdade sexual era muito evidente.

Em termos práticos (mais do que em termos legais, salvo o divórcio e a alteração do Código Civil), a revolução sexual no mundo urbano fez-se. Em 1974-76 os casamentos dispararam, porque há 250 mil homens que são desmobilizados e muitos milhares de emigrantes, sobretudo re-fratários, que regressam. Mas também dispara a percentagem de crianças nascidas fora do casamento, o que era uma manifestação evidente de laicidade.

AR - Em relação ao tema dos costumes, acho que houve uma descompressão, até porque já tínhamos interiorizado antes do 25 de Abril algumas dessas mudanças. Mas é exagerado falar de uma "revolução nos costumes".

PG - Há um filme sobre uma modista de Lisboa, *A Candidinha*, que fazia os fatos às senhoras do regime. Com a queda da ditadura as costureiras deixaram de ter clientes, muitas delas foram para o Brasil, e tinham de se adaptar à nova situação. E vemos as mulheres a negociar dentro de casa o novo papel que têm de ter no local de trabalho. Os namorados e os maridos destas mulheres de 17, 18, 20 anos não encaravam nada bem que elas tivessem reuniões e elas tinham de lidar com isso ao mesmo tempo que tinham de gerir o seu local de trabalho. Chamo também a atenção para um outro filme, que está a ser trabalhado por uma orientanda minha, Nadejda Tilhou. Os patrões franceses da Sogantal, uma fábrica de vestuário no Montijo, foram-se embora com a revolução. O filme revisita trinta anos



Manuel Loff. Historiador. Professor da F. Letras/U.Porto

SERGIO ROJANDO / FLUOR

depois a memória daquelas mulheres e mostra bem o que significou para elas a conquista do espaço público.

Em relação à revisão de 1977 do Código Civil, de que se falava, ele acabará por plasmar aí o novo papel conquistado dentro dos casais pelas mulheres. Hoje pode parecer um Código pacífico mas assustou muita gente. Eu lembro-me de fazer pouco depois trabalho de campo em Trás-os-Montes e ver a quantidade de escrituras que então se fizeram para preservar a propriedade. E porquê? Essa revisão colocou o/a cônjuge na primeira classe dos sucessíveis. Antes, não havendo filhos, a propriedade passava para os pais do falecido, os irmãos do falecido, os sobrinhos do falecido e só depois é que vinha o cônjuge. A anterior versão dava uma prevalência à linha do sangue; a nova revisão dá primazia ao amor, à relação que um homem e uma mulher escolheram ter. Esta é uma alteração substancial. Na altura deparei-me com tantas doações a sobrinhos nos casais que não tinham filhos, para evitar que passasse para a linha da esposa, que de facto vi o abalo que essa mudança provocou.

MC - A leitura do 25 de Abril tem naturalmente sofrido mudanças ao longo das últimas décadas. Gostaria de saber a vossa opinião sobre o modo como tem evoluído a imagem do momento mas também qual a perceção que têm sobre as comemorações que aí se aproximam.

JT - É eu acrescento outro elemento. Como pensar e recordar um acontecimento como o 25 de Abril e a revolução que, no fundo, durou 18 meses? É pouco tempo, sobretudo se comparado com os 13 anos da guerra colonial ou os 48 anos da ditadura. Colocamos o problema da intensidade e isso, em termos da memória, joga nos dois lados: ou temos os "excessos de Abril", que é a leitura da direita; ou temos o discurso dos "verdes anos"...

AR - De facto, tivemos azar... os vinte, os trinta e agora os quarenta anos do 25 de Abril coincidem com governos de direita... A presidência

da República já anunciou um programa próprio. Mas estou convencido de que hoje há condições para termos comemorações plurais, em que cada corrente poderá evocar livremente a sua memória do 25 de Abril. É isso que eu desejo que aconteça.

PG - Eu lia recentemente um livro de Roland Castro e gostei particularmente de uma expressão: "memória paraplégica". Acho que teremos neste 25 de Abril uma leitura em que apenas metade irá mexer. A outra será remetida para o domínio das "causas perdidas", às quais aliás o Edward Said dedicou um belíssimo texto. Penso que se procurarão difundir versões consensualizadas em torno de um certo 25 de Abril anódino. Não teremos desta vez a "evolução" a substituir a "revolução" mas alguma coisa aí virá.

ML - É impossível discutir a memória do 25 de Abril sem discutir a memória da ditadura. É impossível falar do 25 de Abril sem analisar o passado com o qual ele rompe...

Para simplificar muito diria que temos três tipos de memória. À esquerda, PCP, extrema-esquerda e a parte do MFA que se sente representada na Associação 25 de Abril reconhecem-se no 25 de Abril e não no 25 de Novembro (e isto apesar de lá estarem militares que fizeram o 25 de Novembro; mas que sabem que essa memória os divide). À direita, temos uma memória que se reconhece no 25 de Novembro e coloca aí o acento tónico. E depois no centro está o PS que se reconhece nas duas datas.

Num primeiro momento, e isto prolonga-se até meados da década de 1990, a direita não fala da ditadura para falar da revolução. É um pouco aquela imagem do tempo de antena de Freitas do Amaral, em 1985, quando diz que acordou para a política com o 25 de Abril. E a campanha do Soares faz um belíssimo tempo de antena mostrando o que foram os anos sessenta, a guerra do Vietname, os Beatles, a campanha do Humberto Delgado, a campanha de 69, a guerra colonial, a politização dos portugueses, etc.,

e com a frase de fundo “acordei para a política com o 25 de Abril”. Para a direita não havia passado, só havia a revolução e a revolução era má.

QT - *É isso começa bem cedo. Quando Eduardo Lourenço escreve *O Fascismo nunca existiu* baseia-se num artigo de Marcelo Rebelo de Sousa em que este descreve o 25 de Abril como uma sucessão inopinada de golpes, como se não tivesse existido nada no passado...*



Paula Godinho. Antropóloga. Professora da FCSH/UNova de Lisboa.

ML – Exato. Depois passa-se para uma fase mais marcada pelos acontecimentos a leste. Cavaco Silva diz logo em 1989-90 que a primeira pedra do muro de Berlim caiu em Portugal. Teria sido aqui a primeira batalha ganha contra o “totalitarismo soviético”, em 1975. Mais do que *comunismo*, fala-se de *totalitarismo*. Com um objetivo: é que se descreve assim a ditadura como um *autoritarismo clássico* e a revolução como uma tentativa de impor um Estado *totalitário*. Fecha-se o ciclo e a direita já pode falar da ditadura, mostrando que existe diferença entre um momento e outro. E elogiando-se o marcelismo como momento da transição, infelizmente interrompido.

QT - *Gostaria de vos convidar a um pequeno exercício de imaginação. Existe alguma obra, algum projeto, algum arquivo sobre o 25 de Abril, ou alguma dimensão da revolução que gostassem de ver trabalhado?*

AR – O meu contributo nos 40 anos do 25 de Abril será a edição, juntamente com Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, de um *Dicionário do 25 de Abril* que tentaremos que saia ainda no primeiro semestre deste ano. Terá muito provavelmente dois volumes, cerca de 800 entradas, e que ficará como uma obra de referência.

PG – Eu tenho sugerido ultimamente aos meus alunos que trabalhem utopias. Neste tempo em que nos dizem que não há futuro e que a História acabou, apetece-me chamar a atenção para isso. Até porque a utopia nos coloca em sintonia com a esperança, com o “ainda-não” de Ernst Bloch. Depois do cerco imenso em que todos os cientistas se encontram, em que é cada vez mais difícil investigar, quero incentivar os jovens a pesquisar

e este é um dos caminhos que me parece relevante.

ML – Eu estou a dirigir um projeto sobre Estado e memória, sobre o modo como o Estado português nos últimos 40 anos descreve a ditadura e produz discursos sobre isso. Somos dos raros países com ditaduras até aos anos 1970 que não tem museus nacionais sobre a resistência – tem um museu municipal e outro, também municipal, que será construído em Lisboa – e também não tem forma de documentar a memória da espontaneidade na Revolução. Fomos habituados a pensar que existiam atores centrais da revolução e que depois as massas obedeciam. É a visão das elites, impacientes com o povo desqualificado, feio, pouco saudável, onde só se aproveitavam os emigrantes, contra o qual se estampam todas as reformas, etc... É evidente que os partidos, a igreja, os grupos determinaram muitas ações. Mas revela-se uma dose grande de espontaneidade, de voluntarismo, nas ações em muitos casos desrotinizadas – as costureiras de que falava há pouco a Paula, por exemplo. E nós ainda não documentámos isso. Os mais jovens que participaram no processo revolucionário estão agora a chegar aos 60 anos. Temos mais dez ou vinte anos para o fazer.



Alain Badiou: renovar a ideia comunista no despertar da história

BRUNO PEIXE

Hoje não estamos aqui para reclamar simplesmente o acesso ao crédito à habitação ou para protestar por causa das insuficiências do mercado de trabalho. ISTO É UM ACONTECIMENTO. É, como tal, uma ocorrência capaz de dotar de novos sentidos as nossas ações e discursos¹.

Décimo primeiro e último ponto do Manifesto plural redigido durante a madrugada de 18 de maio de 2011 pelo coletivo de manifestantes acampados na Puerta del Sol, em Madrid.

Existem alguns pensadores cuja obra, por vezes extensa, nos parece, à medida que com ela nos confrontamos, resultar de um plano há muito estabelecido, em que cada texto é parte de uma arquitetura cuidadosamente estruturada e cujo sentido só se deixa captar plenamente quando temos presente o edifício na sua totalidade. Parece-nos ser esse, por exemplo, o caso de Giorgio Agamben, na série de livros a que deu o título de *Homo Sacer*². Outros teóricos há em que parece que encontramos, ao longo do tempo, a mesma ideia, aparecendo sob formulações distintas e a propósito de temáticas e objetos muito diferenciados, numa recorrência tão insistente quanto produtiva. É esse, em

1 - <http://manifestoplural.blogspot.com/>: "Hoy no estamos aquí para reclamar sencillamente el acceso a hipotecas o para protestar por las insuficiencias del mercado laboral. ESTO ES UN ACONTECIMIENTO. Y como tal, un suceso capaz de dotar de nuevos sentidos a nuestras acciones y discursos"

2 - Da série *Homo Sacer* estão, em Portugal, publicados *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua* (1998), Lisboa: Presença [trad. António Guerreiro] (orig. 1995) e *Estado de Exceção* (2010), Lisboa: Edições 70 [trad. Miguel Freitas da Costa] (orig. 2009).

nosso entender, o caso de Jacques Rancière³ e, de forma mais problemática, também o de Slavoj Žižek, se atendermos à estrutura ontológico-política da sua teoria, mais do que às tomadas de posições concretas face à realidade sociopolítica, de natureza mais variável⁴.

No caso do pensamento da política de Alain Badiou – cuja abordagem é o propósito do presente texto –, as coisas passam-se de forma bastante diferente. Se atentarmos ao conjunto da sua obra ou, mais precisamente, à parte dessa obra que trata da política – que tem sido, de resto, a principal constante ao longo da trajetória filosófica de Badiou, que conta já com perto de 50 anos –, saltam à vista, apesar de algumas temáticas e disposições teórico-práticas recorrentes, as múltiplas formas que esse pensamento da política assumiu, desde a breve aproximação a Louis Althusser, em finais dos anos 1960, à recente proposta de uma renovação da ideia comunista.

Uma trajetória militante

Em nosso entender, o olhar sobre a trajetória teórico-política de Badiou permite-nos, de forma bastante mais nítida do que noutros casos, observar o filósofo na sua oficina, atentando ao modo como os conceitos são forjados para resolver determinados problemas postos pela articulação entre a filosofia e a política, problemas esses que foram sendo colocados tanto pelo real político como pelo contexto específico da produção intelectual

contemporânea, principalmente no contexto francês pós-Maio de 68⁵.

Esta duplo contexto, de produção intelectual e de realidade política, é essencial para uma compreensão do pensamento badiouano da política, uma vez que, a par da sua trajetória académica, Badiou foi sempre um ativista. Esse ativismo passou, no contexto que se seguiu às lutas estudantis e operárias do Maio de 68 francês, pela sua militância na organização maoísta UCF-ML (União dos Comunistas de França Marxista-Leninista) da qual foi fundador e um dos principais dirigentes, até à sua dissolução em 1985 e à fundação, nessa data, com outros camaradas pós-maoístas, como Silvain Lazarus e Natacha Michel, da *Organisation Politique* (OP). Em nenhum dos casos se pode falar de uma militância em organizações de massa, uma vez que tanto a UCF-ML como a OP constituíam coletivos minoritários, mas podemos falar, em ambos os casos, de organizações que procuravam a articulação política entre intelectuais e operários, entendida como herança fundamental de 68.

O esgotamento da revolução e a política à distância do Estado

Ao contrário de outros intelectuais que também passaram pela experiência da militância em organizações de extrema-esquerda nos anos a seguir ao Maio de 68 francês, Badiou nunca renegou essa militância nem o ideário político

3 – Vejam-se, entre outros, *A Noite dos Proletários* (2012), Lisboa: Antígona [trad. Luís Leitão] (orig. 1981), *Nas Margens do Político* (2014)

4 – A obra de Žižek, principalmente a sua produção mais recente, tem sido amplamente editada em Portugal (amplamente, entenda-se, para os padrões portugueses de tradução e edição de obras teóricas na área das humanidades). Veja-se, entre outras, *O Sujeito Incómodo: o Centro Ausente da Ontologia Política* (2009), Lisboa: Relógio d'Água [trad. Carlos Correia Monteiro de Oliveira] (orig. 1999).

5 – Ao contrário de outros teóricos contemporâneos da política, como Žižek, Rancière, Agamben e Peter Sloterdijk, Badiou não tem recebido o favor dos editores portugueses e a sua obra continua largamente por editar em Portugal, o que não deixa de causar alguma surpresa, mesmo para um meio editorial tão pouco favorável à publicação de obras teóricas no campo das humanidades como é o português, dado o sucesso planetário do filósofo e o aumento, desde o fim dos anos 90 do século passado, do número de traduções para outras línguas. Há, no entanto, algumas exceções, nomeadamente a publicação em 1967, um ano depois da sua edição em França, dos primeiros textos filosóficos de Badiou na antologia de textos teóricos do estruturalismo editada por Eduardo Prado Coelho *Compêndio de Metapolítica, Manual de Inestética e Breve Tratado de Ontologia Transitória* foram publicados em 1999 pelo Instituto Piaget e traduzidos por Emílio Alexandre. Curiosamente, e apesar da insuficiente atenção dos editores, não deixa de ser curioso que uma das primeiras monografias em livro inteiramente dedicadas à obra de Badiou tenha aparecido em Portugal. Referimo-nos ao excelente livro de Carlos Vidal, *Sombras Irradiáveis: Arte, Amor, Ciência e Política em Alain Badiou* (2005), Lisboa: Vendaval.



Acampada de Madrid - Maio 2010

que a animava⁶, isto é, o fim da militância maoísta não significou para ele o abandono do ativismo político comunista, nem sequer um desistência da ação política junto à classe operária. A OP continuou a defender, na teoria, formas de igualitarismo radical e, na prática, a desenvolver formas de luta em articulação com os operários, muito especialmente com os trabalhadores imigrantes indocumentados dos subúrbios parisienses. Do que se tratou, para Badiou, foi de retirar as devidas consequências do fim de uma sequência histórica determinada: a sequência interna (i.e., francesa) inaugurada pelo Maio de 68 e que se estendeu anos 1970 afora através das lutas operárias e estudantis e, no plano internacional, a sequência revolucionária inaugurada pela revolução russa de 1917 e encerrada pela revolução cultural chinesa.

O diagnóstico do falhanço da revolução cultural na China⁷, mais do que uma derrota episódica do maoísmo representou, para Badiou, o fim da dita sequência revolucionária, uma sequência que, segundo Badiou e Silvan

Lazarus, assentou na ideia de que o propósito da ação política emancipatória consistia na tomada do poder do Estado pelas classes dominadas, sob a orientação da organização de classe por excelência que era o partido. O significado profundo da revolução cultural seria justamente o falhanço do partido em transformar a sociedade através do Estado e a constatação de que foi o Estado a impor ao movimento a sua lógica, tal como teria acontecido na União Soviética sob o estalinismo⁸.

O fim da sequência ditaria, então, o fim da prática e da teoria política que lhe correspondem: o marxismo como filosofia da emancipação, a tomada do poder como objetivo, a classe operária industrial como sujeito privilegiado da emancipação humana e o partido de classe como operador essencial dessa emancipação. As lições a extrair do esgotamento dessa sequência e do modo histórico da política que lhe correspondia (para usar a expressão de Silvan Lazarus) exigiriam uma nova forma de pensar e de agir politicamente, que passava, para Badiou, pelo abandono da tomada do poder do Estado como

6 - A propósito da figura do ex-militante de extrema-esquerda convertido às virtudes do capitalismo e da democracia parlamentar, traduzido muitas vezes no apoio à direita política e às intervenções militares americanas, veja-se: "Roads to Renegacy. Interview by Eric Hazam", in *New Left Review* 53, setembro-outubro, 2008, pp. 125-133.

7 - Badiou faz uma brilhante análise da Grande Revolução Cultural Proletária em "La Dernière Révolution?", in *L'Hypothèse Communiste*.

8 - BADIOU, Alain, *D'un Déastre Obscur: sur la fin de la vérité d'état* (1998), L'Aube, Paris.

etapa fundamental para alcançar esse horizonte último que seria o comunismo. E passava também pela necessidade de desenvolver formas de ação política à distância do Estado, propósito explícito da OP.

Mas não era apenas a questão do Estado e do poder que o presente histórico exigia repensar. A crítica de Badiou dirigia-se aos fundamentos teóricos e práticos do modo histórico revolucionário, nomeadamente no que diz respeito à questão da subjetividade política. Para ele, essa subjetividade militante, associada ao modo revolucionário, ao Estado e ao partido de classe, teria desaparecido muito antes da queda dos estados socialistas da Europa de leste,

em que essa figura se tornou o alvo de inúmeras críticas e desconstruções, Badiou, pelo contrário, continuou a afirmar, como o tem feito até hoje, a sua indispensabilidade para qualquer entendimento da política.

Bem pelo contrário, do que se tratava, em meados dos anos 1980, era de criticar uma concepção objetivista e reducionista da subjetividade política que, para Badiou, foi a de um certo marxismo, cuja substancialização fixou a ação política como expressão de uma realidade social que a antecedia e da qual era, em última instância, dependente. A política assim entendida seria a expressão dos interesses de classe, e o partido de classe seria o representante,

Esta substancialização da mediação social seria assim uma forma de fixação do lugar da política e dos seus sujeitos e, portanto, de delimitação, a partir do social, dos lugares que são próprios da política: a fábrica, o campo, o parlamento ou o Estado.

como escreve em 1998 em *D'un Désastre Obscur*. O que estava em causa, para Badiou, era o fim de uma concepção da política como **dialética expressiva**⁹, uma expressão que Badiou só virá a cunhar em 2010, mas que resume aquilo que, em meados dos anos 1980, para este autor e para os seus camaradas da OP, se tratava de deixar para trás. Tal dialética expressiva, deixa-se resumir, de forma exemplar, numa frase de Lênine: "As massas dividem-se em classes, as classes são representadas ou exprimidas por partidos, e os partidos são dirigidos por chefes".¹⁰

Esta crítica ao entendimento da subjetividade política tal como foi praticado ao longo do século XX pela teoria e prática revolucionárias não significou, contudo, uma recusa liminar da figura do sujeito. Numa conjuntura intelectual

na arena política, desses interesses, económicos ou políticos. Esta substancialização da mediação social seria assim uma forma de fixação do lugar da política e dos seus sujeitos e, portanto, de delimitação, a partir do social, dos lugares que são próprios da política: a fábrica, o campo, o parlamento ou o Estado.

Acontecimento, fidelidade e sujeito

Como repensar então uma política de emancipação fora da relação representativa e expressiva? Como repensar a política após o falhanço da sequência revolucionária sem ceder no pressuposto do universalismo igualitário de que deve ser portadora qualquer proposta política e mantendo a fidelidade ao marxismo, entendido não como paradigma analítico ou

9 – BADIOU, Alain (2011), *La Relation Énigmatique entre Philosophie et Politique* Paris: Germina, pp. 67-87.

10 – Cf. BADIOU, *Idem*, p. 70.

grande narrativa histórica, mas sim como teoria da subjetividade antagonista, um marxismo que é, antes de mais, prescrição e não descrição, teoria do sujeito e não ontologia social?

Esse repensar da política só pode, para Badiou, dar-se fora da dialética expressiva dos interesses de grupos ou classes sociais, mas evitando, ao mesmo tempo, cair no polo oposto do voluntarismo subjetivista, de caráter necessariamente idealista, que vê no sujeito soberano e autônomo o fundamento de todo o agir humano. Se a subjetividade é essencial para qualquer entendimento da política, uma teoria que se queira chamar materialista terá de partir de um primado do real, sem que esse primado do real resulte numa forma de reducionismo histórico ou sociológico, em que o sujeito se vê reconduzido, mesmo que de forma tendencial e não determinista, a um lugar objetivo na estrutura social. O acontecimento [em francês *événement*] será o operador essencial da dialética entre real e sujeito no pensamento badiouano da política. A política tem precisamente o seu fundamento, para Badiou, nesta capacidade de acolher o acontecimento.

É importante ter em conta que acontecimento e facto são, para Badiou, coisas distintas. Este último assenta num regime de visibilidade do real organizado a partir de uma distribuição consensual de sentido na qual o facto, apresentando-se com o selo da novidade, mais não é do que a reiteração dos dados que organizam a situação. O facto aparece como expectável, como subordinado a uma regulação probabilística a partir do qual o seu aparecer é entendido.

O acontecimento, pelo contrário, é pura contingência, uma ocorrência imprevisível, que não se deixa prever a partir do conjunto de conhecimentos adquiridos, e inverificável,



Queda do Muro de Berlim, 1989

na medida em que a sua existência não assenta em qualquer garantia no real, mas sim na existência de sujeitos dispostos a desenvolver, na situação, as consequências do acontecimento, a serem os portadores dessas consequências e a inscrevê-las na situação. O acontecimento é justamente o que se subtrai a todo o princípio organizador da sociedade, na medida em que a

sua ocorrência é a revelação da inconsistência fundamental em que assenta essa organização, as hierarquias que fazem parte dela, as distribuições de poder e de visibilidade que a sustentam.

A impossibilidade de conhecer a priori o acontecimento tem como consequência a subtração da política a um domínio fixável por um conhecimento especialista, ao estabelecimento de previsões e tendências que são o sustento do discurso autorizado do especialista. Mais importante, a política deixa de ser pensada como realização de possibilidades encerradas no existente. Ultrapassando a dialética secular da potência e do ato, trata-se de inscrever a impossibilidade da política no real, neste caso no real de uma prescrição subjetiva, em que a lei do impossível (o acontecimento) ordena a intervenção possível no mundo (do sujeito).

O acontecimento é, portanto, o real do qual o sujeito é uma das consequências, ou melhor, cujas consequências são inscritas na situação pelos sujeitos que reconhecem no acontecimento a verdade da situação. Como se pode entender, sujeito e indivíduo são, para Badiou, coisas distintas. Nem todo o indivíduo se constitui em sujeito, nem todo o sujeito é necessariamente individual. Em política a forma mais comum do sujeito é o coletivo, no qual o indivíduo se decide (ou não) incorporar.

A subjetividade implica, pois, a adesão à perspectiva do acontecimento, ao ponto de vista

a partir do qual a inconsistência fundamental da situação comparece ao sujeito, e de onde ele vai procurar inscrever a verdade na própria situação: essa adesão de um sujeito ao acontecimento e o compromisso de ser portador das suas consequências na situação é o que Badiou chamará **fidelidade**. Esta inscrição é desde logo problemática, uma vez que a relação entre acontecimento e situação é de contradição, pois o acontecimento apresenta-se como negação da situação e esta procurará resistir com os meios que tem à disposição que, no caso da política, são usualmente os da repressão violenta.

Pode, então dizer-se que, do ponto de vista do indivíduo, a tradução política do acontecimento como negação da situação é a imposição de uma escolha: ou se está com a situação ou com a verdade que o acontecimento expõe. Mas se acontecimento e situação existem numa situação de contradição, como intervir numa situação em termos da verdade de um acontecimento? Essa é uma das questões mais importantes da filosofia de Badiou e, porventura, a que mais tinta tem feito correr no que toca especificamente ao seu pensamento da política, na medida em que a incomensurabilidade entre ordem do ser e ordem do acontecimento parecem colocar problemas a uma intervenção consequente na situação pós-acontecimento.

Como conceber então as possíveis mediações entre *situação e acontecimento*? Pode sustentar-se, e alguns críticos fizeram-no, que existe no pensamento badiouano uma discrepância acentuada entre, por um lado, ações que se mantêm no movimento lento da inércia das realidades de um *estado da situação* e, por outro lado, acontecimentos que irrompem numa

cena estática, com a consequência de espoletar trajetórias de transformação que rompem com, e estilhaçam, as realidades estagnadas do estado das coisas.

Esta dicotomia drástica separa os ritmos dos processos sociopolíticos entre meras ações envolvidas no fluxo contínuo de uma dada realidade estruturada e atos grandiosos resultantes de acontecimentos. Resumindo, um gesto genuinamente transformador seria apenas aquele que se subtrai à ordem da existência quotidiana¹¹.

Esta separação rígida entre as operações ligadas ao funcionamento dos mundos quotidianos e aquelas ligadas a processos de verdade teria como consequência a impossibilidade de se pensar as condições de rutura e de transformação política a partir de uma determinada situação, nomeadamente a partir de uma situação pré-acontecimento. É esta separação rígida que levou a críticas, como a de Daniel Bensaïd, de que a política badiouana é uma nova teologia, com o acontecimento no lugar do milagre ou do messias¹².

Em entrevista concedida em 2005 a Bruno Bosteels¹³, em resposta a objeções como a de Bensaïd, Badiou afirma que o que lhe interessa é pensar o acontecimento a partir da situação, é pensar justamente a articulação entre ordem e acontecimento, e não postular duas ordens radicalmente divergentes. Numa fórmula sucinta, mas esclarecedora, Badiou afirma que, na expressão que dá título à sua obra mais importante - *O ser e o Acontecimento* - o mais importante é a conjunção que une os dois termos, o e. Essa conjunção é operada na ação do sujeito de uma verdade política, nas operações que consistem em trazer à situação a novidade

11 - Esta crítica é formulada, de forma particularmente brilhante, por Adrian Johnston no seu livro *Badiou, Žižek and Political Transformations: The Cadence of Change* (2009). Evanston: Northwestern University Press, pp. 5-36.

12 - Cf. BENSÁID, Daniel, "Alain Badiou et le Miracle de L'Événement", in *Résistances: Essai de Taupologie Générale* Fayard, Paris, 2001, pp. 143-70.

13 - Cf. BOSTEELS, Bruno, "Can Change be Thought? A Dialogue with Alain Badiou", in RIERA, Gabriel (ed.), *Alain Badiou Philosophy and its Conditions*, State University of New York Press, 2005, pp. 246-255.



Os filósofos Žižek e Badiou numa conferência em Nova Iorque, 2010

introduzida pelo acontecimento, no forçar, na situação, as consequências do acontecimento, resumindo, na fidelidade de um sujeito.

Badiou procura, na sua construção teórica, pensar a política para além da dialética entre potência e ato, entre possibilidades não realizadas e realização dessas possibilidades, de modo a que o novo não seja entendido como realização de possibilidades que o existente já encerrava em si. Mas fá-lo mantendo o privilégio fundador do ato, o que pode resultar numa absolutização da figura do acontecimento.

A intenção de Badiou é clara: evitar as formas de historicismo que reduzem o acontecimento a variáveis sociais, explicáveis pelo jogo de posições num todo estratificado e portanto assimiláveis ao tempo histórico contínuo e mensurável da cronologia oficial. Mas essa subtração ao tempo linear e cumulativo da história é feita, de acordo com os seus detratores, à custa de uma não-relacionalidade total entre a ordem da existência, onde os homens vivem e agem todos os dias, e um acontecimento disruptor das coordenadas simbólicas que regem essa ordem. Fora de uma dialética entre acontecimento e situação, poderá haver alguma eficácia política no próprio pensamento da política? Para críticos como Daniel Bensaïd e António Negri, entre outros, a falta de determinações históricas e políticas leva a uma

separação dos dois domínios da existência que é necessariamente idealista.

O comunismo como ideia

Às críticas de idealismo responderá Badiou – no momento histórico que corresponde à crise atual do capitalismo e, em termos biográficos, ao momento da sua projeção como intelectual global – com a proposta de uma ideia. Mais precisamente a ideia de comunismo. Essa ideia assenta, antes de mais, na constatação de que existem constantes trans-históricas, ou axiomas, que se podem encontrar em todos os exemplos de políticas emancipatórias. Esses princípios já tinham sido identificados em 1976, numa obra escrita com François Balmés, *De l'Idéologie*, e assentam sobre três axiomas: (i) a orientação igualitária de toda a política comunista, contra o pressuposto de uma tendência antropológica para a desigualdade; (ii) a ideia de que a política se faz à distância do Estado e da representação e não pressupõe a existência destes; (iii) o desaparecimento das classes e de toda a forma de hierarquia social, o que implica o fim da divisão do trabalho¹⁴.

Estas invariantes, contudo, não compõem um programa, mas antes um conjunto de princípios que permite traçar uma linha de demarcação entre as diversas políticas, uma ideia reguladora que permite identificar, perante

14 – Cf. BADIOU, Alain (2007). *De Quoi Sarkozy Est-il le Nom?*, Circonstances 4. Paris: Lignes, pp. 130-132 and its Conditions, State University of New York Press, 2005, pp. 246-255.

a multiplicidade concreta de políticas, aquelas que se podem chamar de emancipatórias. A ativação desta hipótese, a sua operacionalização, realiza-se, para Badiou, sob a forma de uma *Ideia*¹⁵

A *Ideia* é, de acordo com Badiou, a representação que um indivíduo faz, de si mesmo e do mundo, do ponto de vista de uma verdade – no caso em questão, de uma verdade política – ou seja, a partir do ponto de vista do seu devir-sujeito, da sua incorporação numa verdade. Para um indivíduo, a *Ideia* torna possível a orientação da sua vida, ou da sua ação, no mundo que é o seu, segundo a verdade¹⁶. Ela é, por isso, a mediação essencial entre o indivíduo e o sujeito, o operador a partir do qual o indivíduo, nas escolhas com que é confrontado, desenvolve, na situação que é a sua, as consequências de um acontecimento: por isso é ela que inscreve as vidas individuais, ou os corpos particulares, através de uma orientação, numa verdade universal: a *Ideia* é a imanência das verdades.

Sem a orientação de uma ideia, a política arrisca-se a ser dominada pela pura negação e pela destruição, sem que seja discernível qualquer intenção universal¹⁷. É o caso, para ele, das revoltas de Londres de 2011. Longe de as condenar, Badiou aponta antes a sua insuficiência, reconhecendo-lhes o mérito de sinalizar que o Estado não possui os meios de impedir que ocorram, nos espaços desolados por



ele mesmo criados, “um sinal histórico de rebelião”.¹⁸

Este momento negativo é, entenda-se, para Badiou, essencial, pois é nele que se expressa a rejeição do estado presente das coisas, mas tem necessariamente de ser acompanhado por uma proposta. Uma proposta que não vem sob a forma normativa de um conjunto de prescrições ditadas pela teoria. O momento afirmativo da política, hoje como no passado,

passa necessariamente pela criação de um espaço de existência autónomo, ao qual corresponde uma nova forma de exercício do poder da qual a dominação está subtraída. É por isso que a figura essencial da política é hoje, para Badiou, a subtração e não a destruição.

A filosofia de Badiou é, como quisemos assinalar neste texto, uma obra em aberto, em que o filósofo procura soluções, no campo da teoria, que possam corresponder aos desafios concretos da política real e aos impasses da teoria. O presente momento filosófico deste autor aponta, de certa forma, com o papel atribuído à *Ideia*, para uma conceção mais clássica da relação entre teoria e prática que corre, em nosso entender, o risco de resultar em tomadas de posição meramente principiais, como é o caso de algumas intervenções recentes¹⁹. Mas convém não esquecer que, já antes, a oficina deste filósofo soube estar à altura dos tempos que corriam. Esperemos então para ver.

15 – Cf BADIOU, Alain (2009), *Segunda Manifeste pour la Philosophie* Paris: Fayard, pp. 119-130.

16 – Cf BADIOU, op. cit., p. 119.

17 – Cf BADIOU, Alain (2011), *Le Révol de L'Histoire* Circonstances 6 Paris: Lignes, p. 41.

18 – *Idem*, p. 43.

19 – <http://www.versobooks.com/blogs/1547-true-communism-is-the-foreignness-of-tomorrow-alain-badiou-talks-in-athens>



Tal pai, tal filho, Hirozaku Koreeda, Japão, 2013

Tal pai, tal filho. Variações sobre a paternidade

FABRICE SCHURMANS

Dois casais descobrem que os seus filhos de seis anos foram trocados à nascença. Torna-se necessário tomar uma decisão: privilegiar os laços de sangue e voltar a trocar as crianças ou escolher as ligações afetivas e deixar Keita e Ryusei nos seus respetivos lares.

Tal pai, tal filho funciona a partir de ligeiras variações sobre o mesmo tema, o da natureza da paternidade, da ligação filial, da relação com a família. Não causa assim surpresa que as *Variações Goldberg* de Bach ritmem o filme, como se pretendessem enfatizar o seu conteúdo. No entanto, a interpretação das *Variações* por Glenn Gould ganha significado igualmente a um outro nível: o filme é japonês, tal como é

o contexto social de referência, mas a questão central não tem em si nada de especificamente nipónico e, tal como as *Variações*, ultrapassa as fronteiras e significa, da mesma maneira, que comove para lá de Tóquio.

Tudo parece opor as duas famílias, os Nonomiya e os Saiki, desde os espaços de vida e de lazer às relações intrafamiliares. Os Nonomiya vivem no coração de uma metrópole japonesa, com uma vegetação rara, se não mesmo inexistente. A sequência da viagem de carro até aos subúrbios onde moram os Saiki é reveladora, já que o que nos dá a ver em câmara subjetiva, numa escala de planos de semiconjunto, é a ausência de perspectiva, a presença constante de muros, de autoestradas, como se, naquele ins-

tante, o realizador transformasse o espaço em metáfora da cegueira do pai de Keita, com a sua obsessão pelo trabalho como o maior obstáculo a impedir este pai de compreender a natureza da relação com o que fora durante seis anos o seu filho. Não é surpreendente que, num filme com movimentos de câmara subtis e discretos, os únicos *travellings* facilmente identificáveis acompanhem a viagem de carro dos Nonomiya até ao domicílio dos Saiki. Mas fazem-no através de uma escala de planos diferentes a fim de realçar, por um lado, a mudança espacial - deixa-

está em causa num dos diálogos fundamentais do filme. A Ryoata Nonomiya, que explica que nunca brincara com o pai aos papagaios de papel para explicar por que razão ele nunca o fizera com Keita, Yudai Saiki responde que é possível romper com o peso da tradição, com a linha reta e aceitar os meandros.

Para além disso, é significativo que seja frequentemente através da natureza, de uma relação especial com a natureza, que Ryoata ganha consciência de elementos essenciais. É o caso de uma outra sequência durante a qual a perso-

O tema que estrutura o filme de Hirozaku remete assim, antes de tudo, para a natureza da paternidade; o filme é permeado pela questão do elemento dominante na relação que une o pai ao seu filho: o biológico ou a educação.

se o centro da cidade para os subúrbios - mas também os cabos de alta-tensão que atravessam o céu. Estes ganham de facto outro significado, pois é possível interpretá-los como metáfora da existência humana: a procura das origens numa distância inacessível, evoluindo em paralelo com outras existências, próximas umas das outras, mas ao mesmo tempo distintas e a repercutirem-se noutras distâncias igualmente inacessíveis.

Quanto ao espaço familiar, este é construído de maneira não apenas antagónica (o apartamento luxuoso dos Nonomiya em oposição à casa humilde dos Saiki), mas igualmente com um significado num outro nível, mais uma vez metafórico, pois o que se revela em Tóquio é a obsessão vã de um pai pela ordem, pela linearidade, pela legibilidade em contraponto ao outro pai, o que aceita os riscos do quotidiano, recusando a linearidade que supostamente liga as gerações. É revelador que um dos encontros entre as duas famílias tenha lugar nas margens de um rio longe da cidade, um espaço que remete, através dos meandros do rio, para o que

nagem deambula por uma floresta artificial na companhia de um entomologista, que em tempos fora, como ele, arquiteto. Nonomiya parece imerso num abismo de reflexão até descobrir que, mesmo nesta floresta criada pela tecnociência, há lugar para o inesperado. É o caso, por exemplo, dos insetos vindos de fora, das cigarras cujas ninfas vivem uma quinzena de anos antes de atingirem a maturidade. Nonomiya, numa espécie de revelação, parece ganhar consciência do aspeto aleatório, por vezes incontroável, da existência.

O tema que estrutura o filme de Hirozaku remete assim, antes de tudo, para a natureza da paternidade; o filme é permeado pela questão do elemento dominante na relação que une o pai ao seu filho: o biológico ou a educação. A problemática do sangue assombra inicialmente Nonomiya, uma vez que a personagem acredita poder explicar o que considera serem as fraquezas de Keita pela falta de ligação biológica, enquanto a sua mulher, tal como a família Saiki, privilegia a construção e a sedimentação dos afetos a partir do nascimento.

Subtilmente, o realizador-guionista representa a evolução complexa, feita de avanços e recuos, de Nonomiya, que, confrontado com a dolorosa verdade, assim como com uma experiência familiar radicalmente distinta, compreende o predomínio do afetivo sobre o biológico (neste sentido, o título original transmite melhor o propósito do filme: *A seguir, ele torna-se pai*). Uma das sequências finais consegue pôr em cena esta evolução através da metáfora, uma vez mais. Keita e Ryoata caminham em vias paralelas separados por um corredor vegetal, o pai a dirigir-se ao filho a fim de pedir desculpas pelo seu comportamento até então. Como os cabos de alta tensão, estas vias paralelas remetem para o que

são em parte as nossas vidas: caminhos paralelos, por vezes próximos, por vezes longínquos, separados por obstáculos, mas, por não sermos totalmente determinados pelo biológico, caminhos que nós podemos escolher fazer cruzar. É o que acontece neste caso, pois é na junção dos caminhos que se esboça uma reconciliação.

No final do percurso, Nonomiya parece finalmente ter aceitado a possibilidade do meandro. Tal Pai, Tal Filho é, como se terá percebido, um filme sobre a família, mas é simultaneamente um filme com um forte teor social, que, ao tomar partido pela família Saiki, remete o trabalho para o lugar que lhe deve ser conferido na existência humana.





Hannah Arendt, Margarethe von Trotta, Alemanha-Luxemburgo-França, 2012

Do self-hating Jew ao elogio da dissidência

JÚLIA GARRAIO

Haveria numerosos caminhos e muitas mais perspectivas para abordar a figura de Hannah Arendt, testemunha e pensadora de questões e de momentos fundamentais do século XX. Desde a relação com um nome que se tornou sinónimo da colaboração intelectual com o nazismo (Heiddeger), à experiência pessoal do antissemitismo alemão, passando pela reflexão incontornável sobre o totalitarismo, o sionismo, o julgamento de Eichmann ou o conceito de mal, a vida, a obra e a personalidade de Arendt são de uma tal riqueza que o projeto de realizar um filme sobre a filósofa surge, à partida, como tarefa hercúlea. Qualquer que tivesse sido a abordagem escolhida seria inevitável uma sensação de simplificação, de silenciamento, de deturpação, tal a complexidade das questões inerentes à vida de Arendt.

Margaretta von Trotta optou por filmar a filósofa a partir de prismas profundamente enraizados no contexto sociocultural de referência da cineasta alemã, ainda que a ele não se limitem. O primeiro tem a ver com o projeto feminista de von Trotta de contribuir para a

construção, através do cinema, de uma História alternativa da Alemanha com filmes sobre mulheres com um papel histórico de relevo. *Hannah Arendt* deve ser visto assim no seguimento de obras da realizadora como *Die bleierne Zeit* (1981), inspirado livremente na relação entre a líder da organização terrorista RAF Gudrun Ensslin e a sua irmã, *Rosa Luxemburg* (1986), um *biopic* da figura homónima, *Rosenstrasse* (2003), melodrama que invoca o protesto em 1943 de algumas mulheres berlinenses pela libertação dos maridos judeus, ou *Vision* (2009) sobre a mística Hildegard von Bingen.

Para o filme sobre Arendt, von Trotta escolheu o período de maior projeção pública da filósofa: as reações inflamadas à publicação dos seus artigos sobre o julgamento de Adolf Eichmann para a The New Yorker, posteriormente reunidos no livro Eichmann in Jerusalem (1963), que desencadearam uma espécie de "guerra civil" entre a comunidade intelectual nova-iorquina da altura, onde se encontravam numerosos judeus alemães exilados.

Arendt foi insultada, repudiada por amigos, acusada de arrogância, insensibilidade e traição ao povo judeu, em suma, foi apelidada de *self-hating Jew*. Este conceito tem as suas origens precisamente no espaço alemão (*judischer Selbsthass*), onde foi aplicado a intelectuais de origem judaica como Otto Weininger (1880-1903), cujas críticas ao judaísmo foram recuperadas pelo antissemitismo alemão. Atualmente, o termo é recorrente contra figuras proeminentes de origem judaica que criticaram aspetos do sionismo e certas políticas do Estado de Israel,

nal - viu-se entretanto reforçado (lembremos o estudo de 1992 de Christopher Browning *Ordinary Men*). A discussão do papel dos líderes judeus na deportação tão pouco causa atualmente tais reações inflamadas. O que move a realizadora de *Hannah Arendt* não são os pontos centrais da polémica nem a questão da identidade judaica (talvez por isso a crítica de Arendt ao sionismo ocupe um lugar marginal no filme). O que interessa a von Trotta é a maneira como os ataques a Arendt permitem à cineasta fazer a apologia do caminho de não compromisso, do

O que interessa a von Trotta é a maneira como os ataques a Arendt permitem à cineasta fazer a apologia do caminho de não compromisso, do intelectual que não submete o seu pensamento às pressões do seu grupo.

como Noam Chomsky, Norman Finkelstein, Amira Haas ou Judith Butler. O conceito *self-hating Jew* é obviamente controverso: tratar-se-á de uma estratégia de retórica usada para desacreditar e silenciar vozes de judeus discordantes ou estarão essas personalidades, com o seu pensamento crítico, a dar munições para a perpetuação do antissemitismo, agora sob a máscara da defesa dos direitos humanos e do anticolonialismo?

Este pano de fundo é central para entendermos o filme de von Trotta, mais importante talvez do que o teor da controvérsia em torno do livro de Arendt. A questão da banalidade do mal goza atualmente de um certo consenso. É certo que Arendt é por vezes acusada de ter interpretado incorretamente Eichmann: não seria um mero burocrata a seguir ordens mas um convicto antissemita (mas uma tal formulação não será uma simplificação da interpretação que Arendt fez de Eichmann?). Porém, o argumento central da filósofa - os grandes crimes da humanidade podem ser cometidos por gente que noutra contexto teria levado uma vida ba-

intelectual que não submete o seu pensamento às pressões do seu grupo. A apologia da consciência individual contra o coletivo seria fácil se não tivéssemos de lidar aqui com o espectro do antissemitismo.

Oferecendo a história da Alemanha casos de apropriação de vozes de judeus para promover o antissemitismo e justificar o extermínio, tendo em conta a sobrevivência do antissemitismo aos campos de morte, a opção pela dissidência torna-se tortuosa.

A moral do filme parece ser: por muito dolorosa que seja a pressão coletiva, mesmo em situações em que os receios desse grupo sejam legítimos e os seus apelos à coesão compreensíveis, é função do intelectual não ceder e manter-se fiel ao seu pensamento. Por isso, é tão importante no filme a focalização na "dimensão pessoal" da filósofa: o profundo carinho por amigos com quem não partilha opiniões políticas e a dor de se sentir rejeitada por eles. A dissidência de Arendt é assim filmada por von

Trotta como algo heroico que contém mesmo uma vertente de sacrifício emocional. Por isso, também Eichmann tinha de ser retratado segundo a imagem simplificada da interpretação popularizada de Arendt: como o burocrata, o "zé-ninguém" que renunciou à capacidade de pensar e assim de julgar, ou seja, como o contraponto da filósofa Arendt, para quem pensar levava obrigatoriamente à crítica e ao juízo moral.

Não será o retrato correto de Eichmann, como acusaram alguns críticos a par das últimas investigações históricas sobre o criminoso de guerra nazi, mas é o que serve a história que von Trotta nos quer contar, uma história de elogio à dissidência, de celebração da resistência e do não conformismo. Trata-se, afinal, da narrativa que a cineasta tem vindo

a contar ao longo dos anos através de outras mulheres que resistiram à pressão e às expectativas das sociedades em que estavam inseridas. Em suma, uma narrativa de apologia da dissidência no feminino que, neste filme, habilmente escamoteou ou abordou apenas ao de leve aspetos da vida e do pensamento de Arendt que pudessem surgir como mais controversos aos olhos do público alemão da atualidade e que, por isso, pudessem tornar a dissidência da filósofa menos consensual (os comentários problemáticos sobre os judeus não alemães; as fortes objeções ao sionismo). É aqui que se torna visível como uma cineasta formada no "novo cinema alemão" dos anos 1970 se tem vindo a aproximar progressivamente do "cinema do consenso" da Alemanha reunificada.



Hannah Arendt

KYOHJI NODA / FLICKR



Al-Mutamid, Cesar Carazo, Eduardo Paniagua, El Arabi Serghini, Jamal Ben Allal, Janita Salomé e Quiné Teles, 2013

Al-Mutamid

HELENA ROMÃO

Na história portuguesa há um período obscuro, tratado com indiferença como se não fizesse parte de nós e ao qual nos referimos genericamente como “o tempo dos árabes”. Ora, nem os “árabes” eram um grupo homogêneo, nem, na sua diversidade, alguma vez deixaram de fazer parte de quem somos, desta mistura de celtas, iberos, fenícios, gregos e romanos... (tudo isto antes do séc. XV).

Não foi há muitos anos que começaram a surgir os primeiros livros sobre esta época e as traduções de poemas dos muitos poetas algarvios e alentejanos do Al-Andaluz (veja-se, a título de exemplo, a obra de Adalberto Alves). No Algarve, algumas localidades começaram timidamente a assumir a sua história e herança artística.

O projeto Al-Mutamid leva-nos a descobrir esta época, os seus períodos, as suas gentes e a sua arte através do rei e poeta Al-Mu'tamid. Nascido em Beja (1040), no centro do então chamado Al-Andaluz, foi príncipe em Silves e rei da Taifa de Sevilha. É dele a única presença portuguesa nas Mil e Uma Noites.

O fim da sua vida corresponde também ao declínio do período das Taifas e à chegada dos

Almorávidas, uma tribo de guerreiros oriundos do Sahara. Al-Mu'tamid chamou-os como reforços numa guerra com D. Afonso VI, Rei de Leão e Castela (avô de D. Afonso Henriques), mas acabaria por ser traído por eles, acusado de se desleixar com os valores do Corão. Prenderam-no e tomaram o poder. Mais tarde, também os Almorávidas viriam a ter igual sorte, mas isso já não cabe nesta história.

Al-Mu'tamid foi então levado para Aghmat, a sul de Marraquexe, onde viveu na prisão o resto dos seus dias e escreveu sobre o seu destino e a sua terra.

Al-Mutamid junta músicos portugueses, espanhóis e marroquinos, especialistas em música árabo-andaluz medieval (ou seja, do Al-Andaluz) e em música tradicional. Alguns deles têm já trabalho conjunto na investigação e na interpretação da música desta época.

Depois de dois concertos, o primeiro em Lisboa a 15 de Fevereiro de 2014 e, no dia seguinte, em Beja, o projeto pretende produzir um CD e um documentário.

O concerto de Lisboa, no São Luiz Teatro Municipal, juntou em palco todos os músicos do

projeto. A ordem das peças seguiu a cronologia da vida do poeta, levando-nos a acompanhá-lo na longa viagem de Beja a Aghmat, passando por Silves, Sevilha, Tânger e Marraquexe. Dos poemas de juventude, sobre o amor e a amizade, evocativos de tardes descansadas no Palácio dos Balcões em Silves, o tom vai amadurecendo até aos poemas de profunda tristeza e desespero escritos na prisão.

A par da música, foi projetado um filme com imagens atuais das estradas, mares e cidades percorridos, ao qual faltou apenas a indicação de cada local.

Saltam à vista dois instrumentos de origem medieval, o saltério (tocado por Paniagua) e a fidula (tocada por Carazo), ambos representados no Pórtico da Glória da Catedral de Santiago de Compostela, testemunho da sua grande

importância na época. Ben Allal tocava o violino na vertical: com o instrumento apoiado sobre um joelho e o arco na horizontal, como se de um pequeno violoncelo se tratasse. Entre as percussões havia instrumentos semelhantes ao adufe, uma das nossas heranças diretas da cultura árabe.

Nos arranjos, o piano de Filipe Raposo - o elemento estranho entre instrumentos antigos - funde-se com os restantes, graças aos recursos harmónicos e rítmicos que realçam o carácter de cada canção e amplificam o volume geral.

As três vozes, a portuguesa de Janita Salomé, a espanhola de Cesar Carazo e a marroquina de El Arabi Serghini, cada um ao seu estilo e na sua língua, mostram-nos que, apesar das diferenças substanciais, é possível encontrar uma sonoridade comum unificadora do projeto.

Al-Mu'tamid foi então levado para Aghmat, a sul de Marraquexe, onde viveu na prisão o resto dos seus dias e escreveu sobre o seu destino e a sua terra.



Cubaliva, Azagaia, 2013

Azagaia: quando o poder não corta a língua

JOÃO MINEIRO

Já estávamos no ano de 2014 quando me apercebi que tinha perdido um dos grandes discos de rap e da música moçambicana do ano de 2013. É uma falha imperdoável. Não apenas porque Azagaia é um dos mais interessantes músicos da nova geração moçambicana, mas porque ele não é um *rapper* qualquer. É um *rapper* que, em 2007, sem pedir autorização a ninguém, lançou um disco que não deixou ninguém indiferente. Chamou-se *Babalaxe*, desafiou as elites políticas e económicas moçambicanas e arrastou multidões de jovens. O álbum valeu-lhe várias formas de perseguição política. Nenhuma delas surtiu efeito e cá está, de novo, para a música e para o resto.

O músico é Edson da Luz. Mais conhecido por Azagaia. Este segundo álbum é o *Cubaliva* e veio dar solidez e consistência aos trabalhos que tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Este é um disco que demorou seis anos a suceder à verdadeira bomba atómica que tinha representado *Babalaxe*. Se nessa estreia em 2007 Azagaia tinha sido

absolutamente claro nos temas de que queria falar e nas denúncias que queria fazer, no ano seguinte lançou a música *Povo no poder* que lhe valeu uma ida à Procuradoria-Geral da República sob acusação de incitamento à violência. A advogada de Edson, Maria Alice Mabota, presidente da Liga dos Direitos Humanos (LDH), afirmou ao semanário *Savana* que a acusação da Procuradoria “pretende amedrontar Azagaia”, feito que “não vai lograr posto que ele não está sozinho”. A presidente da LDH confessou que gosta da música *Povo no Poder* e “promete acompanhar o jovem autor até ao fim da procissão”. Não o demoveram.

Em dezembro 2007 e de 2008, Azagaia lançou *Obrigado Pai Natal* e *Obrigado de Novo Pai Natal*, onde não se inibiu de criticar duramente o ano político, os governantes e a elite económica do país, e, em 2011, foi detido pela polícia antes de chegar a um concerto onde iria apresentar o vídeo de *A Minha Geração* e onde ia também cantar *Primeira carta para o Ministro da Cultura*. O pretexto da deten-

ção foi a posse de marijuana. Foi um pretexto. Como qualquer outro. Não dava jeito que Azagaia continuasse a contaminar de insubmissão os espíritos dos jovens moçambicanos que cantavam coletivamente e com convicção as suas letras acompanhadas de beats imponentes.

Depois do sobressalto que significaram músicas como *As mentiras da verdade*, *Ciclo de Censura*, *As verdades* ou *A Marcha*, este seu segundo disco, o *Cubaliwa*, abre sem rodeios ao som progressivo de uma marcha. É a marcha de Azagaia. E é imparável.

Achavam que eu não voltava? Achavam?

Bem-vindos ao Cubaliwa

Manos pensaram que cortaram a minha língua

Mas eu falo em Ronga, falo em Sena, falo em Chitswa

Eles não sabem bem qual é a minha língua

Disseram as más-línguas que eu era filho da oposição

Que eu não sabia o que escrevia e que por traz havia uma mão

(...)

***Isso inclui censurar, caluniar a minha música
Levar-me a Procuradoria da República.***

Está lançado o mote para um disco de crítica e de algumas boas novidades. A começar pelos *beats* que alimentam músicas mais diversificadas e fluídas. Mantém o típicos *beats* duros nas músicas mais discursivas e de interpelação direta mas desenvolve *beats* mais trabalhados e melódicos em músicas como *Miss e Mister Moçambique*, *Começa em ti*, *Carne para Canhão* ou, num tom mais *reggae*, *A minha geração*. *Beats* diversos e bem trabalhados com o conteúdo e a forma das letras. Já sobre os assuntos tratados não se podiam esperar desvios.

Em *Cão de raça* junta a musicalidade do Guto para traçar uma história dos percursos do colonialismo, do neocolonialismo e da di-

visão entre os negros. Em *Maçonaria* interpela-nos sobre as desigualdades que persistem no mundo. Em *Revolução já* ou *Começa em ti* instiga-nos a sermos atores das mudanças que queremos ver no mundo. Azagaia é um músico de combate e é impossível separar a sua identidade musical da sua identidade de africano e da identificação política, social e cultural que procura construir com as suas músicas.

Essa ligação está presente provavelmente na melhor música do disco. Feita em parceria com um grande músico angolano, o MC K, e com o *rapper* Valete, propõe uma narrativa a três escalas: a angolana, moçambicana e a portuguesa. Para concluir sobre as dificuldades, a história e os desafios dos povos destes três países. Valete é, como de costume, direto com as palavras:

Zédu, sua filha Isabel e seus generais,

Compram Portugal, branqueiam capitais

Grandes acionistas da Galp, Zon, BCP

BPI, parcerias com a SONAE e a PT,

Compraram o Carreio da Manhã, Sol, Diário

de Notícias, Sábado, TSF, Record, Jornal de

Notícias, Portugal, lavandaria de dinheiro

***Que não esconde o cheiro do imoralismo
financeiro.***

A música chama-se *Países do Medo* e vai ao essencial. Não para insistir no medo, mas para acompanhar a revolta. Azagaia é também assim: um músico que acompanha lutas, corações e inquietações várias. É dono de um *flow* inconfundível, agressivo quando tem que ser, melódico quando a música o exige mas sempre íntegro e fiel à música que quer fazer e às pessoas que através dela quer representar.

É um músico de coerência. Começou em *Babalaxe*, passou agora por *Cubaliwa* e sabe para onde vai. Ou melhor: sabe exatamente com quem caminha.



Antonio Tabucchi
Viagens e outras viagens
 D. Quixote, 2013

Um livro sem fronteiras

JOÃO CURVÊLO

Viagens e outras viagens está longe de se confundir com um guia turístico. Nesta obra, Antonio Tabucchi leva-nos numa viagem por um mundo onde as identidades se impõem face às bandeiras e interpela-nos sobre a pretensão de apropriação do espaço e do tempo. É que, como adverte o autor na nota que precede as crónicas, “pousar os pés no mesmo chão durante toda a vida pode originar um perigoso equívoco, o de fazer-nos crer que essa terra nos pertence”.

Antonio Tabucchi nasceu na comuna de Vecchiano, na região italiana de Pisa, em 1943. Chegaria a Portugal mais de duas décadas depois, no verão de 1965, depois de ter ganhado uma bolsa de estudo para o melhor aluno do curso de português. Fez de Lisboa a sua morada, vindo a falecer nesta cidade na manhã do dia 25 de março de 2012. Pelo caminho, emprestou à política um pouco do seu desassossego. Apoiou Mário Soares e foi candidato pelo Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu. Com ou sem atividade pública, utilizou a escrita como instrumento de um combate que não conhece fronteiras: da crítica do salazarismo num Portugal atrasado em que “todos vestiam de preto

e usavam chapéu”¹ à intransigência na urgência de “desberlusconizar a Itália”².

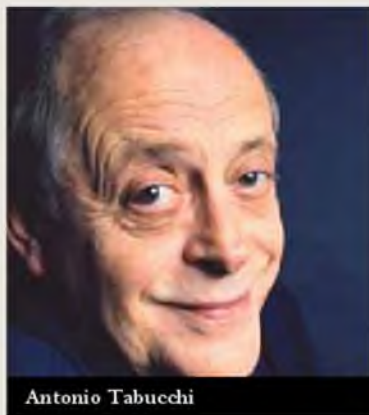
Nas viagens, como na literatura e na política, o “nomadismo intelectual”³ de Tabucchi atravessou os cinco continentes e pisou o chão de dezenas de países. As crónicas que o autor reúne neste livro foram escritas com propósitos distintos e em tempos diferentes. Ainda que o facto de as datas nem sempre estarem assinaladas dificulte a leitura de alguns elementos circunstanciais, a coerência estilística e a estruturação da obra permitem-nos seguir uma lógica que nos transporta das “viagens com objetivo” aos mais improváveis encontros de um “imaginário construído por interposta pessoa”. As crónicas contêm, ao mesmo tempo, a crítica dos percursos maquinais do turismo pré-formatado e interrogações sobre as lógicas hierarquizadas de construção dos lugares (provavelmente, com o sentido próximo daquele com que Brecht questionara a paternidade da construção de Tebas e Babilónia). Afinal, o que é um lugar sem a sua gente? Ou o que é um viajante sem “um olhar afetuosamente atento ao quotidiano do povo miúdo da cidade”?

1 - “Antonio Tabucchi. Errante narrativa do desassossego”, jornal *i* (26 de março de 2012).

2 - “Desberlusconizzare l’Italia” foi o título do último artigo de Tabucchi no jornal *El País* (12 de novembro de 2011).

3 - “Tem que me apeteer escrever como me apeteer pastéis de nata”, entrevista ao jornal *i* (4 de outubro de 2010).

As referências literárias, inteligentemente entrelaçadas nas descrições do espaço, transformam as curtas crônicas em fotografias pormenorizadas dos lugares e dos seus povos. É assim, por exemplo, quando deambulamos com Jorge Luis Borges pelas ruas de Buenos Aires, onde “resta a beleza imóvel e onírica de uma cidade metafísica surpreendida no seu mistério”. Ou quando, fugindo do Cairo prometido pelos catálogos comerciais, nos encontramos no *souk* do bairro de Naghib Mahfuz, escritor egípcio que recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1988. Mais tarde, na Lisboa que nos faz sentir uma “nostalgia do futuro”, tomamos um café expresso à italiana “na companhia daquele senhor de sorriso inefável”. O sorriso é o de Fernando Pessoa, cuja estátua de bronze ocupa uma das

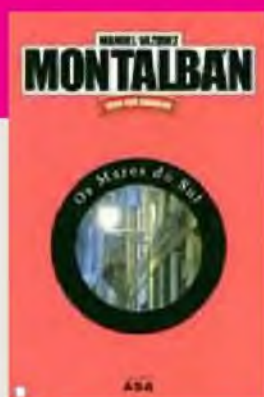


Antonio Tabucchi

mesas d'A Brasileira e cuja obra foi estudada e traduzida por Tabucchi. “Viajar! Perder países! / Ser outro constantemente”, começa assim um poema escrito por Pessoa em 1933. É disso que tratam estas crônicas de Tabucchi: do que se ganha a cada chegada, mas também do que se perde a cada partida.

“Sou um viajante que nunca fez viagens para escrever sobre elas, o que sempre me pareceu estúpido. Seria como se alguém quisesse apaixonar-se para escrever um livro sobre o amor”, avisa o autor nas primeiras páginas. *Viagens e outras viagens* é um livro sobre os lugares e sobre as pessoas que Tabucchi conheceu. Mas é mais do que isso. É um mapa aberto, que depressa nos faz perceber que “o mundo é mais do que este buraco em que vivemos”.

Ainda que o facto de as datas nem sempre estarem assinaladas dificulte a leitura de alguns elementos circunstanciais, a coerência estilística e a estruturação da obra permitem-nos seguir uma lógica que nos transporta das “viagens com objetivo” aos mais improváveis encontros de um “imaginário construído por interposta pessoa”



Manuel Vázquez Montalbán

Os Mares do Sul (1979)

Edições ASA, 2008

Os mares do Sul

RITA CALVÁRIO

Descobrir o que aconteceu a “um morto desaparecido” é como Pepe Carvalho descreve a missão que lhe cabe ao longo deste romance. Detetive privado em Barcelona, Pepe é contratado em vésperas de eleições municipais pela viúva de Stuart Pedrell para indagar sobre o seu desaparecimento um ano antes de o seu corpo ser encontrado “esfaqueado entre latas e cascalho”.

Pedrell pertencia aos ricos que os “ricos deste país respeitam” por ter “feito dinheiro sem esforçar-se demasiado”. De fortuna feita pelos negócios coloniais de família e a importação de caseína durante o bloqueio económico porque ao “Ministério do Comércio lhe pareceu muito patriótica a coisa”, durante o “milagre económico do regime franquista” (1959-1975) dedicou-se a “especular com o único que em realidade [os burgueses] tinham: o solo”. É assim que nasce o bairro de San Magín, local do crime e refúgio de Pedrell na sua fuga aos mares do sul. Neste bairro de dez a doze mil habitantes, “maioritariamente habitado por proletariado migrante”, faltam serviços, ocorrem “inundações quando transbordam as canalizações” e “as casas parecem feitas de papel”. Nesta “feia pobreza prefabricada por especuladores prefabricados prefabricadores de bairros prefabricados”, estamos perante o “logro do progresso”. Aqui nem os seus moradores “podem autodes- truir-se até que paguem as dívidas que devem

para comprar um buraco naquela cidade nova para uma vida nova”. Mais vale uma pobreza sórdida que medíocre, diz-nos Pepe.

Mas Pedrell era “um homem rico com inquietudes”, dos que “esquiavam com o rei e fumavam charros com poetas de esquerda”. Uma “vítima do puritanismo franquista”, tinha amantes e dedicava-se às artes e literatura. O seu sócio Planas descreve-o como um “empresário nihilista” que havia lido demasiada literatura e convertido o trabalho em paródia. Nada como ele, candidato às eleições em nome dos empresários que “foram, são e serão empresários em qualquer regime político” e símbolo do novo capitalismo em ascensão. O outro sócio, marquês de Munt, é um excêntrico de linhagem que crê que “os ricos têm de demonstrar que o são” e apenas se atemoriza que “a possibilidade de gozar a vida desapareça”.

É assim, e no meio de uma crise de idade, que nasce o fascínio de Pedrell pelos mares do sul. “Também ele queria ser Gauguin, deixar tudo e ir-se aos mares do sul”. A esse sul “símbolo de calor e da luz, da vida, do renascer do tempo” e que buscou em San Magín à distância de várias paragens de metro. “Recuperar o metro foi recuperar a sensação de jovem fugitivo que contempla com menosprezo o gado vencido”, recordando a “sua própria singularidade e excelência contra a náusea que parecia envolver a medíocre vida dos passageiros”. Mas mais do

que isso, estava disposto a ser “castigado por todos os pecados de classe dominante que havia cometido” no seu “safari emocional”. É então que vive um ano como contabilista, envolve-se com uma operária fabril de esquerda, vai com frequência a reuniões sindicais onde “era dos moderados”. Numa desavença em que o choque social e cultural é evidente, é esfaqueado e busca ajuda no seu antigo mundo, ao qual nunca deixou de pertencer. Morre, mas é um morto incómodo para um mundo burguês de relações amorosas submersas, negócios especulativos e em período eleitoral num contexto difícil para a burguesia.

Revelado o responsável do crime à viúva, não há culpados. Uma gravidez incômoda que

a definir quem é quem. Com ele caminhamos os espaços, hábitos e ambiguidades desta gente. Não fosse a “ambiguidade moral” a “chave da novela negra”.

Amante da boa cozinha, alcoólico, ex-comunista, típico anti-herói com o papel de “desconfiar sempre da moralidade das pessoas”, queima livros para se vingar da “cultura que o isolou da vida”. Pepe não é um idealista, mas sim um desiludido sem que seja um resignado. Antes de mais está a desilusão com uma transição democrática que, afinal, pouco ou nada alterou as relações de poder que vinham de trás. Mas esta desilusão não busca a resignação de um escape “a um lugar donde não queira regressar”, um lugar que também ele busca. “Há quem tenha

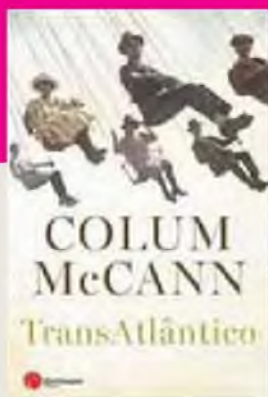
É assim, e no meio de uma crise de idade, que nasce o fascínio de Pedrell pelos mares do sul. “Também ele queria ser Gauguin, deixar tudo e ir-se aos mares do sul”.

não será revelada por uma “rapariga moderna, trabalhadora, de esquerdas”, justifica-o. Uma viúva que apenas se realiza ao assumir os negócios do marido também. Tudo poderia então continuar como sempre. Burguesia de um lado, gente trabalhadora do outro, sem incomodidade. Até porque, afinal, em “nenhum programa eleitoral se prometia derrubar o que o franquismo havia construído”.

Pepe é um condutor de todo este enredo. É ele que nos leva, entre refeições, a conhecer as personagens da burguesia catalã, do operariado e da pobreza medíocre dos bairros periféricos, da prostituição e da pobreza sórdida do centro de Barcelona, durante o período da transição democrática após a morte de Franco. Leva-nos também a sindicalistas e polícias descontentes por razões opostas. E a artistas “ainda no partido” que se vendem à burguesia. Com ele somos transportados ao passado da Guerra Civil e do regime franquista e como esse continua ainda

lêxico para expressar essa necessidade e quem tenha dinheiro para satisfazê-la. Mas milhões e milhões de pessoas querem ir até ao sul”. Afinal, o caso de Pedrell mostra que “fugir da própria idade, da própria condição social, leva à tragédia”.

O retrato que nos traça Montalbán da sociedade catalã no período pós-franquista traça as raízes e atualidade da sociedade espanhola, marcada por uma transição que pouco mudou o poder de classe. Hoje a burguesia continua a ser a de antes e a gente trabalhadora, pobre, prostituída, endividada só alargou em diversidade. A sociedade reconfigurou-se mas não perdeu a sua estrutura. A fuga não é possível sem que se alterem as relações deste poder económico, social e cultural. Só aí se encontrará esse lugar que “busca todo o mundo” sem se refugiar no imaginário nem no capital. Os mares do sul afinal estão aqui.



Colum McCann
TransAtlântico
Civiltização, 2013

Tirar a Guerra da História

MARIANA AVELÃS

Colum McCann é um dos muitos irlandeses a viver nos Estados Unidos. Escreveu sobre os habitantes dos túneis do metro de Nova Iorque (em *Deste Lado da Luz*) e sobre a vida e obra de um bailarino russo (*O Bailarino*). *TransAtlântico* é o primeiro romance traduzido em Portugal em que a Irlanda é assunto, mesclando personagens e eventos históricos reais com personagens fictícias, numa teia de relações, espaços, símbolos e eventos que dispensa grandes conhecimentos prévios (embora a informação complementar seja francamente escassa e fraquinha) para ser um desafio deveras interessante.

TransAtlântico remete, desde logo, para a imagem de uma massa de água que separa e une dois continentes, cuja travessia contém em si um prefixo de transformação: as viagens humanas alteram a paisagem, as histórias individuais e coletivas, a consciência e os corpos.

O oceano Atlântico é atravessado várias vezes ao longo da obra, e cada meio de transporte define um período histórico, seja o dos barcos-caixão em que um terço da população irlandesa fugiu à fome no século XIX, os aviões precários dos primórdios da aviação de longo curso ou os navios e jumbos comerciais mais recentes. A relação entre pessoas e tecnologia vai para além do utilitarismo e da conquista da natureza pelo engenho humano, porque ela inscreve-se nos

corpos e mentes de quem a usa: a fusão do piloto com o engenho das primeiras aeronaves, violenta, dolorosa e arriscada, pode ser uma simbiose tão intrínseca ao ato de voar que o conforto e a segurança de hoje só geram incredulidade em quem foi pioneiro a atravessar os ares. Quando, anos mais tarde, um passageiro, para quem voar é apenas o meio mais rápido e eficaz de percorrer longas distâncias, recusa um telemóvel para contactar a família, rejeitando um conceito emergente de comunicação em que a mobilidade é redundante, está, igualmente, a escolher qual é o “seu tempo”, e onde é que o tempo deixa de ser “seu”, pela tecnologia que (não) absorve. Os próprios modos de representação da realidade definem e são definidos pela interação pessoa-máquina: uma máquina fotográfica do início do século XX reproduz menos imagens do que o fluxo contínuo de uma câmara atual, mas a banalidade cria uma espécie de obsolescência da imagem, insuportável para alguém que se habituou a medir a complexidade do mundo através de uma sabedoria técnica agora desnecessária (e que acaba por trocar a fotografia pela pintura).

Do ponto de vista do espaço, o mosaico complexo de lugares, que opera não só entre a América e a Irlanda, mas também com os eixos norte-sul dentro de cada uma delas, representa um mundo em perpétuo movimento. A viagem não é, então, o meio para ir de um porto a outro, mas a maneira de ser os dois ao mesmo tempo.

Olhar para a diáspora irlandesa nesta perspectiva permite enquadrar, não só os modos de espalhar o verde pelo planeta, mas também a forma como o verde nativo é matizado no processo. E o que *TransAtlântico* sugere é que esta coisa da nação-em-viagem começou ainda antes da grande vaga migratória causada pela fome, e vai para lá da forte comunidade irlandesa nos EUA, porque, afinal, a viagem de um escravo ativista pela abolição em 1845 está de alguma forma presente na do senador americano que vai mediar o acordo de paz na Irlanda do Norte em 1999.

Mas é ao nível do tempo que toda esta manta de retalhos, em que as coisas se tocam mais do que se encaixam, é mais perceptível. O maior encanto da obra reside, precisamente, na estrutura: cada capítulo corresponde a um determinado local/tempo, organizados de forma aparentemente aleatória, em que, progressivamente, se vai tornando mais fácil encontrar o filamento que o une ao(s) anterior(es). São geralmente pessoas, representadas ora na infância, ora no fim da vida, cujo olhar retrospectivo permite ir construindo um fio condutor no meio de todo este tremendo caleidoscópio. Mas também objetos, nomeadamente uma carta, que acaba por acompanhar toda a narrativa, mais pela expectativa que gera, do que pelo conteúdo - num paralelo

interessante com a ideia de que a viagem é o destino, e a "nação" não mais do que um algoritmo de viagens entrelaçadas.

Existe, portanto, toda uma conceção da história como uma máquina de gerar ciclos. Se os que descrevi até agora são genéricos, quase forçados, é porque deixo para o fim a cicatriz mais óbvia, o emplastro que assombra todos os capítulos do livro: a guerra. Seja na Europa em 1914 ou 1939, na secessão americana ou na Irlanda do Norte, ela está presente, a semear a terra de cadáveres e a matar filhos sem que as mães alguma vez saibam em nome de que combate. Na verdade, as viagens também são exercícios de exorcismo do absurdo da guerra, tirando a memória das bombas de um bombardeiro numa viagem épica ou cruzando o Atlântico de cá para lá várias vezes por semana, para dar forma ao Acordo da Sexta-Feira Santa, que consubstanciou o processo de paz, ainda em vigor, na Irlanda do Norte.

Porém, se tudo é movimento e transformação, a paz que outros nos deixaram em legado poderá muito bem transformar-se na guerra de amanhã. Não será por acaso que a crise de 1929 em Nova Iorque é revisitada na Irlanda em 2011 no fim do livro, e que ele até tem nome de um tratado que é sinónimo de guerra sobre os povos.



LIBRARY OF CONGRESS

New York, Ellis Island, neg. No. 3163E



Maria Paula Meneses
e Bruno Sena Martins (org.)
*As Guerras de Libertação
e os Sonhos Coloniais*
Almedina, 2013

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

DIANA ANDRINGA

A poucos meses do quadragésimo aniversário do 25 de Abril de 1974, este livro organizado por Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins vem somar-se ao (também recente) *Alcornoque do Acordo Secreto do Colonialismo*, de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, para nos revelar como, sem deixar de proclamar a “multirraciedade” portuguesa – esse “colonialismo cordial” (p. 12) ironicamente referido por Boaventura Sousa Santos no Prefácio – Salazar e Caetano se aliaram aos governos racistas de Pretória, primeiro, e Salisbúria, depois, em defesa de um bastião branco na África Austral.

“Nós estamos quase sós em África a defender a civilização do Ocidente”, escrevia Salazar em Agosto de 1963 ao primeiro-ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, continuando: “A guerra está longe das vossas fronteiras se Portugal puder resistir. (...) Todas as formas de cooperação com Portugal são muito úteis à nossa resistência e à vossa defesa própria.” (p. 111)

Três anos depois, a defesa da civilização ocidental servia também de leit-motiv a Verwoerd: “Esta república é parte do domínio do homem Branco no mundo, [...] e esta parte do continente africano é, também, uma âncora da civilização Ocidental. O homem Branco, e o espírito que o ilumina, atributo que o trouxe até este dia

e que continuará a dar-lhe inspiração no futuro, será sempre necessário onde a ordem, a paz e o progresso são desejados.” (p. 50)

Mas, sob o manto diáfano do “fardo do homem branco” – de acordo com a visão de Rudyard Kipling – o que, para lá de todas as críticas ao *apartheid* sul-africano, à independência unilateral e branca rodesiana, à teimosia colonial portuguesa, preocupava o Ocidente era – como escreve Maria Paula Meneses – “a manutenção dos seus interesses nesta zona do Mundo” (p. 56). As revelações sobre o Exercício Alcornoque mostram a Guerra Colonial portuguesa “como parte de um conflito regional – luta contra independências negras na África Austral – e como parte de um conflito global – parte do sistema da Guerra Fria na África Austral.” (p. 21)

E esse enquadramento permite-nos compreender melhor alguns episódios subsequentes, como o retorno ou a vinda para Portugal de milhares de portugueses que viviam nas colónias africanas, as prolongadas guerras civis em Angola e Moçambique e a violência exercida, nos novos países, sobre militares africanos integrados nas tropas coloniais.

Em “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”, Maria Paula Meneses e Catarina Gomes propõem a análise da política

de povoamento promovida por Portugal em relação a Angola e Moçambique, o desenvolvimento de uma população de origem colona que desenvolve idiosincrasias próprias e distintas das da Metrópole, nomeadamente, reivindicações nacionalistas independentistas, que levam a que o 25 de Abril comece por ser visto com entusiasmo, até que se tornem manifestas as contradições “entre a população branca que [...] deseja assegurar os privilégios detidos, e os ideais dos movimentos de libertação” (p. 87).

guerra colonial há um que se rompe de quando em vez, para acusar os que governavam Portugal no período da descolonização – o tema dos militares africanos das Forças Armadas coloniais que, nos pós-independência, foram tratados como “inimigo interno” e, em muitos casos, executados. No documentário *As duas faces da guerra*, comentando essas mortes na Guiné, Pedro Pires, então Presidente da República de Cabo Verde, foi claro em apontar a responsabilidade à “africanização da guerra”,

Entre esses silêncios acumulados sobre a guerra colonial há um que se rompe de quando em vez, para acusar os que governavam Portugal no período da descolonização - o tema dos militares africanos das Forças Armadas coloniais que, nos pós-independência, foram tratados como “inimigo interno” e, em muitos casos, executados.

As autoras recordam que, segundo dados do INE, dos 505.078 “retornados” que chegam a Portugal, 206.110 (cerca de 40%) tinham nascido nas então províncias ultramarinas. E “para estes, a descolonização terá implicado mais uma ‘partida’ que um ‘retorno’” (p. 97), sendo descrita como “geradora de uma espécie de amputação” (p. 99). Assim, escrevem, “a questão da identidade de retornado, enquanto situação dilemática produzida pela dissonância entre a construção política de uma categoria que se quer unívoca e entre processos identitários complexos, multidireccionais, posicionais e ambivalentes, constitui-se como uma das mais centrais interrogações a que uma análise futura deverá responder.” (p. 107) Até porque, como escreveu Benjamin Stora, citado noutro passo, “as sociedades acumulam silêncios para que todos os cidadãos prossigam a sua vida em conjunto. É somente depois que as memórias dolorosas retornam à superfície. E então, às vezes, conflitos começam.”

Entre esses silêncios acumulados sobre a

levada a cabo por Portugal. E é esse o tema do artigo de Carlos de Matos Gomes, “A africanização na guerra colonial e as suas sequelas. Tropas locais – os vilões nos ventos da História”. Descrevendo os três tipos de unidades em que assentou essa africanização – unidades regulares do Exército, unidades especiais e unidades de milícias – Matos Gomes centra a questão da violência nas “forças especiais africanas” que conjugavam “capacidade operacional” e “identificação político/ideológica [...] com uma possível solução de tipo que seria considerado neocolonial” e nota que “a amplitude da africanização das forças portuguesas atingiu proporções únicas nos conflitos coloniais” (p. 127) Recorda que quando se deu o 25 de Abril, “a tendência da africanização das forças ia no sentido de transformar a Guerra Colonial em três conflitos internos nos três teatros de operações” (p. 132).

Nada mais natural, portanto, que haver da parte dos dirigentes dos movimentos de libertação o temor de que esses militares

pudessem representar uma efectiva ameaça militar. E se os africanos que integravam as unidades regulares ou pertencentes à milícias foram tratados, diz-nos Matos Gomes, “sem particular violência”, as unidades de “tropas especiais africanas” “passaram de vitoriosas e portadoras de um projecto político a vencidas e a traidoras de ‘raça’ e de ‘classe’” (p. 133) Terão sido, afinal, “vítimas de um processo político que os ultrapassou.” (p. 140).

Não admira, assim, que no capítulo final, “Estilhaços do Exercício Alcora: o epílogo dos sonhos coloniais”, Maria Paula Meneses, Celso Braga Reis e Bruno Sena Martins refirmam uma “ligação estrutural” entre as “guerras civis” nas ex-colónias portuguesas e o conflito anterior a que esteve ligado o Exer-

cício Alcora. E concluem que “foram também resultado de algo que esteve, até muito recentemente, enterrado em arquivos e relatórios secretos: o nascimento de um projeto político branco para a África Austral, um mapa imaginado onde coubessem, ainda, os sonhos coloniais.” (p. 177)

Em resumo: um livro a ler, até para que não se corra o risco, como alerta Miguel Cardina, citando Enzo Traverso, de que a realidade colonial se transforme numa “memória fraca”, esmagada pela “memória forte”, “desmemoriada, feita de lacunas, silêncios e lugares-comuns” (p. 38/39)- ou, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, “activa produção de não existência” (p. 15).



Porto de Alcântara, Lisboa, 1975. Os caixotes dos “retornados” amontoam-se no cais.



Edward W. Saïd
Reflexiones sobre el exilio
Debolsillo, 2013

Edward Saïd e a importância das derrotas

JOÃO CARLOS LOUÇÃ

A escrita é necessariamente um exercício de reflexão crítica sobre o mundo. Pelo menos a escrita que vale a pena. E se isto parece demasiado óbvio para começar qualquer texto que mereça a pena ser lido, os critérios em que consideramos o "valer a pena" e mesmo o que significa "crítica", são mais que variáveis. Acresce à subjetividade da apreciação o tempo que tudo transforma. Como algum vinho, a literatura de cordel, por exemplo, ou o mau jornalismo, podem ser fascinantes lidos 50, 100 ou 200 anos depois de escritos.

O que se dirá do Nel Monteiro ou da Margarida Rebelo Pinto em 2250? Melhor, o que dirão os seus textos às pessoas do futuro sobre a sociedade em que vivemos hoje e onde estes autores têm sucesso? Não estaremos cá para ver, mas podemos antecipadamente sentir a vergonha inevitável de sermos seus contemporâneos e por isso uma espécie de cúmplices.

No caso do livro que aqui se recomenda, o tempo que passou sobre a escrita de cada um dos textos pode ser um argumento suplementar para a sua leitura. Trata-se de 31 ensaios que Edward Saïd publicou entre 1968 e 1998, a sua maior parte em revistas de crítica literária. O autor de *Orientalismo*, obra de referência fundamental para se olhar para a sociedade dita ocidental, também escreveu sobre temas banais e deles fez artigos fascinantes. Da cultura e da

política – existirá uma sem a outra? – do diálogo com os maiores pensadores do século XX, na filosofia e na história, a antropologia e os estudos da cultura como âncora de uma forma de abordar o mundo que nunca desistiu de o transformar. Saïd foi académico e pensador, militante também. Em primeiro lugar da causa palestina, do exílio forçado de um povo a que pertencia, contra o senso comum e o paternalismo muito norte-americano dos direitos humanos. Mas a sua militância na OLP esbarrou com a realidade de uma direção que traiu todas as expectativas de um povo massacrado e perseguido, da promessa de terra e paz ainda por cumprir. Na radicalidade intelectual, em todas as batalhas perdidas, o autor encontra o fio condutor para dar sentido à continuidade da resistência. E no título desta coletânea de textos, uma declaração incontornável, o autor escreve a partir do exílio, neste caso novairoquino, que, mesmo 30 anos depois é onde que se encontra porque é um exilado que se sente. E no seu primeiro texto, que serve de introdução ao livro, adverte contra o rancor e o pesar que são condições naturais do exilado, mas procura o olhar mais agudo da crítica que também o acompanha. O exílio e a memória de mão dada, como afirma. A forma como se recorda o passado é que determina como se vê o futuro. Nessa afirmação simples reside toda a complexidade do pensamento do autor neste *Reflexiones sobre el Exilio*.

E também escreve sobre as suas memórias encontradas na arte de uma bailarina de dança do ventre, sobre Foucault e Lukács, Orwell e Nietzsche, Hemingway e Hobsbawm, sobre Moby Dick e o Tarzan de Johnny Weissmuller. Escreve, escreveu e isso é suficiente para ser lido. Porque, na escrita, Saïd transporta o mundo através do seu olhar cosmopolita, radical e tenro em simultâneo. Sem a pretensão de encontrar categorias para aquilo de que fala. Por vezes, quase parece escrever ao ritmo que pensa.

Pode bem ser do formato do livro. Uma coleção de textos feitos para não serem livro e sim objetos percíveis em revistas periódicas que cada nova edição parece querer apagar as anteriores, cada novo texto, crónica também, só lá está para enfeitar a página e servir de mancha ao grafismo que faz vender. Não faz mal, cada novo texto dirá outras coisas, às vezes as mesmas a partir de pontos diferentes. Cada texto, com a capacidade para nos agarrar até ao fim, sem contemplações à etiqueta ou conveniências de circunstância, sem medo do futuro nem nostalgia do passado, cada texto capaz de nos fazer pensar. E não é isso que torna o tempo da leitura um tempo útil?

Escolho um dos 31 possíveis para viajar: Abordando exemplos na literatura e na cultura

ocidental, Edward Saïd reflete sobre os mecanismos significantes das causas perdidas e como estas podem ser vistas afinal como ganhadoras de algo, como tendo prevalecido apesar de derrotadas, como virtuosas e fundamentais, capazes de deixar muito mais rastros para o futuro coletivo do que as forças que as derrotaram e que exterminaram os seus protagonistas. Saïd lembra-nos o exemplo de Sócrates, utilizado pela cultura oficial, para explicar que quando as virtudes permanecem intactas, a morte devido a estas virtudes é uma vitória. Claro que neste exemplo tudo dependeria daquilo que fossem consideradas virtudes, ou os exemplos virtuosos, dito de outra forma. Seria nesse sentido a Comuna de Paris um exemplo de virtude que perdura nos tempos contrariando a sua derrota pelas forças conservadoras da França imperial? Estará intacta a sua capacidade de servir de exemplo? Serão os seus ensinamentos capazes de inspirarem gerações que hoje sejam capazes de transportar as raízes desta experiência e libertá-la assim do peso infame das pedras do Sacré Coeur? A resposta não será fácil para ninguém e pode estar sempre dependente de quem a dá. Para todos aqueles para quem as lutas anticapitalistas são fundamentais para pensar as realidades sociais, para quem o presente que vivemos transporta



AJINE FLOR / FLICKR

sempre consigo o passado das sociedades e de todos os conflitos que estas atravessaram a resposta só pode ser positiva. A Comuna de Paris foi exemplo da primeira tentativa moderna de uma sociedade sem classes onde os produtores organizavam a produção e a distribuição de bens. Olhando à distância segura de quase dois séculos podemos achá-la ingênua, demasiado frágil, imersa em contradições que a perderam. Com muitos outros exemplos poderemos fazer o exercício de imaginar o que teria sido se não se tivessem cumprido determinadas condições, se não tivessem decorrido certos acontecimentos e se o curso da história fosse o que não foi, mas na verdade o que aqui nos interessa é a força simbólica deixada pelos milhares que estão soterrados nas campas anónimas dos comunards, exemplo de coragem no sentido palpável e mais físico do termo, mas sobretudo da capacidade de imaginar novas regras para um mundo mais justo.

Voltando a Saïd e à sua própria capacidade de se olhar no centro de um processo político cheio de causas perdidas, parece que opta por uma espécie de resistência individual perante os becos sem saída ou as derrotas anunciadas. Socorrendo-se de Adorno, Saïd afirma a possibilidade da esperança devida à intransigência do pensador individual, capaz de resistir e manter o desafio face à hegemonia das lógicas vitoriosas, contrapondo-a com o silêncio dos "ativistas derrotados". Nessa capacidade de resistência, as causas encontram formas de subsistir através de outros em outros lugares, as ideias sobrevivem às realidades opressoras, os seres humanos voltarão a encontrá-las, mesmo que por breves momentos, mesmo quando estas foram caladas à baioneta. Os textos também sobrevivem aos seus autores. No caso de Saïd, ainda bem.



Edward Saïd



As crianças e a educação, ou a construção de novos sujeitos políticos

HUGO MONTEIRO E MARIA JOSÉ ARAÚJO

Tentemos, num esforço de memória ou de simples empatia, pensar os espaços em que nos movemos na perspetiva de uma criança.

Deparamo-nos com contextos e percursos de direitos limitados: não se pode correr à vontade, gritar, escrever nas paredes, saltar, cantar alto, fazer barulho, subir às árvores, saltitar, nem sequer procurar um esconderijo para pensar. Na verdade os lugares de brincadeira e de resguardo, lugares que estimulam a exploração e a transgressão de todo o tipo de limites, possibilitando formas de transformar o mundo, estão em extinção. As ruas não são para brincadeiras, as casas dos pais ou dos avós cada vez menos

têm jardim, os parques são das autarquias ou dos centros comerciais e até os brinquedos deixaram de ser para brincar, pois compram-se já feitos e destinam-se a escaparate. Tal cenário exige uma resposta capaz de conjugar prerrogativas educacionais - cujo debate se deve reanimar, contra os consensos artificialmente assumidos no atual espaço público - com uma missão democratizadora, que importa pensar e perspetivar de modo afirmativo tendo em conta a criança na sua voz própria.

Adotamos, na reflexão que se segue, um pressuposto concreto: é necessário reconsiderar politicamente o discurso da criança. Mas

porquê politicamente? Qual o motivo da aceção política dada a um exercício que, principalmente no quadro do radicalismo ideológico que caracteriza a atualidade da Educação, se torna urgente em todas as aceções possíveis?

A resposta, não sendo simples, tem uma primeira formulação na hipótese seguinte: a criança é um sujeito político particularmente menosprezado, arredado, com requintes de docilizadora malvadez, de todas as ágoras do mundo. As políticas de cidade, de escola, de educação, mas também dinâmicas familiares e discursos tradicionalmente amigos das crianças¹ constituem formas de propiciar e de ampliar tal docilização,

nas mais repressivas instituições e nas mais austeras organizações. “Amigas”, na condição de que nunca se revele ou manifeste a sua diferença, que é justamente a sua condição mais infantil.

Torna-se necessário que os/as amigos/as e as amizades não sejam meras parcelas de negócio ou simples componentes de sistema. O processo de partilha supõe um contexto que favoreça os encontros, as trocas, as iniciativas e as práticas conjuntas, assim como a apropriação de espaços, que permita a livre e equitativa expressão de todos/as os/as participantes: no direito a uma casa que também seja sua, de uma cida-

Qual o motivo da aceção política dada a um exercício que, principalmente no quadro do radicalismo ideológico que caracteriza a atualidade da Educação, se torna urgente em todas as aceções possíveis?

que afasta as crianças, que as silencia, desconsiderando o seu discurso e capacidade decisória. A declaração de amizade pelas crianças, como tudo, contextualiza-se e argumenta-se.

Amigos, amigos... negócios à parte?

Não é na verbalização da amizade, como bem sabemos, que reside a sua virtude. Vulgarizam-se expressões de uso corrente que, em última análise, denunciam com uma acutilância verdadeiramente política o risco da banalização da palavra: temos os “amigos da onça” e do “alheio” – e quando desses estamos fartos, perguntamos sem originalidade mas com toda a justiça porque precisaríamos, então, de inimigos? É que, como por demais sabemos, temos “amigos das crianças” nas mais adultas vozes de todas as

de onde não se ande escondido/a, uma escola onde se brinque... um lugar onde se seja reconhecido como “senhorio/a” e não somente como “inquilino/a”.

É paradoxal a forma como os modelos e instâncias de atendimento para crianças (jardins de infância, parques infantis, hospitais, museus, centros comerciais ou mesmo os MacDonalds ou IKEA), com os seus desenhos nas paredes, revistas e brinquedos, mobiliário e equipamentos adequados ao seu tamanho, são reveladores de como o espaço foi/é colonizado e marketizado, geralmente olhado como horizonte de bem-estar mas que, como sabemos, é mais um espaço de negócio. Um local organizado em função da necessidade de existir e não em função da existência das crianças.

1 – Reapropriamos a expressão, saudando o convite de a virar ao contrário, ou não tivesse sido sob o mote “Porto, cidade amiga das crianças” que uma recente campanha autárquica (“E se virássemos o Porto ao contrário?”), levada a cabo pelo Bloco de Esquerda e por forças ativistas portuguesas, se propôs reconsiderar as dinâmicas da cidade a partir das crianças, como agentes de cidadania ativa.



Ideias de (anulação de) infância

Convém lembrar que infância não é apenas uma fase da vida biológica, nem se apresenta linguisticamente como tal. Qualifica-se frequentemente por “infantil” o comportamento irrefletido, a atuação insensata, escavando um fosso moral entre um comportamento “adulto”, que se encoraja independentemente da idade biológica, e uma atitude “infantil”, que se conota negativamente, para lá de qualquer critério etário. É, aliás, o cumprimento de uma sentença já etimologicamente traçada, quando constatamos que “infância”, na sua raiz latina, é originariamente o ser que não tinha acesso a linguagem, estando como tal condenado a não ter razão. Daí a aliança entre infância e silêncio, que nos possibilita denunciar uma injustiça que ainda se não venceu, mas que é ao mesmo tempo a chave para uma reabilitação crítica já em curso. É que a língua, na sua criatividade insubmissa, precisa do silêncio sem condicionamentos que só uma infância, persistente em não se deixar condicionar no discurso pré-estabelecido, verdadeiramente acalenta. E é a possível aliança entre infância e criação, arte e invenção, ou o que na infância de um dia por inventar é reduto revolucionário. A partir da insanável rebeldia da infância giza-se o gesto do artista e do poeta,

mas também do investigador que não é só um reproduzidor, como de todo/a aquele/a que se assume como autor/a de uma história por fazer. Giorgio Agamben, por exemplo, numa longa e particular apropriação do conceito de infância, fala da necessidade do lugar da infância como forma de fuga à autoridade da palavra, da previsão e da objetividade, fatores que capturaram a noção moderna de experiência².

Não foi esta, todavia, a tendência dominante nos discursos que regeram a educação. O discurso educacional preponderante, ao contrário, foi amplamente alicerçado numa construção sólida e exclusiva da vida adulta como idade da razão. A idade adulta pensa-se, neste seguimento, como negação e recalçamento da infância, assim como a infância é tida como anteposta transgressão da idade adulta, com a educação como móbil desta superação.

O adulto é visto como evolução da infância, evolução esta gerada, acelerada e possibilitada pelos processos de educação. A educação produziria o adulto, num processo de humanização que arranca o ser humano do estado de natureza, concretizado na criança que começa por ser. E assim se inventa o “ofício do aluno”. O aluno é uma espécie de estatuto profissional que recai na criança e que quase a substitui. Vai

² – Agamben, Giorgio (2002), *Enfance et histoire*. Paris: Payot, pp 7-27.

ganhando terreno, progressivamente, à criança em nome de uma responsabilidade que a escolariza de forma total. Veja-se a representação do/a “bom/boa aluno/a”, cuja definição está longe de se confinar ao critério generosamente mensurável, oferecido com candura paternal pela vulgata da atual equipa governativa. Ser-se “bom/boa estudante” excede o plano académico, para se estabelecer mais propriamente num plano moral e político:

– No plano moral, o/a “bom/boa aluno/a” cumpre cabalmente as instruções do/a professor/a, comporta-se docilmente com colegas (o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que veicule atitudes colaborativas ou solidárias) e perante as normas institucionais. Espelha, no plano escolar e não escolar, uma espécie de tábua de comportamento impoluto.

– No plano político, esta pessoa assume uma cadeia hierárquica em que o adulto, que imita, é modelo e produtor de normas, sendo ao mes-

Um discurso que seja seu...

E o que se propõe é uma inversão clara neste pressuposto de desigualdade, recolhendo de Rancière a abordagem do mestre ignorante, pela exploração do exemplo do pedagogo Joseph Jacotot.

Jacotot, nos inícios do século XIX, era um modesto professor exilado nos Países Baixos, onde lhe confiaram a missão de ensinar língua francesa a crianças que apenas dominavam o holandês. O problema residia no facto de Jacotot, por seu turno, não ter luzes mínimas de holandês, o que tornaria a comunicação um problema. Como ensinaria, se não havia plataforma de base? Está vedado a Jacotot a transferência de conhecimento ou o processo assimétrico da explicação... mas estará comprometida a função de se gerar uma competência? A resposta a esta questão suscita uma previsível crise neurasténica a todo um discurso educativo dominante e ministeriável.

É assim se inventa o “ofício do aluno”. O aluno é uma espécie de estatuto profissional que recai na criança e que quase a substitui.

mo tempo o legitimador do poder. Daí que o/a bom/boa aluno/a obedeça, muito mais do que negocie. Daí que se isente, em submissão voluntária, de ser agente político³.

Não se estranha, pois, que este/a estudante virtuoso/a assuma o que, para o filósofo Jacques Rancière, se caracteriza como consubstancial desigualdade da pedagogia mais tradicional⁴. Parte-se da desigualdade entre o adulto e a criança, desigualdade esta que, na versão mais generosa (e menos infantil), será reduzida e eliminada... pela anulação da criança no adulto.

O que sucederá é que, não sem escândalo e achaque de consciências – num processo cujo desenvolvimento vale a pena seguir de perto, no processo argumentativo de Rancière –, o professor terá êxito na função de fornecer competências linguísticas sem transmissão, sendo assim “mestre ignorante” de alunos que terão sucesso na aquisição de competências numa língua com que contactaram, mas que não lhes foi transmitida.

O ‘caso Jacotot’ permite-nos partir da igualdade, no sentido diametralmente oposto ao da

3 – Principalmente ao entendermos a política, à maneira de Daniel Bensaid, como “arte estratégica das mediações”, pressupondo, então, não apenas ausência de fundamento inquestionável (como é, na maioria das vezes, o argumento da autoridade do adulto) no modo como se delibera, como um registo de interlocução permanente no processo de negociação, que é uma aprendizagem. Bensaid, Daniel (2009), *Le scandale permanenté*, in AAVV, *Démocratie, dans quel état?*. Paris: La Fabrique, pp 27-58.

4 – Rancière, Jacques (2010), *“On ignorant schoolmaster”*, in Biesta, Gert & Bingham, Charles, Jacques Rancière: *Éducation, truth, emancipation*. Londres: Continuum, pp 1-24.



pedagogia tradicional, que parte da superioridade de um ente sobre o outro. Os alunos de Jacotot ou, melhor dizendo, as crianças de Jacotot são convidadas a reconhecer e a responder a signos que não dominam, que deverão descobrir, exatamente como o seu mestre, movido por vontade e não pela autoridade do saber. O problema coloca-se a uma vontade e a uma relação igual de inteligências; a atitude correlativa é a resposta “como respondemos a qualquer pessoa que nos fale e não a alguém que nos faz um exame: sob o signo da igualdade”⁵.

Rancière oferece-nos um modelo que inverte a tradicional visão adultocêntrica. A criança, tratada como inteligência e vontade em ação, já não é encerrada num estado de menoridade, do qual teria que sair através da educação e seus poderes. A igualdade em ação na experiência da criança é, aqui, cumprida através da sua ação concreta e livre. A criança é um agente de conhecimento, uma detentora de vontade geradora de saberes, o que nos obriga a um reconhecimento epistemológico, apenas levado a bom porto se politicamente concretizado: conhecer deixa de ser apenas representar, mimetizar ou

reproduzir. Ao contrário, todo o conhecimento inventa as formas da sua expressão, e todo ele negocia com todos/as os/as outros/as agentes de conhecimento a sua maior e menor adequação. Não que não haja verdades, medidas do correto, critérios de falso ou verdadeiro, mas sempre emergindo de um fundo relacional, num plano de confrontação a que é preciso dar tradução institucional.

Veja-se, a título de exemplo, o jogo do salto à corda coletivo. Este jogo coletivo da corda, que simboliza a brincadeira, o recreio, a atividade física e o ato de aprender, não é um jogo qualquer, é um jogo em que cada um dos jogadores é responsável pela decisão de entrar, mas também de sair. É um jogo que exige que as crianças tomem consciência da sua capacidade de participação enquanto a corda se movimenta. Um jogo que exige atenção, confiança no outro e perícia que, podendo ser individual, tem muito mais graça praticado com os/as amigos/as. Não é um jogo que se repete e reproduz. É um jogo que para os/as mais atentos/as, revela a competência das crianças nos assuntos que lhes dizem respeito. Põe em cena uma gestão

5 – Rancière, Jacques (2010). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Mangualde: Pedagogo, p. 17.

autônoma, autossuficiente, numa organização do coletivo e da inscrição do singular no coletivo: uma política em ação.

Para lá do exemplo concreto, atente-se na necessidade, tão frequentemente recalcada – mas tão “amiga”, no sentido disruptivo permitido ao conceito de amizade – de politização de uma infância que tão ludicamente se politiza. E é preciso que estejamos à altura da construção de novos agentes políticos, desde logo resignificando a amizade pelas crianças como ideia política em si mesma.

Conclusão: política de amizade

Precisemos, então. Ser-se amigo (das crianças) passa por se saber acolher o risco do despropósito, por se aceitar a ameaça do que não se legisla... passa, precisamente, por se estimar a diferença absoluta do amigo, em todo o seu potencial de discordância, de intransigência, de reivindicação. Radical, no radicalismo que permitimos – com amizade, de resto! – a toda a palavra poética, William Blake insta a que se seja inimigo, em nome da amizade⁶, isto é, que se salve a amizade em nome de uma celebração do que, no Outro, não é nem dócil nem pacificável.

É aqui que ser “amigo das crianças”, a nosso ver, adquire uma aceção verdadeiramente cidadã, quebrando o silêncio de outras vozes “amigas”, apenas sentidas em escolhidas ocasiões e por sábias e adultas preleções. Acrescente-se, intensificando sem medo esta amizade:

Ser-se amigo das crianças é saber-se que na voz de cada um/a há uma capacidade de construção e de crítica que é preciso acolher, indagando e acarinhando o seu potencial de invenção;

Ser-se amigo das crianças é deixar que as palavras, as coisas, as realidades se transformem na liberdade que lhes é própria e devida;

Ser-se amigo das crianças é deixar fluir essa dose de incalculável que nelas habita, e que excede desde logo qualquer intenção domesticadora e qualquer posição subalterna;

Ser-se amigo das crianças é, em suma, desobstruir a sua participação em tudo o que está por fazer, por inventar e por construir de novo.

Tal amizade passa, claro está, por assumir a criança como (novo) sujeito político, num processo tão potencialmente disruptivo quanto qualquer processo político verdadeiramente sério e democrático.

Ser-se amigo (das crianças) passa por se saber acolher o risco do despropósito, por se aceitar a ameaça do que não se legisla... passa, precisamente, por se estimar a diferença absoluta do amigo, em todo o seu potencial de discordância, de intransigência, de reivindicação.

6 – “Do be my Enemy for Friendships sake” é o verso de Blake citado pelo filósofo Jacques Derrida, na reconsideração da amizade para lá da fusão, do consenso ou da docilização na coincidência – antes, no signo de uma disrupção como urgência (política). Cf DERRIDA, Jacques (2003), *Políticas da amizade* Porto: Campo das Letras.



Poesia e resistência. Porquê os poetas em tempos de aflição?

LEONOR FIGUEIREDO

No contexto de uma entrevista recente (...) o responsável por uma das grandes editoras portuguesas afirmava que dentro de dez anos ninguém editaria poesia em Portugal, e que esta estaria confinada a edições marginais, em tiragens de quarenta ou cinquenta exemplares. Por que falar, então, da poesia como exercício de contrapoder? A resposta é: por isto mesmo. (Rosa Maria Martelo)

A questão lançada no título foi roubada a Jacques Rancière que, em *Politique des Poètes*, questiona: "Pourquoi des poètes en temps de détresse?" Passados quarenta anos da revolução que em Portugal terminou com o regime fascista,

é importante fazer a análise ao que veio acontecendo na poesia portuguesa desde a década de setenta do século passado até ao momento que vivemos. Importa em último caso perceber em que medida a poesia que hoje se produz pode afigurar-se como um ato de resistência (se é que alguma poesia não o é). Na verdade, resistência é por definição apenas uma força que se opõe a outra, e esta força pode tomar várias formas. Sabemos que é comum associar-se a poesia de resistência a uma poesia comprometida com a realidade social por via de uma temática política óbvia, por vezes mesmo ao serviço de um programa ideológico, mas a essa prefiro atribuir a designação de poesia de intervenção,



V.H. HAMMER/FUCKE

mais restrita do que a de poesia de resistência, apesar de poder (ou não, é discutível) incluir-se no campo desta. Importante reter, e é aceção mais ou menos generalizada, é que toda a arte (e particularmente toda a poesia) que de alguma forma é produzida fora do instituído (na sociedade ou na própria arte) é uma forma de resistência, intencional ou não. É Gilles Deleuze quem diz numa entrevista que "o homem criou a arte para libertar o que o homem tinha encarcerado. (...) A arte é a produção do exageramento da vida. E a própria existência da arte é resistência"¹. Esta perspetiva que alarga o conceito de resistência a toda a produção artística e, conseqüentemente, a toda a poesia, vai encontrar eco na teoria de vários autores, de Adorno (em *Comitment, Teoria Estética* e outros) a Derrida (com *Che Chos'è la poesia?*). Em 2014 a poesia resiste porque, por exemplo, não tem utilidade num mundo onde tudo deve ser prático, produtivo e eficiente; porque insiste em existir opondo-se ao movimento da sua crescente desvalorização; porque cria novas coisas, novas realidades, ao seu ritmo, e sem quaisquer limites. Ou simplesmente porque cria. Podíamos encontrar um sem número de motivos. Desta forma, para além de as artes terem na sua origem uma clara vocação de rutura com o que existe, o que leva à sua produção é, mais que um desagrado, uma vontade associada de

geração de outras realidades possíveis (dentro da arte, de quase toda a arte) por contraponto a uma realidade potencialmente angustiante. Não é necessariamente uma fuga, mas um ensaio de mudança.

Em Portugal, respirando também do processo democratizador que ocorria à época, cresce a partir dos anos 1970 um novo olhar da poesia sobre o mundo, e a busca de novas estratégias de resistência a algumas novas dinâmicas que também começavam já a surgir. No começo de uma época de globalização, de acentuação da mercantilização de tudo e da conseqüente violência do dia a dia, surgem temáticas associadas à experiência urbana, ao nomadismo, ao consumismo, e surge a necessidade de se recuperar um certo comprometimento recusado na década anterior pelos movimentos que forçavam uma autonomização da poesia. Sem regressar, ainda assim, a um comprometimento como ele foi concebido em finais dos anos 1930 com o neorealismo (por vezes panfletário, na sua vertente mais ortodoxa). O poeta Joaquim Manuel Magalhães descreveu este momento como um "voltar ao real". Significa isto o voltar a um contrato expressivista, de comunicação da experiência vivencial, ainda que com uma acentuada visão melancólica, disfórica, desencantada ("Voltar ao real, sim, mas toda a gente se esquece que lhe chamei desencanto",

1 - Deleuze, Gilles (1988), "R comme Résistance", *L'Abécédaire de Gilles Deleuze* [entrevistado por Claude Parnat].

diria mais tarde), para a qual é necessária essa lírica de tensão emocional. Talvez faça sentido atendermos por agora ao conceito de autonomia porosa proposto por Cornelia Gräbner e David Wood. Como a própria combinação de termos sugere, a autonomia porosa da poesia não fica apenas num ponto intermédio e indefinido de comprometimento, mas é como que uma fusão dos dois conceitos, que afirma a sua autonomia sem se fechar ao exterior e mantém uma atitude de colaboração estética com os movimentos sociais e políticos sem se colocar ao seu serviço. A condição porosa é algo que pressupõe uma barreira mas que simultaneamente permite a passagem de alguma coisa, como

de noventa (Ana Paula Inácio, Carlos Alberto Machado, Carlos Luís Bessa, João Miguel Queirós, José Miguel Silva, Nuno Moura, Rui Pires Cabral, Vindeirinho). Lembremos o prefácio à antologia, no qual se dita que “a um tempo sem qualidades, como aquele em que vivemos, seria no mínimo legítimo exigir poetas sem qualidades”.² Esta ausência de qualidades assenta essencialmente no não investimento numa retórica explícita, pela atmosfera disfórica e alegórica que se pretende criar, e não deve ser confundida com uma ausência de qualidade, como critica Pedro Mexia quando afirma que nesta antologia “abundam poemas desmazelados e caceteiros”.³ Pelo contrário, o que

É claro que a desesperança e a incapacidade de se propor a mudar efetivamente alguma coisa torna esta poesia um pouco frágil nesse sentido.

uma porta entreaberta. Se no sentido convencional autonomia contempla um fechamento, o adjetivo porosa vem neste contexto oferecer uma hipótese de comunicação com o exterior, de estetização de uma atitude política, embora autónoma. Foi esta abertura de poros na camada de defesa da condição inútil da poesia que permitiu que este paradigma iniciado nos anos 1970 se arrastasse pelas décadas seguintes, ainda que com as suas particularidades.

Já em 2002, e acentuadas muitas das lógicas económicas, sociais e políticas que se faziam sentir já na década de 1970, a editora Averno lançava *Poetas Sem Qualidades*, pequena antologia que veio pela primeira vez coligar textos de um conjunto de poetas não necessariamente envolvidos na criação de um novo movimento literário, mas pertencentes a uma mesma geração que começou a editar a partir da década

pode tomar-se como desmazelo é a superfície de uma poesia que não pretende de facto evidenciar a forma, não sendo a atitude caceteira mais do que uma visão do mundo angustiada, a busca de um confronto com essa realidade e, conseqüentemente, a procura de um encontro com um leitor cada vez mais afastado pela sociedade do mercado e da imagem.

No contexto regressivo de perda dos valores que levaram à construção de várias dinâmicas assentes na solidariedade e na igualdade, como já foi sendo dito, o sentimento presente nestas poesias de viragem de século (poetas da antologia e outros) é de constante perplexidade perante o indescritível, o que contribui na construção de uma visão absolutamente disfórica do mundo. Afetada por esta disforia, esta poesia recupera por vezes o uso da alegoria, essencial na sua estruturação como forma de resgatar

2 - Freitas, Manuel (2002), “Prefácio”, *Poetas sem Qualidades*, Lisboa: Averno.

3 - Mexia, Pedro (2004), “Poetas sem qualidades e poemas sem qualidades”, in http://www.dn.pt/ineco/interior.aspx?content_id=593058



de algum modo partes que se perdem desse mundo, apesar de as asfixiar na impossibilidade da sua recuperação. As imagens alegóricas surgem-nos sempre em forma de destroços, e nunca de aparição de algo que é restaurável. Não existe uma efetiva vontade de recuperar a sua essência, mas de fazer da sua essência a sua condição irrecuperável. Neste sentido, a alegoria pode ser compreendida como uma experiência de passagem do tempo, na medida em que se estrutura num tempo cronológico, histórico, apresenta uma continuidade, traduzindo-se assim irremediavelmente em perda. E, neste período, a derradeira perda é a da crença na capacidade da própria poesia, no seu impacto e força na mudança, numa sociedade em que há cada vez menos espaço para a cultura alternativa, ou mesmo para qualquer alternativa. Existem na poesia casos flagrantes desta visão, como em Manuel de Freitas: "(...) pensar que/ os poetas não passam de estátuas inúteis num jardim/ concebido por bestas que nem sequer

os leram.// É inegável que um churro ou uma imperial/ são muito mais necessários do que qualquer soneto"⁴. Estas palavras carregam um quanto de sarcasmo, é claro, mas este deriva de um sentimento de angústia assente numa clara consciência da realidade. Esta realidade da poesia, não incapacitante mas claramente insuficiente, é declarada da seguinte forma por José Miguel Silva, num inquérito sobre poesia e resistência: "numa era de comunicação de massas, essa sua guerra [da poesia] é tão desigual, e portanto tão caricata, como a guerra que uma sardinha (zangada) decidiu mover a um petroleiro (de aço)"⁵. É claro que a desesperança e a incapacidade de se propor a mudar efetivamente alguma coisa torna esta poesia um pouco frágil nesse sentido. Para além de mais sujeita a ser absorvida por uma sociedade onde mesmo a alternativa parece cada vez mais avessa ao compromisso político. Não podemos esquecer, ainda assim, os seus antecedentes quando, no final da década de 1990, surgiam os movimen-

4 - Freitas, Manuel (2007). *Terra sem Covoa*. Vila Real. Teatro de Vila Real, p. 28

5 - Silva, José Miguel (2012). *Inquérito Poesia e Resistência* [org. Ana Luísa Amaral, Joana Matos Frias, Pedro Eiras e Rosa Maria Martelo]. <http://www.lymcompoetics.org/pt/poesia-e-resistencia/>

tos alterglobais, que se opunham à globalização como fenómeno do capitalismo e às suas consequências, e que juntavam milhões de pessoas com diversas preocupações e propostas de futuro sob o mote Um não, muitos sins. Se estas poesias, que surgem em simultâneo com estas movimentações do final do século XX, não têm a proposta de um sim, elas reforçam também esse não, afirmando uma consciência clara daquilo que rejeitam: o neoliberalismo, a crueldade, a desumanização, a supremacia dos números e a mercantilização de tudo, inclusive da arte e do próprio ser humano. Por isso, ainda que frá-

tingão numa sociedade inundada pela imagem, reforçando cada vez mais e de várias formas a estratégia de integração da própria imagem (quer ilustrativa, quer ecfrástica – poesia que remete diretamente para filmes, pinturas e outras artes visuais). Numa sociedade em que os indivíduos se encontram cada vez mais atomizados, em que cada um tem responsabilidade pela sua própria condição, esta poesia inútil empreende uma tentativa de chegar a um leitor cada vez mais afastado, e de criar um espaço de comunidade. Por outro lado, se esta poesia é na sua génese um combate ao individualis-

Esta poesia inútil tem humor, ensina-nos a rir de nós próprios e da nossa condição humana. Um riso que é maior do que o choro e que deixa um sabor amargo ao passar pela boca, mas que, aparentemente brincando, nos deixa com a garantia de que, no mínimo, nada passará em branco.

gil, esta é uma poesia reflexiva, desconcertante, por vezes cáustica, e se não é capaz de reverter o processo de perda, ela empreende no mínimo uma denúncia, que é um sufoco mais do que um grito, mas que fala, “comunica, em suma” (como diria Manuel de Freitas).

Esta poesia inútil, ao contrário da modernista, constrói-se de forma lenta – nos processos editoriais (com várias edições feitas à mão), na temática que permite o ócio e o silêncio (na taberna, em casa, no campo) e nos mecanismos formais – tentando forçar uma desaceleração de um mundo onde time is money e onde existe cada vez menos o direito a parar. Esta poesia inútil faz a luta pelas palavras (como lhe chama Manuel Gusmão), denuncia os mecanismos retóricos utilizados para produzir consentimento, apropria-se deles por vezes, subverte o discurso dominante e gera contradiscurso. Esta poesia inútil procura resistir à sua própria ex-

mo na construção de um coletivo, ela é uma busca pela singularidade no combate à indiferenciação, que muitas vezes também tematiza. Esta poesia inútil tem humor, ensina-nos a rir de nós próprios e da nossa condição humana. Um riso que é maior do que o choro e que deixa um sabor amargo ao passar pela boca, mas que, aparentemente brincando, nos deixa com a garantia de que, no mínimo, nada passará em branco. Porquê os poetas em tempos de aflição? Porquê Manuel António Pina, Fernando Assis Pacheco, Al Berto, João Miguel Fernandes Jorge, Joaquim Manuel Magalhães, António Franco Alexandre, Hélder Moura Pereira, Alberto Pimenta, Ana Luísa Amaral, José Miguel Silva, Rui Miguel Ribeiro, Luís Quintais, Rui Pires Cabral, Adília Lopes, e tantos outros? Porque se a sua guerra é dura e desigual, ela é também legítima e, sem dúvida alguma, necessária. Foi Sophia de Mello Breyner quem escreveu:

“Porque busca a inteireza do homem a/ poesia numa sociedade como aquela em que vivemos é necessariamente/ revolucionária – é o *não-aceitar fundamental*”⁶. Assim, se esta poesia não propõe nem muda radicalmente, ela é recusa, é esse não-aceitar fundamental, é denúncia num contexto de alienação, é procura de encontros num contexto de individualismo, e é uma poesia que, nas certas palavras de Rosa Maria Martelo, “procura, por entre ruínas, um rasto de beleza que nos possa salvar. Sem otimismo nenhum. E, todavia, procura. Se assim não fosse não seria poesia”⁷.

“Ainda não é tarde, foi agora anunciado/ pela rádio, são dezoito e vinte cinco”⁸, lemos num poema de José Miguel Silva, num diálogo (intencional ou não) com o título de Manuel António Pina de 1974 – Não é o fim nem o princípio do mundo, calma é apenas um pouco tarde.

Em 2010, o mesmo poeta escreve que “tem piada/ estar aqui, abrir os olhos, conferir/ ainda e sempre, na vitrina da manhã,/ a produção da Primavera”⁹.

É assim, se a passagem do tempo se vai sempre traduzindo em perdas trazendo consigo a assunção irremediável da morte de tudo, também é esta que proporciona invariavelmente o advento de novas coisas. E se um mundo não transcendente traz consigo uma sensação de orfandade e desamparo, também é essa visão do mundo que oferece ao ser humano a capacidade de o reinventar com as suas mãos. Ainda que contra todos os petroleiros de aço, ainda que tantas vezes sem esperança, não há como fugir a que a história, o mundo, as cidades, as sociedades e a vida são como as estações do ano. Tudo se perde, mas tudo regressa ou, no limite, se reinventa.



JERÓNIMO SANZ/FUCKR

6 – Andresen, Sophia de Mello Breyner (1977), *O Nome das Coisas*, Lousã: Moraes, p. 77.

7 – Martelo, Rosa Maria (2007), *Vidro do mesmo vidro*, Porto: Campo das Letras, p. 105.

8 – Silva, José Miguel (2002), *Ulisses já não mora aqui*, Lisboa: & etc, p. 30.

9 – Silva, José Miguel (2010), *Erros Inevitáveis*, Lisboa: Relógio D'Água, p. 15.



22 de abril a 31 de maio

Tenho a cabeça espetada entre a noite e madrugada {Fragmentos} - Exposição audio-vídeo

Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra

29 de abril a 9 maio

Diálogos fotográficos da luta pela terra. Brasil-Portugal

Inauguração na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 29 de abril, 15h00 (estará apenas patente neste dia). Local: Hall de entrada da FEUC. Mostra fotográfica de 30 de abril a 9 de maio no CES-Coimbra. Local: Corredor do CES (2º andar)

2 de maio

Seminários de Leitura Crítica

Organização: grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Coordenação: Profª Doutora Sara Granemann (UFRJ e IHC-UNL). O debate centrar-se-á na análise crítica do livro *O Capital* de Karl Marx
Instituto de História Contemporânea, Lisboa

Class Polarization and Fragmentation in Britain. Some Results from the Great British Class Survey with the BBC

Orador: Fiona Devine - University of Manchester

Sala Polivalente, ICS, Lisboa, 15h00

3 de maio

Colóquio/debate: "O desastre de Lampedusa - a barbárie europeia contra os imigrantes"

Com: Mamadou Ba.

Organização: SOS Racismo

Bar do Teatro da Cerca de São Bernardo (Cerca de São Bernardo), Coimbra, 15h00

5 de maio

Colóquio SAAL # arquitetura Porto

Museu de Serralves, Porto, 9h30

6 de maio

Seminário "MARCAS DO IMPÉRIO Colonialismo e Pós-Colonialismo na Época Contemporânea"

José Manuel Fernandes (FA-UL) e Eduardo Ascensão (CEG-UL) tratam o tema: *Arquitetura em contexto colonial*

FCSH/UNL, Edifício I&D, Sala 0.05 (anfiteatro), Piso 0, Bloco 1, Lisboa, 18h00 - 20h00

7 de maio

Documentário "Cenas da luta de classes", de Robert Kramer e e Philip Spinelli

Organização: A Escola da Noite / Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Apoio: Casa da Achada - Centro Mário Dionísio. Teatro da Cerca de São Bernardo (Cerca de São Bernardo), Coimbra, 21h30

7 de maio

Transgressão ou subalternidade? Género, corpo e poder entre as mulheres do funk e do hip hop: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal

Oradora: Marina Pereira de Almeida Mello (CES)

CES, Sala 2, Coimbra, 15h30

8 - 10 de maio

II Congresso Internacional Marx em Maio

Anfiteatro I da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Palestra "Livros e leituras na Antiguidade"

Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Tavira

IX Congresso Nacional Cientistas em Ação

Organização: Centro Ciência Viva de Estremoz

Conferência Internacional: "40 anos após o 25 de Abril de 1974 a crise das democracias liberais"
ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa)

9 de maio

"Livros e leituras na Antiguidade", 3ª palestra do ciclo "Livro passado, presente e futuro"

Oradora: Adriana Nogueira, docente da Universidade do Algarve

Organização: Biblioteca Álvaro de Campos de Tavira, Biblioteca da Universidade do Algarve e Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC)

Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Tavira, 18h00

10 de maio

Tardes de Matemática: O que há de comum entre o fumo de um cigarro e as regiões onde nascem estrelas? - Usando a Matemática para compreender o Universo

Orador: Miguel Avillez (Departamento de Matemática, Universidade de Évora; Zentrum für Astronomie und Astrophysik, Technische Universität Berlin)

Organização: Universidade de Évora e Delegação Regional do Sul e Ilhas da Sociedade Portuguesa da Matemática

Colégio Luís António Verney da Universidade de Évora (sala a definir), 15h00

14 de maio

Documentário "Setúbal Ville Rouge", de Daniel Edinguer

Organização: A Escola da Noite/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Apoio: Casa da Achada - Centro Mário Dionísio

Teatro da Cerca de São Bernardo (Cerca de São Bernardo), Coimbra, 21h30

16 de maio

"Pensar os livros e as bibliotecas femininas no século XVIII através da biblioteca do Palácio Fronteira", 4ª palestra do ciclo "Livro passado, presente e futuro"

Oradora: Vanda Anastácio, Organização: Biblioteca Álvaro de Campos de Tavira, Biblioteca da Universidade do Algarve e Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC) Campus de Gambelas, Universidade do Algarve, 16h00

Rooted Futurism. The Modernist Aesthetics of Fascism

Orador: Roger Griffin - Oxford Brookes University

Sala Polivalente, ICS, Lisboa, 15h00

19 de maio

Seminário Internacional Debates desde la Antropología y La Sociología del Derecho. Experiencias comparadas entre África y América Latina

Sala 1, CES-Coimbra, 11h00-18h00

20 de maio

Apresentação do livro "Os Burgueses" de Francisco Louçã, Jorge Costa e João Teixeira Lopes
Comentários de José Manuel Mendes (CES) e Daniel Francisco (CES)

Sala 2, CES-Coimbra, 17h30

O Trabalho nos Centros Comerciais as adversidades metodológicas como oportunidades de interrogação sociológica

Oradora: Professora Dra. Sofia Cruz

Sala 308, Faculdade de Letras do Porto, 13h30

21 de maio

Documentários "A Luta do Povo Alfabetização em Santa Catarina", Grupo Zero, "Assim Começa uma Cooperativa", Grupo Zero, e "Revolução", de Ana Hatherly

Organização: A Escola da Noite / Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Apoio: Casa da Achada - Centro Mário Dionísio

Teatro da Cerca de São Bernardo (Cerca de São Bernardo), Coimbra, 21h30

21 - 23 de maio

Conferência "A Transformação das Relações Laborais em Portugal e o Memorando de Entendimento"

Organização: FCSH-UNL, ISCTE-IUL e CES-Lisboa

22 - 23 de maio

International Conference "the carnation revolution. Between african anticolonialism and european rebellion"

Birkbeck, University Of London

Conferência Internacional

27 de maio

Interseções entre género e direito

Comentário: Virgínia Ferreira (CES)

Sala 1, CES-Coimbra, 16h30

28 - 29 de maio

Teatro "Autos da Revolução", CENDREV/ACTA
Teatro da Cerca de São Bernardo (Cerca de São Bernardo), Coimbra, 21h30

29 - 30 de maio

"III Congresso de História e Desporto"

Por ocasião do centenário da Grande Guerra (1914-1918), que constituiu uma rutura profunda no percurso da história contemporânea portuguesa, europeia e mundial, o III Congresso de História e Desporto será dedicado à temática Desporto e Guerra.

FCSH | UNL, Lisboa

2 de junho

O tráfico de escravos e o comércio do álcool: a gerência nas relações entre Angola-colónia e o Reino de Kasanje

José C. Curto (Universidade de York - Toronto)

Sala 1, CES-Coimbra, 17h00

5 - 7 de junho

III Congresso Anual de História Contemporânea
Universidade de Coimbra, Coimbra

6 de Junho

"Literatura e edição digital: que revolução", 5ª palestra do ciclo "Livro: passado, presente e futuro"

Oradora: Sandra Boto, Organização: Biblioteca Álvaro de Campos de Tavira, Biblioteca da Universidade do Algarve e Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC)
Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Tavira, 18h00

Juventude, precariedade e envolvimento político e cívico

Orador: Nuno Almeida Alves - ISCTE-IUL
Sala Polivalente, ICS, Lisboa, 15h00

2 - 5 de setembro

I Fórum Internacional de Violência e Maus-Tratos (FIVMT) e VII Fórum Internacional de Saúde Envelhecimento e Representações Sociais (FISERS)

Organização: Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus da Universidade de Évora

5 - 6 de setembro

1º Congresso Português de Filosofia

Organização: Sociedade Portuguesa de Filosofia, em colaboração com a Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica, a Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social, o Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, a Sociedade de Ética Ambiental e a Sociedade Portuguesa de Filosofia Analítica

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

30 de setembro a 3 de outubro

XII Simpósio Luso-Espanhol de Relações Hídricas das Plantas, Água para Alimentar o Mundo

Organização: Universidade de Évora, ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas e Sociedade Portuguesa de Fisiologia Vegetal

11 - 13 de setembro

Jornadas Internacionais Memórias do Carvão | Jornadas Internacionais Batalha, Leiria

30 de setembro a 1 de outubro

International Seminar: "Small Power is a Power? The role and resilience of small and medium powers during the Great War 1914-1918"

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa

16 - 18 de outubro

"Collection Day" na Assembleia da República As memórias daqueles que combateram na I Guerra Mundial

Assembleia da República, Lisboa



o futuro era agora

NOS 40 ANOS DAS GREVES
CONTRA A CORRENTE
(MAIO/SETEMBRO DE 1974)

PROGRAMA

segunda 5 maio

18 horas – INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO "O Futuro Era Agora. Nos 40 anos das greves contra a corrente (Maio/Setembro de 1974)". Na Associação José Afonso, núcleo de Lisboa (R.de S. Bento frente à Assembleia da República)

sábado 31 maio

15 horas – Colóquio: "O movimento operário e as greves contra a corrente.

Maio/Setembro de 1974". Na Associação José Afonso, núcleo de Lisboa.

Intervenções: de Fernando Rosas, Francisco Bairrão Ruivo, Miguel Perez, João Madeira, Miguel Cardina, José Casimiro e José Carlos Valente

sábado 13 de Setembro

15 horas – Exposição e Colóquio: "O 12 de Setembro de 1974 na Lisnave. As lutas nas empresas por quem as viveu" na Cova da Piedade (Museu da Cidade).

Intervenções de: Carlos Santos, Mário Tomé, Eduardo Pires, Celso Ramos, José Carlos Valente, Vladimiro Guinot, José Alves e outros ativistas dessa época

cul:tra

COOPERATIVA CULTURA TRABALHO E SOLIDARIEDADE



Colaboraram nesta edição

ADRIANO CAMPOS | BRUNO PEIXE | CONSTANTINO PIÇARRA
DIANA ANDRINGA | FABRICE SCHURMANS | HELENA ROMÃO
HUGO MONTEIRO | LUÍS TRINDADE | JOÃO CARLOS LOUÇÃ
JOÃO CURVÊLO | JOÃO MINEIRO | JORGE COSTA | JÚLIA GARRAIO
LEONOR FIGUEIREDO | MARIA JOSÉ ARAÚJO | MARIANA AVELÃS
MIGUEL CARDINA | MIGUEL PEREZ | RITA CALVÁRIO

ISSN 2182-6781



9 772182 678001

